

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	4

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	5
3.4 - Política de destinação dos resultados	6
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	8
3.7 - Nível de endividamento	9
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	10
3.9 - Outras informações relevantes	11

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	12
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	22
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	23
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	30
4.5 - Processos sigilosos relevantes	31
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	32
4.7 - Outras contingências relevantes	33
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	34

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	35
5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	38
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	39

Índice

5.4 - Outras informações relevantes	40
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	41
6.3 - Breve histórico	42
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	43
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	56
6.7 - Outras informações relevantes	57
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	58
7.9 - Outras informações relevantes	62
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	64
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	66
8.3 - Operações de reestruturação	67
8.4 - Outras informações relevantes	70
9. Ativos relevantes	
9.2 - Outras informações relevantes	71
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	72
10.2 - Resultado operacional e financeiro	89
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	91
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	92
10.5 - Políticas contábeis críticas	94
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	95
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	103
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	104

Índice

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	105
10.10 - Plano de negócios	106
10.11 - Outros fatores com influência relevante	107
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	108
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	110
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	111
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	117
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	118
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	122
12.12 - Outras informações relevantes	123
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	124
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	125
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	128
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	129
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	130
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	131
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	132
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	133
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	134
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	135
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	136
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	137

Índice

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	138
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	139
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	140
13.16 - Outras informações relevantes	141
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	142
15.3 - Distribuição de capital	145
15.4 - Organograma dos acionistas	146
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	147
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	148
15.7 - Outras informações relevantes	149
16. Transações partes relacionadas	
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	150
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	156
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	157
17.5 - Outras informações relevantes	160
18. Valores mobiliários	
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	161
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	164
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	165
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	166
18.10 - Outras informações relevantes	167
19. Planos de recompra/tesouraria	

Índice

19.4 - Outras informações relevantes	168
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	169
20.2 - Outras informações relevantes	170
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	171
21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas	172
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	173
21.4 - Outras informações relevantes	174
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	175
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	176
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	177
22.4 - Outras informações relevantes	178

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Paulo Cesar Rutzen

Cargo do responsável

Diretor Presidente/Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0003-90
Período de prestação de serviço	01/01/2010 a 31/12/2012
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria das demonstrações contábeis da companhia (individuais e consolidadas).
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração da KPMG por todos os serviços prestados para o exercício findo em 31/12/2011 foi no montante de R\$ 754.239,00, sendo referentes à: (i) Auditoria das DFs/ITRs. A remuneração da KPMG por todos os serviços prestados para o exercício findo em 31/12/2010 foi no montante de R\$ 1.171.635,00. A remuneração da KPMG por todos os serviços prestados para o exercício findo em 31/12/2009 foi no montante de R\$ 283.500,00.
Justificativa da substituição	Rodízio
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não há

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Moacyr Humberto Piacenti	01/01/2010 a 31/12/2012	174.394.988-01	Av. Almirante Barroso, 52, 4º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20031-000, Telefone (21) 35159400, Fax (21) 35159000, e-mail: mpiacenti@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	319-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	62.650.403/0001-33
Período de prestação de serviço	01/01/2013
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria das demonstrações contábeis da companhia (individuais e consolidadas).
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração da Boucinhas em 31/12/2013 por todos os serviços prestados acima referenciados foi no montante de R\$ 128.250,00

Justificativa da substituição**Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor**

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Antonio Carlos de Oliveira Pires	15/01/2013	888.894.677-20	Av. Rio Branco, 122, 21º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20040-001, Telefone (21) 22232433, Fax (21) 22639510, e-mail: acop@boucinhas.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

2.3 Outras Informações relevantes:

Em 2013, os pagamentos de serviços de auditoria independente para as demonstrações financeiras da MULTINER S.A foram rateados entre a holding e sua controlada New Energy Options – NEO, que também é auditada pela Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes S/S. A escolha e contratação do prestador de serviço de auditoria foi realizada e definida pela Conselho de Administração da Cia.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2013)	Exercício social (31/12/2012)	Exercício social (31/12/2011)
Patrimônio Líquido	0,00	266.667,00	-68.637,00
Ativo Total	0,00	1.917.633,00	1.563.826,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	0,00	74.742,00	168.827,00
Resultado Bruto	0,00	23.352,00	42.591,00
Resultado Líquido	0,00	-57.604,00	-349.112,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	0	5.713	2.225
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	0,000000	47,000000	-31,000000
Resultado Líquido por Ação	0,000000	-10,000000	-156,000000

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4 Política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais:

Exercício encerrado em 31/12/2013

O Estatuto Social da Companhia prevê que a retenção do lucro líquido remanescente, após as seguintes deduções, deverá obedecer a seguinte ordem: (a) 5% , no mínimo, para constituição de reserva legal, até atingir 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das S.A., exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (b) de 5% a 50% para constituição da Reserva para Resgate de Ações Preferenciais e/ou Pagamento de Dividendos, tendo como limite o integral valor do resgate das ações preferenciais resgatáveis; (c) de 5% a 75% para constituição de uma Reserva de Investimentos e Capital de Giro, destinada ao financiamento das operações e investimentos da Companhia e de suas sociedades controladas ou coligadas, sendo que a reserva tem por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente ou acréscimos do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, em operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei, ou em incorporação ao capital social, inclusive mediante bonificações em ações novas.

Exercício encerrado em 31/12/2012

O Estatuto Social da Companhia prevê que a retenção do lucro líquido remanescente, após as seguintes deduções, deverá obedecer a seguinte ordem: (a) 5% , no mínimo, para constituição de reserva legal, até atingir 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das S.A., exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (b) de 5% a 50% para constituição da Reserva para Resgate de Ações Preferenciais e/ou Pagamento de Dividendos, tendo como limite o integral valor do resgate das ações preferenciais resgatáveis; (c) de 5% a 75% para constituição de uma Reserva de Investimentos e Capital de Giro, destinada ao financiamento das operações e investimentos da Companhia e de suas sociedades controladas ou coligadas, sendo que a reserva tem por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente ou acréscimos do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, em operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei, ou em incorporação ao capital social, inclusive mediante bonificações em ações novas.

Exercício encerrado em 31/12/2011

O Estatuto Social da Companhia prevê que a retenção do lucro líquido remanescente, após as seguintes deduções, deverá obedecer a seguinte ordem: (a) 5% , no mínimo, para constituição de reserva legal, até atingir 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal

3.4 - Política de destinação dos resultados

acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das S.A., exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (b) de 5% a 50% para constituição da Reserva para Resgate de Ações Preferenciais e/ou Pagamento de Dividendos, tendo como limite o integral valor do resgate das ações preferenciais resgatáveis; (c) de 5% a 75% para constituição de uma Reserva de Investimentos e Capital de Giro, destinada ao financiamento das operações e investimentos da Companhia e de suas sociedades controladas ou coligadas, sendo que a reserva tem por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente ou acréscimos do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, em operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei, ou em incorporação ao capital social, inclusive mediante bonificações em ações novas.

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6 Dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores:

Não houve no exercício social encerrado em 31.12.2013 distribuição de dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2013	588.421.701,52	Índice de Endividamento	51,00000000	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2013)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	228.444.482,00	127.384.947,00	33.135.232,00	199.624.185,00	588.588.846,00
Garantia Flutuante	111.866.359,00	0,00	0,00	0,00	111.866.359,00
Quirografárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	340.310.841,00	127.384.947,00	33.135.232,00	199.624.185,00	700.455.205,00
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

3.9 Outras informações relevantes:

As informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1 Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. ao emissor

b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

c. a seus acionistas

d. a suas controladas e coligadas

e. a seus fornecedores

f. a seus clientes

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

-X-

a) Com relação ao Emissor.

Poderemos não ser capazes de alcançar todos os resultados, estimativas e projeções contidas neste Formulário de referência, e nem mesmo conseguir programar integralmente nossos projetos ou estratégia de negócios.

A implementação de nossos projetos e das nossas estratégias de negócios e, conseqüentemente, o sucesso de nossas operações depende de diversos fatores tais como (i) o crescimento do setor elétrico brasileiro; (ii) regulação e fiscalização da Aneel; (iii) precisão de nossas projeções e estimativas com relação aos nossos projetos; (iv) implementação de nossos projetos, sem atrasos, a fim de não incorrerem em multas ou penalidades impostas pela Aneel; (v) capacidade de execução de nossos fornecedores; (vi) nossa capacidade de superar nossos competidores; (vii) obtenção de recursos financeiros necessários para a manutenção e o desenvolvimento de nossos projetos; (viii) contínuo investimento em infraestrutura para a manutenção e elevação da nossa eficiência operacional; (ix) expansão geográfica e orgânica; e (x) obtenção de licenças governamentais. Não podemos assegurar que seremos capazes de alcançar todos os resultados, estimativas e projeções contidas neste formulário de referência, como também se teremos sucesso na implementação total ou em parte, de nossos projetos e estratégias. Caso não tenhamos êxito, poderemos ser negativamente afetados, o que poderá causar um impacto adverso na nossa situação financeira e nos resultados operacionais.

Parte de nossa estratégia de negócios envolve a participação em processos licitatórios, onde não podemos assegurar que seremos os vencedores de tais leilões.

Como parte de nossa estratégia de negócios, apresentaremos nossos projetos de geração de energia elétrica para habilitação nos leilões de venda de energia que são realizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Empresa de Pesquisa Energética - EPE, com periodicidade anual. Os leilões de energia têm como objetivo promover a construção de empreendimentos de geração de energia elétrica e a ampliação da capacidade de empreendimentos já existentes de forma a atender ao crescimento projetado de consumo dos consumidores, contratando energia proveniente de diversas fontes (como térmica, hidráulica e eólica) ao menor custo possível para estes consumidores. Nesses leilões, contratos de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

suprimento de energia de longo prazo (entre 15 e 30 anos) são firmados com os vencedores. Não podemos assegurar que seremos capazes de ofertar os melhores preços nos leilões de energia de forma a vencê-los. Se o Governo Federal não realizar novos leilões ou se, por qualquer motivo, não formos vencedores destes ou ainda, as aquisições de novos projetos não corresponderem as nossas projeções e estimativas, nossa estratégia de crescimento poderá ser negativamente impactada.

Nossos instrumentos financeiros contêm obrigações em seus contratos, e qualquer caso de inadimplência no cumprimento dessas obrigações pode afetar adversamente nossa condição financeira e nossa capacidade de operar nossos negócios.

Como parte de nossa estratégia, para implementação e manutenção de nossos projetos, utilizamos instrumentos financeiros para captação de recursos. Todos contêm obrigações em seus contratos, dos quais muitos exigem manutenção de determinados níveis financeiros ou cumprimento de condições operacionais e outras obrigações. Na eventualidade de inadimplência com relação às obrigações contidas nos contratos desses instrumentos financeiros, os detentores da dívida poderão exigir o pagamento antecipado dos valores pendentes e do principal.

Dessa maneira, nossos ativos e fluxo de caixa podem não ser suficientes para quitar integralmente os valores, podendo ser necessário uma repactuação da dívida. Esse evento pode afetar de forma adversa nossa condição financeira e nossa capacidade de operar nossos negócios.

Podemos ser responsáveis por perdas e danos causados a terceiros, inclusive danos ambientais, sendo que os seguros contratados podem ser insuficientes para cobrir tais perdas e danos.

Poderemos ser responsabilizados por perdas e danos causados a terceiros. Não podemos garantir que nossas apólices de seguro serão suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, ou a não observância de nossos subcontratados em cumprir obrigações indenizatórias assumidas perante a Companhia ou em contratar seguros, pode ter um efeito adverso para nós. Além disso, não podemos assegurar que seremos capazes de manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro. Estes fatores podem gerar um efeito adverso sobre nossos negócios e nossa condição financeira.

Ademais, as atividades do setor de energia podem causar significativos impactos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe responsabilidade objetiva àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental e, portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independe de dolo ou culpa. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente poderá impactar financeiramente sobre nossas receitas e resultados operacionais, assim como nossos planos de investimento em outras áreas.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Não somos proprietários das terras dos empreendimentos sob os quais estão sendo e/ou serão instaladas nossas centrais geradoras de energia elétrica, e nesses casos, firmamos contratos de arrendamento com os diversos detentores dessas terras. Eventuais discussões com detentores das áreas podem impactar nossos negócios.

Em especial nossos parques eólicos, localizados no Rio Grande do Norte, situam-se em área de histórico conflito fundiário, ora com superposição de titulação sobre uma mesma área, ora com posseiros, com relação aos quais estamos sujeitos a certos riscos.

Não somos proprietários das terras de todos os empreendimentos sob os quais serão instaladas nossas centrais geradoras de energia elétrica, dessa maneira, firmamos contratos de arrendamento com os diversos detentores dessas terras. Poderemos não ser capazes de cumprir na integralidade os cronogramas avançados por nossas outorgas em decorrência de eventuais discussões com os detentores de algumas das áreas de nossos empreendimentos, podendo impactar negativamente em nossa rentabilidade.

Poderão ocorrer falhas na instalação de nossa infraestrutura logística.

A infraestrutura logística por nós planejada é estratégica e essencial para a condução de nossos negócios durante as fases de construção e operação de nossos projetos. Na hipótese de ocorrerem interrupções, falhas ou atrasos na implementação da nossa infraestrutura logística, nossas usinas poderão ser menos eficientes, o que poderá ter um efeito relevante negativo para os nossos negócios, nossos resultados operacionais e nossa situação financeira.

Processos Judiciais ou Administrativos poderão ter um considerável efeito negativo sobre a Companhia.

A Companhia é parte em alguns processos judiciais e administrativos. Não podemos assegurar que no curso normal dos nossos negócios, não incorreremos, em outros processos, envolvendo, dentre outras questões: (i) tributárias, (ii) regulatórias, (iii) ambientais, (iv) cíveis e (v) trabalhistas. Adicionalmente, uma decisão desfavorável à empresa envolvendo valores monetários significativos em um ou mais desses processos poderá ter impacto negativo sobre os seus resultados e condição financeira.

b) Com relação ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.

O interesse dos nossos acionistas controladores poderá conflitar com o interesse dos demais acionistas.

Nossos acionistas controladores têm poderes para, dentre outros, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija a aprovação de acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações e políticas de dividendos. Os interesses de nossos acionistas controladores poderão diferir ou conflitar com os interesses de nossos acionistas minoritários.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

c) Com relação aos seus acionistas.

Não aplicável.

d) Com relação às suas controladas e coligadas.

A Companhia e suas subsidiárias podem ser responsabilizadas por dívidas trabalhistas das suas contratadas.

Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços à Companhia e às suas subsidiárias não atendam às exigências da legislação trabalhista, a Companhia e suas subsidiárias podem ser consideradas solidárias ou subsidiariamente responsáveis pelas dívidas trabalhistas destas empresas, podendo, ainda, serem autuadas e/ou obrigadas a efetuar o pagamento de multas impostas pelas autoridades competentes. Na hipótese de virmos a ser responsabilizados por estas demandas, poderemos sofrer um efeito adverso em nossas atividades.

A participação da Companhia em sociedades de propósito específico cria riscos adicionais, incluindo possíveis problemas no relacionamento financeiro e comercial com seus parceiros.

A Companhia investe em sociedades de propósito específico (SPE) em conjunto com outras sociedades. Os riscos inerentes às sociedades de propósito específico incluem a potencial falência dos parceiros de suas sociedades de propósito específico e a possibilidade de interesses econômicos ou comerciais divergentes ou incompatíveis entre a Companhia e seus parceiros. Caso um parceiro da sociedade de propósito específico não cumpra suas obrigações ou fique financeiramente impossibilitado de arcar com sua parcela dos aportes de capital necessários, a Companhia poderá ser obrigada a efetuar investimentos adicionais ou a prestar serviços adicionais para compensar a falta de aportes por seu parceiro. Ainda, os sócios de uma sociedade de propósito específico poderão ser responsabilizados por obrigações da SPE em determinadas áreas, incluindo questões fiscais, trabalhistas, proteção ao meio ambiente e consumidor. Tais eventos poderão impactar adversamente os negócios da Companhia.

e) Com relação aos seus fornecedores.

Compramos equipamentos nacionais e importados e contratamos serviços terceirizados para a construção, operação e manutenção de nossos empreendimentos. Caso os equipamentos não sejam entregues a contento ou os serviços não sejam executados de acordo com as especificações e padrões mínimos relativos a cada empreendimento, poderemos sofrer um impacto adverso em nossas receitas e resultados operacionais.

A construção de nossos empreendimentos, assim como sua operação e manutenção, é feita através da contratação de fornecedores com reputação e idoneidade dentro do cenário empresarial brasileiro. O fornecimento dos equipamentos principais e auxiliares é feito por

4.1 - Descrição dos fatores de risco

fornecedores de renome nacional e internacional. O fornecimento e a prestação de serviços com qualidade eventualmente abaixo da prevista poderá gerar o não cumprimento de condições declaradas ao Poder Concedente e provocar desgaste acelerado de ativos de geração elétrica, acarretando custos adicionais e a diminuição da receita projetada, podendo causar um impacto adverso na nossa situação financeira e nos nossos resultados operacionais. O mesmo poderá acontecer no caso de suspensão ou ruptura imprevista dos contratos de fornecimento de equipamentos ou de prestação de serviços.

Caso nossos fornecedores de produtos e serviços sofram impacto conjuntural, administrativo ou financeiro que afetem a entrega dos produtos ou serviços contratados, poderá haver um impacto adverso em nossas receitas e resultados operacionais.

Problemas conjunturais, administrativos ou financeiros ocorridos nas empresas contratadas, que afetem de forma definitiva a entrega dos produtos ou serviços contratados, podem levar a um impacto no resultado dos empreendimentos, tanto pela possibilidade de suspensão ou interrupção dos fornecimentos, como pela dificuldade em contratar novos fornecedores.

Caso os pagamentos devidos aos nossos fornecedores de produtos e serviços sejam interrompidos, poderá haver impactos negativos em nossas receitas e resultados operacionais.

O não cumprimento do calendário de pagamento às empresas contratadas, que afetem de forma definitiva a entrega dos produtos ou serviços contratados, pode levar ao descumprimento dos cronogramas descritos em nossos contratos, além de levar a um impacto importante no resultado dos empreendimentos, pela possibilidade de suspensão ou interrupção dos fornecimentos.

Faz parte de nossas operações a compra regular de combustível para utilização em nossas centrais termelétricas. Caso o fornecimento desse combustível não seja cumprido, ou seja, interrompido, poderá haver impactos negativos em nossas receitas e resultados operacionais.

O não cumprimento dos contratos de fornecimento de combustível firmados entre a Companhia, suas controladas e seus respectivos fornecedores, que estejam correlacionadas diretamente com a operação de nossas unidades, pode impactar de forma adversa e relevante o resultado dos empreendimentos.

Caso não sejamos capazes de obter o combustível necessário para o funcionamento de nossas centrais termelétricas nossa situação financeira e nossos resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

Nossas centrais termelétricas dependem de combustível para seu funcionamento e produção de energia elétrica. Não podemos assegurar que seremos capazes de obter contratos de longo prazo que nos assegurem todo o combustível que precisaremos para o regular funcionamento de nossas usinas térmicas. Caso não sejamos capazes de obter o combustível para o funcionamento de nossas usinas térmicas na quantidade necessária, as atividades de nossas usinas térmicas poderão ser paralisadas temporariamente, prejudicando os nossos negócios e o cumprimento de nossos contratos.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Caso nossos prestadores de serviço causem dano ambiental, podemos ser responsabilizados na esfera civil, solidariamente, por sua reparação.

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que a responsabilidade civil pela degradação e pelos danos causados ao meio ambiente é objetiva e solidária, de modo que, independente da culpa, alcança todos aqueles direta e indiretamente relacionados com o dano. Diante disso, poderemos ser responsabilizados, independentemente de culpa ou dolo, por danos ao meio ambiente causados por um de nossos terceirizados no exercício de atividades relacionadas aos nossos empreendimentos e atividades – como, por exemplo, no caso de dano ambiental relacionado com a destinação final de nossos resíduos. Caso sejamos considerados responsáveis por reparação ao meio ambiente, e se as medidas necessárias para tal reparação envolverem valores substanciais, nossas operações e resultados poderão ser relevante e negativamente impactados.

f) Com relação aos seus clientes.

Nossos empreendimentos têm contratos de compra e venda de energia (Power Purchase Agreements - PPAs) advindos das distribuidoras de energia elétrica e da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás. O atraso ou não cumprimento da agenda de pagamentos dos serviços prestados, por parte das contratantes, poderá trazer redução das receitas dos empreendimentos, causando impacto adverso na nossa situação financeira e resultados operacionais.

O atraso ou o não cumprimento das obrigações dos contratos bilaterais por parte das contratantes, distribuidoras de energia elétrica e da Eletrobrás, e a consequente redução de receita dos empreendimentos, pode afetar de forma negativa e significativa as nossas receitas e resultados operacionais.

g) Com relação ao setor de atuação.

Nossas operações estão sujeitas à fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Nossos empreendimentos de geração de energia elétrica, em especial os empreendimentos de geração de energia eólica, estão localizados em áreas com possível existência de itens de interesse arqueológico e histórico. Caso seja confirmado o interesse arqueológico dessas áreas, deveremos realizar o monitoramento e o resgate dos respectivos objetos, sob pena de sermos autuados pelo IPHAN e nossas atividades serem embargadas.

Mudanças nos subsídios fiscais existentes ou futuramente, poderão ter efeito negativo relevante sobre nossos resultados.

Certos benefícios fiscais e tributários (diferimento, isenção ou outros) que beneficiariam a Companhia podem não se efetivar, em especial em relação ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, por parte dos Estados nos quais os projetos da Companhia se localizam. No caso da concessão destes benefícios fiscais e tributários não se efetivar, as estimativas econômico-financeiras da Companhia também podem não se concretizar, bem como pode haver a necessidade de desembolsos não previstos, fato que poderá causar um impacto adverso na nossa situação financeira e resultados operacionais.

Nossos projetos foram elaborados com base em estudos de viabilidade de demanda de energia elétrica no Brasil que, caso não se verificarem, poderá impactar adversamente a execução de nossos projetos e resultados.

Nossos projetos foram elaborados com base em estudos de viabilidade da demanda de energia elétrica no Brasil os quais não podemos assegurar que tal demanda de fato ocorrerá. Caso esta demanda não se verifique, ou seja, menor ao valor que estimamos, poderá haver um impacto adverso na nossa situação financeira e resultados operacionais.

Nosso crescimento por meio de licitações poderá ser negativamente afetado por futuras ações governamentais ou políticas relacionadas a outorgas das centrais de geração de energia elétrica no Brasil.

Nos editais de licitação para outorga de concessões, o Poder Concedente impõe certas exigências a todos os participantes de licitações para novas concessões, incluindo requisitos mínimos como indicadores da estabilidade financeira do participante e/ou de seus acionistas. Não podemos assegurar que seremos capazes de satisfazer todos os requisitos necessários para receber a outorga de novas concessões ou participar de novos processos licitatórios. As concessões de uso de recursos públicos, como da água utilizada pelas hidrelétricas para geração de energia, podem estar sujeitas a níveis variados de influência política, que poderemos não ser capazes de suportar. As regras para a licitação de concessões de usinas de geração estão sujeitas a alterações, tanto no âmbito federal quanto estadual. Não podemos assegurar que os processos licitatórios relativos a novas usinas de geração de energia irão de fato ocorrer. Caso tais licitações não ocorram, ou venham a ser colocadas em termos que não sejam economicamente viáveis ou atrativas para nós, a expansão e diversificação do atual parque gerador poderá sofrer alterações negativas e, conseqüentemente, impactar de forma adversa nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Consumidores de energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e no Ambiente de Contratação Livre – ACL podem reduzir a demanda inicialmente contratada. Poderemos não conseguir vender toda nossa capacidade de geração de energia em ambos os ambientes.

De acordo com nossa estratégia de negócios, venderemos energia elétrica tanto no ACR, por meio de leilões públicos, quanto no ACL. Pela Lei nº 10.848/04 – Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as distribuidoras adquirentes de energia negociada no ACR podem reduzir o montante de energia contratada nos seguintes casos: (i) compensação pela saída de consumidores potencialmente livres do ACR para o ACL; (ii) desvios das estimativas de demanda elaboradas pelas distribuidoras, após dois anos da declaração de demanda inicial, sendo que neste caso a redução está limitada a 4% por ano do montante inicialmente contratado; e (iii) aumento dos montantes de energia adquiridos por meio de contratos firmados antes de março de 2004.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

No ACL, a venda de energia é contratada livremente entre concessionárias de geração, produtores independentes, autoprodutores, comercializadores de energia elétrica, importadores de energia e consumidores livres. Nesse ambiente, os consumidores livres têm flexibilidade para reduzir um volume de aproximadamente 10% da energia originalmente contratada.

Caso as distribuidoras de energia elétrica e os consumidores livres que venham a adquirir energia de nossas usinas decidam reduzir o montante de energia contratada, nossos negócios e operações poderão ser adversamente afetados.

Nossa estratégia de crescimento poderá ser prejudicada pela crescente concorrência no setor de energia elétrica brasileiro.

Nossa estratégia de crescimento envolve a expansão de nossos negócios em novos empreendimentos de geração, submetidos ao processo de autorização outorgada pela ANEEL. Esta atividade poderá ser prejudicada pela crescente concorrência na realização de estudos e solicitação de autorização para execução de projetos. Além disso, é impossível assegurar que teremos sucesso em aproveitar quaisquer dessas oportunidades de crescimento, uma vez que enfrentamos uma crescente concorrência na indústria de geração de energia elétrica por parte de empresas estatais e privadas. Considerando que a obtenção desses novos negócios depende de fatores alheios a nosso controle, é impossível assegurar que teremos sucesso em todas as oportunidades de crescimento que procuraremos explorar neste segmento. Nossa eventual incapacidade de implementar nossa estratégia de crescimento poderá causar um efeito adverso sobre nós.

h) Com relação à regulação do setor de atuação.

Nossas atividades são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelo Ministério de Minas e Energia – MME.

De acordo com a legislação em vigor, a ANEEL é responsável, dentre outras obrigações, pela regulamentação e fiscalização do setor elétrico. Assim, as autorizações e concessões que obtivermos no âmbito de nossas operações estarão sujeitas à regulamentação emanada do MME, ANEEL e outras entidades setoriais. Na hipótese de eventualmente descumpirmos nossas obrigações decorrentes de tal regulamentação, a ANEEL poderá intervir em nossas operações para assegurar a adequada exploração do parque gerador e o cumprimento das normas aplicáveis, e/ou nos impor, de acordo com a gravidade da infração, as seguintes penalidades: (i) advertência; (ii) multa; (iii) embargos ou restrições à construção de novas obras e equipamentos; (iv) suspensão temporária de participação em processos de licitação de novas concessões e autorizações; e/ou (v) caducidade da concessão ou autorização. A intervenção da ANEEL em nossas atividades ou a imposição de penalidades pela ANEEL poderá causar um impacto adverso na nossa situação financeira e resultados operacionais.

Alterações na legislação referente ao setor elétrico podem impactar negativamente os negócios da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Em 15.03.2004, foi promulgada a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico (Lei nº 10.848), que promoveu profundas mudanças no setor, dentre as quais destacamos: (i) as regras relativas à compra e a venda de energia elétrica realizada entre as sociedades geradoras, concessionárias, permissionárias e autorizadas atuantes no setor, (ii) as regras para a licitação de empreendimentos de geração, (iii) a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e novos órgãos setoriais; e (iv) alteração nas competências do MME e da ANEEL. De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, compete à ANEEL e ao MME regulamentarem o setor de energia elétrica no Brasil por meio de decretos, resoluções e outros atos normativos.

A alteração da regulamentação do setor elétrico no Brasil, seja pela introdução de novas leis, pelo julgamento das ações de inconstitucionalidade envolvendo a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico ou pela edição ou alteração de normas pela ANEEL e/ou pelo MME, pode afetar nossas estratégias de negócio e o setor em que atuamos, assim como causar um impacto adverso na nossa situação financeira e nos nossos resultados operacionais.

Poderemos incorrer em custos significativos para cumprir com eventuais alterações na regulação ambiental.

Procuramos cumprir integralmente com todas as disposições de leis e regulamentos atualmente aplicáveis às nossas atividades e possuímos todas as licenças ambientais necessárias para o desenvolvimento de nossas atividades. No entanto, qualquer incapacidade de cumprir com qualquer dessas disposições poderá nos sujeitar à imposição de penalidades, desde advertências até sanções relevantes, ao pagamento de indenizações em valores significativos, à revogação de licenças ambientais ou suspensão da atividade comercial de usinas geradoras sob nosso controle, o que poderá causar um efeito adverso sobre nós. Além disso, o Governo Federal e os governos dos Estados onde atuamos poderão, no futuro, adotar regras mais estritas aplicáveis às nossas atividades. Por exemplo, essas regras poderão, no limite, exigir investimentos adicionais na mitigação do impacto ambiental de nossa atividade, bem como na recomposição de elementos dos meios bióticos e/ou geológicos das regiões onde atuamos nos levando a incorrer em custos significativos para cumprir com tais regras, podendo causar um efeito adverso sobre nós.

Nossas operações e instalações estão sujeitas à regulamentação ambiental, no âmbito federal, estadual e municipal, cuja inobservância poderá nos sujeitar a sanções relevantes.

As nossas atividades estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais nas esferas federal, estadual e municipal, incluindo exigências de licenciamento ambiental para instalação e operação de nossas centrais, visando à proteção da saúde e do meio ambiente. O cumprimento dessa legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância dessas normas.

A inobservância da legislação relativa à proteção do meio ambiente, como por exemplo, no caso de ausência de licenças ambientais que sejam exigidas para nossos empreendimentos e atividades, e na hipótese de disposição irregular de resíduos que causem poluição ou dano à saúde humana, podem implicar a imposição de sanções penais, previstas na Lei Federal nº 9.605/98, sem prejuízo das sanções administrativas e da obrigação civil de reparação dos

4.1 - Descrição dos fatores de risco

danos que eventualmente tenham sido causados. Além disso, os órgãos ambientais poderão fazer exigências adicionais com relação às operações da companhia.

Todas essas sanções e exigências podem ocasionar a perda de incentivos fiscais e a suspensão parcial ou total de nossas atividades, além de ter impacto negativo em nossas receitas e resultados operacionais, ou ainda afetar adversamente a implantação e operação de nossos empreendimentos.

i) Com relação aos países estrangeiros

Não aplicável.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

4.2. Em relação a cada um dos riscos acima mencionados, caso relevantes, comentar sobre eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

A Companhia monitora constantemente os riscos dos seus negócios e que possam impactar de forma adversa suas operações e seus resultados, inclusive mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades, analisando índices de preços e de atividade econômica, assim como a oferta e demanda de energia elétrica. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados acima.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3 Processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são parte, são relevantes para seus negócios e não estão sob sigilo:

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais no curso normal de suas atividades. Tais processos dizem respeito principalmente a questões fiscais, trabalhistas, fundiárias, ambientais e ações de indenização. O total de contingências classificadas como perdas prováveis em 31 de dezembro de 2013 era equivalente a R\$ 2.236 milhões e como perdas possíveis em 31 de dezembro de 2013 era equivalente a R\$ 309.915 milhões.

A Companhia e suas controladas estão se defendendo de ações de naturezas cíveis e regulatórias. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, segregou as chances de êxito nesses processos entre provável e possível.

As causas foram classificadas como provável quando, na avaliação da Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a causa em discussão. Para essas causas, uma provisão para contingências foi constituída no valor total da causa.

As causas foram classificadas como possíveis quando, na avaliação da Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia não admite a obrigação, por entender que existem fortes argumentos de defesa. Nesses casos, a Administração considera que é improvável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a causa em discussão, ou que o valor da saída de recursos não pode ser estimado com confiança, por ainda depender de eventos futuros relevantes. Para essas causas, nenhuma provisão foi constituída.

Neste contexto, as ações ou procedimentos que individualmente não alcançaram valor relevante, e que juntos somam R\$ 3.640 com chance de perda possível, não foram descritos abaixo.

A seguir encontra-se descrição dos processos mais relevantes em que a Companhia ou suas Controladas figuram como parte.

Processo nº 0487350-70.2011.8.19.0001	
a. Juízo	39ª Vara Cível da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro
b. Instância	Primeira
c. Data do Protocolo	Dezembro/ 2011
d. Partes no Processo	Autor (es): Medabil Sistemas Construtivos S/A. Ré (us): Multiner S/A e Termelétrica Itapebi S/A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.120.000,00 (dois milhões, cento e vinte mil reais)

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. Principais Fatos	A Medabil Sistemas Construtivos S/A ajuizou em face da Multiner S/A e da Termelétrica Itapebi S/A ação de cobrança visando o pagamento de valores referentes à contratação de estruturas metálicas a serem utilizadas na construção da Unidade Termelétrica. As rés ofereceram defesa, alegando, em síntese, que discordam dos cálculos da autora, tendo em vista pagamentos já efetuados, bem como equipamentos não entregues. Multiner e Itapebi ajuizaram, ainda, exceção de incompetência, sob o argumento de que o foro no qual a ação foi proposta (Porto Alegre – RS) não seria competente para a sua apreciação e julgamento. A exceção foi julgada procedente e a ação distribuída no Rio de Janeiro. Todavia, as Rés ainda não foram citadas para oferecer resposta no prazo legal.
g. Chance de Perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	As rés terão que pagar o valor cobrado.
i. Valor provisionado se houver provisão	Não há

Processo nº 0058960-46.2012.4.01.3400	
a. Juízo	13ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília
b. Instância	1ª Instância
c. Data de Instauração	04 de dezembro de 2012
d. Partes no Processo	Autor (es): Termelétrica Termopower V S/A; Multiner S/A e A&G Energia Empreendimentos LTDA. Ré (us): Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 32.938.330,00 (O valor efetivo dependerá de apuração oportuna).
f. Principais Fatos	Trata-se de Ação Ordinária com o objetivo de suspender os efeitos dos atos administrativos que determinaram a execução dos seguros garantia apresentados pelas autoras, consubstanciados no Despacho nº 2.087/2012 e quaisquer outros proferidos posteriormente, determinando-se que a ré se abstenha de, até o julgamento final da contenda, realizar a referida execução. Em 08/03/2013 foi concedida tutela antecipada para suspender o procedimento administrativo de execução das garantias de fiel cumprimento. O Juiz intimou ao autor para se manifestar sobre a contestação bem como as provas que pretende produzir.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Execução das Garantias de Fiel Cumprimento do empreendimento.
i. Valor provisionado, se	Não há.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 0022426-69.2013.4.01.3400	
a. Juízo	13ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília
b. Instância	1ª Instância
c. Data de Instauração	06 de maio de 2013
d. Partes no Processo	Autor (es): Termelétrica Termopower V S/A; Multiner S/A e A&G Energia Empreendimentos LTDA. Ré (us): Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Sem valor definido.
f. Principais Fatos	Trata-se de Ação Ordinária com o objetivo de anular os efeitos dos Resoluções Autorizativas ANEEL nº 3672/2012 e nº 3673/2012 e do Despacho nº 2863/2012, que determinaram a revogação das outorgas dos empreendimentos denominados UTE Termopower V e UTE Termopower VI, com pedido liminar para manter vigentes os CCEAR's. O pedido de tutela antecipada foi indeferido. Apresentada Contestação em 26/07/2013 e Réplica em 04/09/2013. Em 10/12/2013 despacho de intimação das Partes para se manifestarem em relação as provas que pretendem produzir.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Revogação das outorgas de Termopower V e Termopower VI.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Processo nº 0061003-53.2012.4.01.3400	
a. Juízo	13ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília
b. Instância	1ª Instância
c. Data de Instauração	17 de dezembro de 2012
d. Partes no Processo	Autor (es): Termelétrica Pernambuco IV S/A; Multiner S/A e A&G Energia Empreendimentos LTDA. Ré (us): Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 32.938.360,00 (O valor efetivo dependerá de apuração oportuna).

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. Principais Fatos	Trata-se de Ação Ordinária com o objetivo de suspender os efeitos dos atos administrativos que determinaram a execução do seguro-garantia apresentado pela autora, consubstanciados nos Ofícios nºs 357/2012 e 609/2012 e quaisquer outros proferidos prévia ou posteriormente. em 25/01/2013 foi concedida tutela antecipada para suspender o procedimento administrativo de execução das garantias de fiel cumprimento. Contestação apresentada em 08/03/2013. Em 10/06/2013 o Juiz manteve a decisão deferindo a medida cautelar em caráter incidental. Após publicação de decisão a Secretaria fez carga dos autos. Em 30/09/2013 Autoras apresentaram Réplica.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Execução das Garantias de Fiel Cumprimento do empreendimento.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Processo nº 0053628-98.2012.4.01.3400	
a. Juízo	4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília
b. Instância	1ª Instância
c. Data de Instauração	06 de novembro de 2012
d. Partes no Processo	Autor (es): Termelétrica Monte Pascoal S/A; Termelétrica Itapebi S/A e Multiner S/A Ré (us): Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 20.302.500,00 (O valor efetivo dependerá de apuração oportuna).
f. Principais Fatos	Trata-se de Medida Cautelar Inominada com objetivo de suspender as decisões administrativas da ANEEL que determinaram: (i) a execução dos seguro-garantias dos empreendimentos Monte Pascoal e Itapebi; (ii) a abertura de processo administrativo de declaração de inidoneidade em desfavor de Itapebi, Monte Pascoal e Multiner. Em 12/11/2012 foi concedida tutela antecipada às autoras para suspender am bos processos administrativos. A Ré apresentou contestação no prazo legal . Em 27/09/2013 Autoras apresentaram Réplica.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Execução das Garantias de Fiel Cumprimento do empreendimento.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo Arbitral FGV n.º 04/2012	
a. Juízo	Câmara de Arbitragem FGV
b. Instância	Arbitral
c. Data do Protocolo	24/04/2012
d. Partes no Processo	Multiner S/A (UTE Pernambuco IV), Termelétrica Monte Pascoal S/A (UTE Monte Pascoal), Termelétrica Itapebi S/A (UTE ITABEBI)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 12.000.000,00
f. Principais Fatos	Procedimento arbitral iniciado pela Multiner, Monte Pascoal e Itapebi contra todas as distribuidoras das UTE Pernambuco IV, Itapebi e Monte Pascoal que tem como finalidade reconhecer a inexigibilidade das multas rescisórias dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica em Ambiente Regulado, ou, subsidiariamente, obter a redução do seu valor. O Termo de Arbitragem foi assinado e as Requerentes apresentaram suas alegações iniciais. As Requeridas apresentaram contestação, nós apresentamos réplica e as partes especificaram provas. O Tribunal Arbitral deferiu a prova pericial solicitada por nós e indeferiu a prova oral solicitada pelas Requeridas. As partes requereram conjuntamente a suspensão do processo com o intuito de negociarem acordo.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Não há.

Processo nº 18399/CA/ASM	
a. Juízo	International Court of Arbitration
b. Instância	Internacional Chamber of Commerce
c. Data de Instauração	
d. Partes no Processo	Autor (es): Termelétrica Itapebi S/A e Multiner S/A Ré (us): Caterpillar Motoren GmbH & Co. KG
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10.000.000,00

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. Principais Fatos	Em dezembro de 2011, Caterpillar Motoren GmbH & Co. KG, uma subsidiária alemã com atividade nos EUA (Caterpillar Inc.) ajuizou um procedimento arbitral em face de Multiner S/A e Termelétrica Itabebi S/A, cuja cusa de pedir é o contrato de fornecimento de motores e equipamentos auxiliares (Equipment Supply Contract for the supply of engines and auxiliary equipment). Tais equipamentos seriam utilizados na planta de Sapeaçu - BA. A Caterpillar alega que a Multiner S/A e Termelétrica Itapebi S/A quebraram o contrato e busca indenização de até 60 milhões de euros. Multiner e Itapebi apresentarão tese defensiva com fortes argumentos. A lei que rege a arbitragem é a do Estado de Nova Iorque. O foro da arbitragem é Miami - Flórida; e as regras são as da Câmara de Comércio Internacional (ICC), conforme estabelecido no contrato. Após todo o tramite processual inerente ao Procedimento Arbitral																
g. Chance de Perda	Possível																
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	<p>Ponto relevante: Em março de 2014 foi prolatada sentença contendo resumidamente o que se segue: <i>“Caterpillar falhou em demonstrar que os equipamentos auxiliares para os motores pedidos pela Multiner deveriam ser descartados. Também falhou durante o processo por não demonstrar previamente às audiências onde o adiantamento da Multiner foi diretamente aplicado. Além disso, a Caterpillar apresentou evidências quanto aos valores de revenda dos equipamentos de forma tardia para eventual consideração pelo Tribunal.</i></p> <p style="text-align: center;"><u>Prejuízos Efetivos da Caterpillar – Resultado da Sentença</u></p> <table data-bbox="563 1267 1390 1559"> <tr> <td>Valor Total do Contrato:</td> <td style="text-align: right;">EU\$ 60,661,726.00</td> </tr> <tr> <td>Pagamentos efetuados pela Multiner:</td> <td style="text-align: right;">(EU\$ 14,938,400.00)</td> </tr> <tr> <td>Saldo Contratual:</td> <td style="text-align: right;">EU\$ 45,723,326.00</td> </tr> <tr> <td colspan="2"><i>Deduções</i></td> </tr> <tr> <td>Equipamentos Objeto do Contrato Revendidos:</td> <td style="text-align: right;">(EU\$ 37.059,451.00)</td> </tr> <tr> <td>Pagamento adiantado da Multiner gerou:</td> <td></td> </tr> <tr> <td>BoP (balança de pagamentos ou custo de capital)</td> <td style="text-align: right;">(EU\$ 1,772,672.00)</td> </tr> <tr> <td>Soft Costs (economia de custos administrativos)</td> <td style="text-align: right;">(EU\$ 2,362,847.00)</td> </tr> </table> <p><u>Resultado Fundamentado na Seção 2-706 da Uniform Commercial Code : EU\$ 5,175,651.00'</u></p>	Valor Total do Contrato:	EU\$ 60,661,726.00	Pagamentos efetuados pela Multiner:	(EU\$ 14,938,400.00)	Saldo Contratual:	EU\$ 45,723,326.00	<i>Deduções</i>		Equipamentos Objeto do Contrato Revendidos:	(EU\$ 37.059,451.00)	Pagamento adiantado da Multiner gerou:		BoP (balança de pagamentos ou custo de capital)	(EU\$ 1,772,672.00)	Soft Costs (economia de custos administrativos)	(EU\$ 2,362,847.00)
Valor Total do Contrato:	EU\$ 60,661,726.00																
Pagamentos efetuados pela Multiner:	(EU\$ 14,938,400.00)																
Saldo Contratual:	EU\$ 45,723,326.00																
<i>Deduções</i>																	
Equipamentos Objeto do Contrato Revendidos:	(EU\$ 37.059,451.00)																
Pagamento adiantado da Multiner gerou:																	
BoP (balança de pagamentos ou custo de capital)	(EU\$ 1,772,672.00)																
Soft Costs (economia de custos administrativos)	(EU\$ 2,362,847.00)																
i. Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 74.210.000,00																

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas, informando:

- a. juízo**
- b. instância**
- c. data de instauração**
- d. partes no processo**
- e. valores, bens ou direitos envolvidos**
- f. principais fatos**
- g. se a chance de perda é:**
 - i. provável
 - ii. possível
 - iii. remota
- h. análise do impacto em caso de perda do processo**
- i. valor provisionado, se houver provisão**

De acordo com a Instrução CVM nº 480, este item é facultativo para companhias registradas na categoria B.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5 Processos sigilosos relevantes:

Não Aplicável

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6 Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que, em conjunto, sejam relevantes, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros:

Não Aplicável.

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7 Outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Não aplicável.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8 informações sobre as regras do país de origem da Companhia e regras do país no qual os valores mobiliários da Companhia estão custodiados.

Não aplicável.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5. Riscos de Mercado

5.1 Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

A administração da Multiner monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios estão relacionados a seguir:

- **Risco de taxa de juros**

Obs: Valores em (R\$ Mil)

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2014	31/12/2013	31/3/2014	31/12/2013
Ativos vinculados a taxa pós fixada - CDI				
Caixa e equivalente de caixa - aplicações financeiras		-	3	2
Contratos de mútuo com partes relacionadas	243.995	236.055	243.995	236.055
Aplicações vinculadas	-	-	1	1
Total	243.995	236.055	243.999	236.058
Ativos vinculados a taxa pós fixada - IGP M				
Caixa e equivalente de caixa - aplicações financeiras	114.227	110.302	115.288	110.302
Total	114.227	110.302	115.288	110.302
Passivos vinculados a taxa pós fixada - CDI				
Contratos de mútuo com partes relacionadas	(47.600)	(41.354)	-	-
Total	(47.600)	(41.354)	-	-
Passivos vinculados a taxa pós fixada - IGP M				
Empréstimos e Financiamento	(115.797)	(111.699)	(606.153)	(588.421)
	(115.797)	(111.699)	(606.153)	(588.421)

A Administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um “cenário provável I” se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do CDI, SELIC, IGP-M e Taxa Pré e as taxas de Euro e Dólar, divulgadas pela Bolsa de Mercadorias & Futuros em 31 de março de 2014.

Os quadros abaixo demonstram o impacto do resultado financeiro consolidado em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, simulando o cenário provável, que considera o cálculo do valor justo das dívidas, o cenário II e III que demonstram o impacto no resultado considerando a taxa de desconto deteriorada em 25% e 50%. O cenário provável foi

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo abaixo.

Instrumentos

	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto	114.231	Queda CDI	17.495	19.155	20.816
Contratos de mútuo a receber	243.995	Queda CDI	29.235	21.926	14.617
Adiantamentos a fornecedores	75.019	Queda Euro	5.883	(14.342)	(34.568)
Adiantamentos a fornecedores	379	Queda Dolar	15	(83)	(182)
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos e financiamentos	(606.153)	Alta IGPM	(92.864)	(101.680)	(110.495)
Fornecedores	(23.717)	Alta Euro	(1.860)	(8.254)	(14.648)
Fornecedores	(313)	Alta Dolar	(13)	(94)	(176)

Impacto em resultado

Pós Fixado	Valor Justo	31/3/2014	
		25%	50%
Multiner - Debêntures 2ª Emissão	115.896	116.146	116.394
RAESA - CCB 1ª Emissão	152.974	154.315	155.659
RAESA - CCB 2ª Emissão	246.855	267.836	290.713
	515.725	538.297	562.766

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, utilizamos a taxa média de DI e IGP-M divulgadas pelo CETIP e FGV, respectivamente, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. Calculamos a taxa de desconto utilizando a DI e o IGP-M do período acrescido do *spread* do juros dos títulos.

A Administração entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas entre 95% e 100,5% do DI.

A tabela abaixo representa as taxas efetivas e os vencimentos de todos os instrumentos mensurados ao custo amortizado.

Indexador	Spread
IGP-M	Entre 9% e 10,5% a.a.
CDI	Entre 0% e 7,44% a.a.
Pré-Fixados	7,5% a.a.

- **Risco de taxa de câmbio**

Para reduzir esse risco, além do monitoramento permanente do mercado de câmbio pela sua Administração, a Companhia poderá contratar, quando julgar necessário, derivativos financeiros para compensar esses eventuais impactos. No entanto, durante este período, os níveis das taxas de câmbio utilizadas nas projeções financeiras e nas contratações de importações, bem como nos custos associados à contratação de mecanismos de proteção, levaram a Administração a optar pela posição de neutralidade no que tange a contratação de tais mecanismos de proteção.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2. Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:

- a. riscos para os quais se busca proteção;**
- b. estratégia de proteção patrimonial (hedge);**
- c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge);**
- d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos ;**
- e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos;**
- f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos;**
- g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.**

De acordo com a Instrução CVM nº 480, este item é facultativo para companhias registradas na categoria B.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

5.3. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de risco adotada.

De acordo com a Instrução CVM nº 480, este item é facultativo para companhias registradas na categoria B.

5.4 - Outras informações relevantes

5.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico já foram divulgadas neste documento.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	21/05/2007
Forma de Constituição do Emissor	Constituída sob a forma de sociedade por ações de capital fechado. Em 10/07/2008, recebeu da CVM registro de companhia aberta, sendo desde então uma sociedade por ações de capital aberto.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	10/07/2008

6.3 - Breve histórico

6.3 Breve Histórico

A Multiner S.A é uma holding, que foi constituída em 21 de Maio de 2007 e teve seu registro de companhia aberta concedido em 10 de julho de 2008, código CVM 2152-0. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

Em decorrência da criação da Instrução Normativa nº 480, as empresas passaram a ser classificadas como categoria A ou B. A Multiner S.A esta classificada como categoria B. O registro na categoria B autoriza a negociação de valores mobiliários do emissor em mercados regulamentados, exceto os seguintes valores mobiliários: (i) ações e certificados de depósitos de ações ou (ii) valores mobiliários que confirmam ao titular o direito de adquirir ações e certificados de depósitos de ações, em consequência da sua conversão ou do exercício dos direitos que lhe são inerentes, desde que emitidos pelo próprio emissor desses valores mobiliários ou por uma sociedade pertencente ao grupo do referido emissor.

A Companhia atualmente possui um portfólio com 236,8 MW de capacidade instalada própria, distribuída em 3 (três) usinas, entre termelétrica (RAESA – UTE Cristiano Rocha, com capacidade instalada de 85,0 MW) e eólicas (Parque Alegria - UEEs Alegria I e II, com capacidade de 151,8 MW), localizadas no Norte e Nordeste do país, respectivamente. A Companhia possui 100% do controle da RAESA e opera as usinas eólicas em parceria com a Eólica Administração e Participação, que possui 20% do controle. Para exploração de seu portfólio a Companhia detém autorizações outorgadas pelo órgão regulador, com vencimento em 2025 - RAESSA e 2031 – Parque Alegria.

Em março de 2012, o Grupo Bolognesi assume o controle da Multiner S.A - O Grupo Bolognesi é controlado pelo empresário Ronaldo Marcelo Bolognesi e atua nas áreas imobiliária, construção pesada, concessões e energia. No setor de energia, conta com um portfólio de 1,02 GW, sem incluir a Multiner S.A. Desse total, 600 MW são de pequenas centrais hidrelétricas e 420 MW de usinas termelétricas.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

6.5 Principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições de ativos importantes, pelos quais tenham passado a Companhia ou qualquer de suas controladas ou coligadas, indicando: (a) evento; (b) principais condições do negócio; (c) sociedades envolvidas; (d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia; (e) quadro societário antes e depois da operação.

(i) Constituição da Companhia

Evento:	Constituição da empresa, inicialmente com o nome 2010 Geração de Energia e Participações S.A
Data:	Assembléia Geral de Constituição em 21.05.2007.
Principais condições do negócio:	A Companhia foi constituída com o capital subscrito de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas, ao valor nominal de R\$ 1,00 (um Real) cada uma.
Sociedades/Acionistas envolvida(o)s:	(i) Cia 44 de Negócios (acionista) (ii) José Augusto Ferreira dos Santos (acionista) (iii) Jorge Amilcar Boueri da Rocha (acionista)
Efeitos resultantes no quadro acionário/quadro acionário antes e depois da operação:	O percentual de participação dos acionistas na constituição da Companhia foi distribuído da seguinte forma: Companhia 44 de Negócios – 900 ações; Jorge Amilcar Boueri da Rocha – 50 ações; e José Augusto Ferreira dos Santos. –50 ações.

(ii) Alteração da Razão Social da companhia

Evento:	Alteração da razão social da companhia para Multiner S.A.
Data:	Assembléia Geral Extraordinária em 31.10.2007.
Principais condições do negócio:	Alteração da razão social da empresa para Multiner S.A , alteração do Estatuto Social da empresa e aprovação do Sr. Carlos Henrique Figueiredo para o cargo de diretor.
Sociedades/Acionistas envolvida(o)s:	(i) Cia 44 de Negócios (acionista) (ii) José Augusto Ferreira dos Santos (acionista) (iii) Jorge Amilcar Boueri da Rocha (acionista)
Efeitos resultantes no quadro acionário/quadro acionário antes e depois da operação:	O percentual de participação dos acionistas da Companhia se manteve inalterada: Companhia 44 de Negócios – 900 ações; Jorge Amilcar Boueri da Rocha – 50 ações; e José Augusto Ferreira dos Santos. –50 ações.

(iii) Desdobramento de Ações

Evento:	A Companhia realizou desdobramento de ações, visando a facilitar a representação da participação de cada acionista no quadro social.
Data:	Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31.12.2007.
Principais condições do negócio:	Cada ação representativa do capital da Companhia à época foi desdobrada em 1.000 ações, passando a totalidade do capital social da Companhia a ser representado por 1.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.
Sociedades/Acionistas envolvida(o)s:	(i) Multiner S.A. (companhia) (ii) Carlos Henrique Figueiredo (acionista) (iii) Jorge Amilcar Boueri da Rocha (acionista) (iv) Cia. 44 de Negócios S.A. (acionista)
Efeitos resultantes no quadro acionário/quadro acionário antes e depois da operação:	O percentual de participação dos acionistas no quadro acionário da Companhia manteve-se inalterado. Antes da Operação: Carlos Henrique Figueiredo – 173 ações; Jorge Amilcar Boueri da Rocha – 50 ações; Cia 44 de Negócios S.A. – 777 ações. Depois da Operação: Carlos Henrique Figueiredo – 173.000 ações; Jorge Amilcar Boueri da Rocha – 50.000 ações; Cia 44 de Negócios S.A. – 777.000 ações.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas**(iv) Aumento de Capital**

Evento:	Aumento de capital da Companhia.
Data:	Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31.12.2007.
Principais condições do negócio:	Aumento do capital da Companhia em R\$727.000,00, com a emissão de 727.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralmente subscritas pelo acionista Jorge Amilcar Boueri da Rocha.
Sociedades/Acionistas envolvida(o)s:	(i) Multiner S.A. (emissora) (ii) Jorge Amilcar Boueri da Rocha (subscritor)
Efeitos resultantes no quadro acionário/quadro acionário antes e depois da operação:	O acionista Jorge Amilcar Boueri da Rocha passou a ser detentor de 777.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia. Antes da Operação: Carlos Henrique Figueiredo – 173.000 ações; Jorge Amilcar Boueri da Rocha – 50.000 ações; Cia 44 de Negócios S.A. – 777.000 ações. Depois da Operação: Carlos Henrique Figueiredo – 173.000 ações; Jorge Amilcar Boueri da Rocha – 777.000 ações; Cia 44 de Negócios S.A. – 777.000 ações.

(v) Constituição de consórcios e das SPes: Termelétrica Pernambuco III S.A., Termelétrica Pernambuco IV S.A., Termelétrica Termopower V S.A., Termelétrica Termopower VI S.A., Termelétrica Termopower VII S.A. e Termelétrica Termopower VIII S.A.

Evento:	Constituição de consórcios e das SPes: Termelétrica Pernambuco III S.A., Termelétrica Pernambuco IV S.A., Termelétrica Termopower V S.A., Termelétrica Termopower VI S.A., Termelétrica Termopower VII S.A. e Termelétrica Termopower VIII S.A.
Data:	11.03.2008
Principais condições do negócio:	<p>A Companhia e a A&G constituíram os seguintes consórcios: Consórcio Pernambuco III, em 01.10.2008; Consórcio Pernambuco IV, em 19.09.2008; Consórcio Termopower V, em 01.10.2008; Consórcio Termopower VI, em 01.10.2008, todas com capacidade individual de geração de 200MW.</p> <p>Ademais, a Companhia e a A&G constituíram as seguintes sociedades de propósito específico: Termelétrica Pernambuco III S.A., em 23.10.2008; Termelétrica Pernambuco IV S.A., em 21.10.2008; Termelétrica Termopower V S.A., em 23.10.2008; Termelétrica Termopower VI S.A., em 23.10.2008, todas com o seguinte quadro social: Multiner S.A.: 99% e A&G Energia Empreendimentos Ltda – ME: 1%.</p> <p>A Termelétrica Pernambuco IV S.A. sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL A-3 de 2008 e as Termelétricas Pernambuco III S.A., Termopower V S.A. e Termopower VI S.A. sagraram-se vencedoras do Leilão ANEEL A-5 de 2008. De acordo com o “Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Outras Avenças” celebrado em 12.05.2009, a A&G se obrigou a ceder à Companhia todos os direitos relacionados aos empreendimentos denominados UTE Ribeirão I, UTE Pernambuco IV, UTE Termopower I, UTE Termopower II, UTE Termopower III, UTE Termopower IV, UTE Termopower V, UTE Termopower VI, UTE Termopower VII e UTE Termopower VIII, incluindo a participação da A&G nas respectivas sociedades de propósito específico. Em contrapartida, a Companhia se obrigou a ceder à A&G e Ronaldo Ganon todos os direitos acerca do empreendimento denominado UTE Pernambuco III, incluindo a participação da Companhia na respectiva sociedade de propósito específico.</p> <p>A Companhia solicitou à ANEEL pedido de anuência para (i) as transferências mencionadas acima, e (ii) transferência dos direitos detidos pelos consórcios para as sociedades de propósito específico. O referido processo encontra-se em fase de deferimento pela ANEEL.</p>

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas**(vi) Aquisição de Participação na New Energy Options Geração de Energia S.A. (60%)**

Evento:	A Companhia adquiriu da sociedade Novas Opções Energéticas Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 07.156.939/0001-99, ações de emissão da New Energy Options Geração de Energia S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 04.245.220/0001-36, representando 60% (sessenta por cento) da totalidade das ações de emissão e com direito a voto da referida companhia, nos termos da “Promessa Irrevogável de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças” celebrado em 25 de janeiro de 2008.
Data:	O fechamento da operação, com a transferência das ações para a Companhia, ocorreu em 20.06.2008.
Sociedades envolvidas:	(i) Multiner S.A. (adquirente) (ii) Novas Opções Energéticas Ltda. (vendedor) (iii) New Energy Options Geração de Energia S.A. (companhia objeto)
Principais condições do negócio/quadro acionário antes e depois da operação:	A Companhia adquiriu as ações pelo preço de R\$11.550.000,00. A referida quantia já foi integralmente paga pela Companhia à vendedora. A transferência das ações à Companhia ocorreu após a comunicação à ANEEL. A New Energy Options Geração de Energia S.A. é produtor independente autônomo de energia, titular das autorizações da ANEEL 662/01 e 663/01 para implantação das UEEs Alegria I e Alegria II em Guamaré, Rio Grande do Norte, com capacidade conjunta de 151,8 MW, tendo celebrado como Eletrobrás (i) em 11.08.2004, Contrato de Compra e Venda de Energia – Contrato CT – Proinfa/Eólica 044/2004; (ii) em 05.03.2005, Contrato de Compra e Venda de Energia – Contrato CT – Proinfa/Eólica 044 A/2005. Antes da Operação: New Energy Option Geração de Energia S.A.: Novas Opções Energéticas Ltda. 60% - 600 ações; Eólica Administração e Participações Ltda. 40% - 400 ações. Depois da Operação: New Energy Options Geração de Energia S.A.: Multiner S.A. 60% - 600 ações; Eólica Administração e Participações Ltda. 40% - 400 ações.

(vii) Aquisição de Participação na New Energy Options Geração de Energia S.A. (20%)

Evento:	A Companhia adquiriu da sociedade Eólica Administração e Participações Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 07.519.774/0001-72, ações de emissão da New Energy Options Geração de Energia S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 04.245.220/0001-36, representando 20% (vinte por cento) da totalidade das ações de emissão e com direito a voto da referida companhia, nos termos do “Instrumento Particular de Re-Ratificação do Termo de Cessão de Ações” celebrado em 31 de março de 2008.
Data:	O fechamento da operação, com a transferência das ações para a Companhia, ocorreu em 23.06.2008.
Principais condições do negócio:	A Companhia adquiriu as ações pelo preço de R\$4.060.000,00. A referida quantia já foi integralmente paga pela Companhia à vendedora. A New Energy Options Geração de Energia S.A. é produtor independente autônomo de energia, titular das autorizações da ANEEL 662/01 e 663/01 para implantação das usinas eólicas Alegria I e Alegria II em Guamaré, Rio Grande do Norte, com capacidade conjunta de 151,8 MW, tendo celebrado com a Eletrobrás (i) em 11.08.2004, Contrato CT – Proinfa/Eólica 044/2004; (ii) em 05.03.2005, Contrato CT – Proinfa/Eólica 044 A/2005. A Companhia e a Eólica Administração e Participações Ltda. celebraram, em 23.06.2008, um acordo de acionistas regulando sua relação como acionistas da New Energy Options Geração de Energia S.A.
Sociedades envolvidas:	(i) Multiner S.A. (adquirente) (ii) Eólica Administração e Participações Ltda. (vendedor)

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

	(iii) New Energy Options Geração de Energia S.A. (companhia objeto)
Efeitos resultantes no quadro acionário/quadro acionário antes e depois da operação::	Mediante tal operação, a Companhia passou a deter, em conjunto com as ações adquiridas da Novas Opções Energéticas Ltda., conforme item “iv” supra, 80% das ações de emissão da New Energy Options Geração de Energia S.A. e, através de tal sociedade, passou a deter 80% dos empreendimentos eólicos Alegria I e Alegria II. Antes da Operação: New Energy Options Geração de Energia S.A.:Multiner S.A. 60% - 600 ações; Eólica Administração e Participações Ltda. 40% - 400 ações. Depois da Operação: New Energy Options Geração de Energia S.A.: Multiner S.A. 80% - 800 ações; Eólica Administração e Participações Ltda. 20% - 200 ações.

(viii) Transferência de Ações

Evento:	Transferência de ações da Companhia pelo acionista Jorge Amilcar Boueri da Rocha.
Data:	13.08.2008
Principais condições do negócio:	Transferência de 774.650 ações do acionista Jorge Amilcar Boueri da Rocha para a JABR Participações S.A.
Sociedades/Acionistas envolvida(o)s:	(i) Multiner S.A. (ii) Jorge Amilcar Boueri da Rocha (cedente) (iii) JABR Participações S.A. (cessionária)
Efeitos resultantes no quadro acionário/quadro acionário antes e depois da operação::	A JABR Participações S.A. passou a ser detentora de 774.650 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia, e o acionista Jorge Amilcar Boueri da Rocha passou a ser detentor de 2.350 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia. Antes da Operação:Jorge Amilcar Boueri da Rocha – 777.000 ações; JABR Participações S/A – 0 ações. Depois da Operação:Jorge Amilcar Boueri da Rocha – 2.350 ações; JABR Participações S/A – 774.650 ações.

(iv) Transferência de Ações

Evento:	Transferência de ações da Companhia pelo acionista Carlos Henrique Figueiredo.
Data:	13.08.2008
Principais condições do negócio:	Transferência de 171.700 ações do acionista Carlos Henrique Figueiredo para a Caíque Participações e Consultoria Ltda., antiga denominação da Companhia de Investimentos Resultado.
Sociedades/Acionistas envolvida(o)s:	(i) Multiner S.A. (ii) Carlos Henrique Figueiredo (cedente) (iii) Caíque Participações e Consultoria Ltda. (cessionária)
Efeitos resultantes no quadro acionário/quadro acionário antes e depois da operação::	A Caíque Participações e Consultoria Ltda. passou a ser detentora de 171.700 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia, e o acionista Carlos Henrique Figueiredo passou a ser detentor de 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia. Antes da Operação:Carlos Henrique Figueiredo – 172.700 ações; Caíque participações e Consultoria Ltda. – 0 ações Depois da Operação:Carlos Henrique Figueiredo – 1.000 ações; Caíque Participações e Consultoria Ltda. – 171.700 ações

(x) Constituição da Companhia Energética Uruguai – CEU

Evento:	Constituição da Companhia Energética Uruguai – CEU
Data:	26.08.2008
Principais condições do negócio:	A Companhia, a SOG – Sistemas de Óleo e Gás S.A. e a Estelar Engenheiros Associados S.A. constituíram, em 26.08.2008, a Companhia Energética Uruguai, nos termos do “Acordo de Associação e outras Avenças” celebrado

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

	em 26.08.2008, visando ao estudo de revisão do inventário hidrelétrico do rio Uruguai entre as elevações 193 a 212, nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Na referida data, as acionistas subscreveram e integralizaram ações da companhia, na seguinte proporção: (i) Multiner S.A.: 710 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 cada, totalizando R\$710,00; (ii) Sistemas de Óleo e Gás S.A: 150 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 cada, totalizando R\$150,00; e (iii) Estelar Engenheiros Associados S.A.: Sistemas de Óleo e Gás S.A: 140 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 cada, totalizando R\$140,00.
Sociedades/Acionistas envolvida(o)s:	(i) Multiner S.A. (ii) SOG – Sistemas de Óleo e Gás S.A. (iii) Estelar Engenheiros Associados S.A. (iv) Companhia Energética Uruguai
Efeitos resultantes no quadro acionário/quadro societário antes e depois da operação:	O capital social da Companhia Energética Uruguai é distribuído da seguinte forma: Multiner S.A. (71%), SOG – Sistemas de Óleo e Gás S.A. (15%), e Estelar Engenheiros Associados S.A. (14%). As acionistas celebraram, em 26.08.2008, um acordo de acionistas regulando seu relacionamento como acionistas da companhia.

(xi) Aumento de Capital

Evento:	Aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado.
Data:	Reunião do Conselho de Administração realizada em 04.12.2008.
Principais condições do negócio:	Aumento do capital da Companhia de R\$728.000,00 para R\$16.392.737,72, mediante a emissão de 52.148 novas ações preferenciais resgatáveis, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$899,31 por ação preferencial resgatável. Do montante total da emissão de ações, o valor de R\$31.232.480,16 foi destinado à conta de reserva de capital da Companhia.
Sociedades/Acionistas envolvida(o)s:	(i) Multiner S.A. (emissora) (ii) BVA Empreendimentos S.A. (subscritor)
Efeitos resultantes no quadro acionário/quadro acionário antes e depois da operação::	A BVA Empreendimentos S.A. passou a ser detentora de 52.148 ações preferenciais resgatáveis, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia. Antes da operação: Companhia de Investimentos Resultado – 173.000 ações ON; JABR Participações S.A. – 777.000 ações ON; Cia 44 de Negócios S.A. – 777.000 ações ON. Depois da Operação: Companhia de Investimentos Resultado – 173.000 ações ON; JABR Participações S.A. – 777.000 ações ON; Cia 44 de Negócios S.A. – 777.000 ações ON; BVA Empreendimentos S.A. – 52.148 ações PN.

(xii) Aumento de Capital

Evento:	Aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado.
Data:	Reunião do Conselho de Administração realizada em 05.12.2008.
Principais condições do negócio:	Aumento do capital da Companhia de R\$16.392.737,72 para até R\$150.002.304,65, mediante a emissão de pelo menos 5.560 até 445.620 novas ações preferenciais resgatáveis, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$899,31 por ação preferencial resgatável. Do montante total da emissão de ações, o valor de R\$598,92 por ação foi destinado à conta de reserva de capital da Companhia.
Sociedades/Acionistas envolvida(o)s:	(i) Multiner S.A. (emissora) (ii) Multiner FIP (subscritor)

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Efeitos resultantes no quadro acionário:	<p>Antes da Operação: Companhia de Investimentos Resultado – 173.000 ações ON; JABR Participações S.A. – 777.000 ações ON; Cia 44 de Negócios S.A. – 777.000 ações ON; BVA Empreendimentos S.A. – 52.148 ações PN.</p> <p>Depois da Operação: Companhia de Investimentos Resultado – 173.000 ações ON; JABR Participações S.A. – 777.000 ações ON; Cia 44 de Negócios S.A. – 777.000 ações ON; BVA Empreendimentos S.A. – 52.148 ações PN; Multiner FIP – 445.620 ações PN.</p>
--	---

(xiii) Aquisição de Participação na Termelétrica Monte Pascoal S.A. (99,9%)

Evento:	A Companhia adquiriu da sociedade South Bahia Energia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 07.682.252/0001-97, ações de emissão da Termelétrica Monte Pascoal S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 09.093.859/0001-67, representando 100% (cem por cento) da totalidade das ações de emissão e com direito a voto da referida companhia, nos termos do “Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças” celebrado em 17.03.2008. A operação foi aprovada e ratificada na Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 24.07.2008. Em 02.04.2009, Mutiner transferiu para JABR Participações S.A. 1 ação ordinária de emissão da Termelétrica Monte Pascoal S.A., passando a deter 99,9% das ações de emissão da referida companhia.
Data:	O fechamento da operação, com a transferência das ações para a Companhia, ocorreu em 20.03.2009.
Principais condições do negócio:	A Companhia adquiriu as ações pelo preço de R\$5.882.352,94. A referida quantia já foi integralmente paga pela Companhia à vendedora. A transferência das ações à Companhia ocorreu após a obtenção da anuência da ANEEL, obtida em 16.12.2008. A Termelétrica Monte Pascoal S.A. é titular da autorização nº 1.735 com capacidade de 144.770 kW tendo celebrado Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, em 25.02.2008.
Sociedades envolvidas:	(i) Multiner S.A. (adquirente) (ii) South Bahia Energia Ltda. (vendedor) (iii) Termelétrica Monte Pascoal S.A (companhia objeto)
Efeitos resultantes no quadro acionário/quadro acionário antes e depois da operação:	Mediante tal operação, a Companhia passou a deter 99,9% das ações de emissão da Termelétrica Monte Pascoal S.A. e, através de tal sociedade, passou a deter 99,9% da UTE Monte Pascoal.

(xiv) Aquisição de Participação na Termelétrica Itapebi S.A. (99,9%)

Evento:	A Companhia adquiriu da sociedade South Bahia Energia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 07.682.252/0001-97, ações de emissão da Termelétrica Itapebi S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 09.093.822/0001-39, representando 100% (cem por cento) da totalidade das ações de emissão e com direito a voto da referida companhia, nos termos do “Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças” celebrado em 17.03.2008. A operação foi aprovada e ratificada na Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 24.07.2008. Em 02.04.2009, a Companhia transferiu para a Cia 44 de Negócios S.A. 1 ação ordinária de emissão da Termelétrica Itapebi S.A., passando a deter 99,9% das ações de emissão da referida companhia.
Data:	O fechamento da operação, com a transferência das ações para a Companhia, ocorreu em 20.03.2009.
Principais condições do negócio:	A Companhia adquiriu as ações pelo preço de R\$5.882.352,94. A Termelétrica Itapebi S.A. tem capacidade de 145,8 MW, tendo celebrado Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado em 24.04.2008.
Sociedades envolvidas:	(i) Multiner S.A. (adquirente)

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

	(ii) South Bahia Energia Ltda. (vendedor) (iii) Termelétrica Itapebi S.A (companhia objeto)
Efeitos resultantes no quadro acionário/quadro acionário antes e depois da operação:	Mediante tal operação, a Companhia passou a deter 99,9% das ações de emissão da Termelétrica Itapebi S.A. e, através de tal sociedade, passou a deter 99,9% da UTE Itapebi.

(xvi) Emissão de Debêntures

Evento:	1ª emissão de debêntures da Companhia
Data:	Assembléia Geral Extraordinária realizada em 17.11.2009.
Principais condições do negócio:	A Companhia realizou emissão particular de 12.000 (doze mil) debêntures, em uma única série, com garantia flutuante no montante de R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais), tendo sido subscritas apenas 10.000 (dez mil) debêntures em 19 de novembro de 2009, por um único investidor, data na qual foi encerrada a colocação de tais debêntures. O encerramento da distribuição privada das debêntures da primeira emissão e o cancelamento do saldo não subscrito ocorreram em 30 de dezembro de 2009, tendo sido ratificado em Assembléia Geral Extraordinária da companhia realizada em 18.06.2010. O valor total da emissão é de R\$10.000.000,00 e o valor nominal unitário das debêntures na data de emissão é de R\$1.000,00. Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de aquisição obrigatória, o prazo das debêntures é de 6 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 18.11.2015. No vencimento, a Companhia se obriga a proceder à liquidação das debêntures que ainda estejam em circulação pelo valor nominal, acrescido da remuneração prevista na escritura de emissão. As debêntures não são conversíveis em ações.
Sociedades/Acionistas envolvida(o)s:	(i) Multiner S.A. (emissora) (ii) Multiner FIP
Efeitos resultantes no quadro acionário/quadro Societário antes da operação:	O percentual de participação dos acionistas no quadro acionário da Companhia manteve-se inalterado.

(xvii) Constituição das SPEs Termelétrica Trapiche I S.A. e Termelétrica Trapiche II S.A.:

Evento:	Constituição das Sociedades de Propósito Específico Termelétrica Trapiche I S.A. e Termelétrica Trapiche II S.A.
Data:	15.12.2009
Principais condições do negócio:	Em 15 de dezembro de 2009, foram constituídas 2 SPEs de acordo com a Resolução CMN 3.792, de 24.09.2009, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Termelétrica Trapiche I S.A. e Termelétrica Trapiche II S.A., tendo como capital social R\$10.000,00, totalmente subscrito e integralizado, tendo a Companhia subscrito 9.999 ações. Tais SPEs têm prazo de duração determinado, até 31.12.2014.

(xviii) Transferência de Ações da Companhia:

Evento:	Transferência de ações da Companhia para a Companhia de Investimentos Resultado.
Data:	06.01.2010
Principais condições do negócio:	A Companhia de Investimentos Resultado exerceu opção de aquisição de ações da Companhia, pela qual adquiriu 5% do capital social total e votante da Companhia, na forma do Instrumento Particular de Opção de Compra de Ações assinado em 01 de fevereiro de 2008.
Sociedades/Acionistas envolvida(o)s:	(i) Multiner S.A. (ii) Companhia de Investimentos Resultado (cessionário) (iii) JABR Participações S.A. (cedente) (iv) Cia 44 de Negócios S.A. (cedente)

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Efeitos resultantes no quadro acionário:	<p>Antes da Operação: Companhia de Investimentos Resultado – 173.000 ações ON; JABR Participações S.A. – 777.000 ações ON; Cia 44 de Negócios S.A. – 777.000 ações ON; BVA Empreendimentos S.A. – 52.148 ações PN; Multiner FIP – 445.620 ações PN.</p> <p>Depois da Operação: Companhia de Investimentos Resultado – 223.510 ações ON; JABR Participações S.A. – 748.745 ações ON; Cia 44 de Negócios S.A. – 748.745 ações ON; BVA Empreendimentos S.A. – 52.148 ações PN; Multiner FIP – 445.620 ações PN.</p>
--	--

(xix) Transferência de Ações da Companhia:

Evento:	Transferência de ações da Companhia para a Cia 44 de Negócios S.A.
Data:	26.02.2010
Principais condições do negócio:	A Cia 44 de Negócios S.A. exerceu opção de aquisição de ações da Companhia, pela qual adquiriu 22.533 ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade da JABR Participações S.A. e 6.744 ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade da Companhia de Investimentos Resultado.
Sociedades/Acionistas envolvida(o)s:	(i) Multiner S.A. (ii) Companhia de Investimentos Resultado (cedente) (iii) JABR Participações S.A. (cedente) (iv) Cia 44 de Negócios S.A. (cessionário)
Efeitos resultantes no quadro acionário:	<p>Antes da Operação: Companhia de Investimentos Resultado – 223.510 ações ON; JABR Participações S.A. – 748.745 ações ON; Cia 44 de Negócios S.A. – 748.745 ações ON; BVA Empreendimentos S.A. – 52.148 ações PN; Multiner FIP – 445.620 ações PN.</p> <p>Depois da Operação: Companhia de Investimentos Resultado – 216.766 ações ON; JABR Participações S.A. – 726.212 ações ON; Cia 44 de Negócios S.A. – 778.022 ações ON; BVA Empreendimentos S.A. – 52.148 ações PN; Multiner FIP – 445.620 ações PN.</p>

(xx) Aquisição de Participação na 2007 Participações S.A. (67%)

Evento:	Companhia exerceu opção de aquisição de 3.350 ações ordinárias e 3.350 ações preferenciais de emissão da 2007 Participações S.A., sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 07.202.952/0001-37, representando 67% das ações totais e com direito a voto da 2007 Participações S.A., nos termos do “Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças”, celebrado em 28.02.2008. A transferência de tais ações à Companhia está pendente de autorização da ANEEL. A referida autorização representa condição suspensiva para a eficácia da aquisição de ações da 2007 Participações S.A. e será prontamente solicitada pela Companhia à ANEEL. A 2007 Participações S.A. detém 99% das ações de emissão da companhia Rio Amazonas Energia S.A., sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 07.386.098/0001-06 que, por sua vez, é titular do empreendimento UTE Cristiano Rocha, localizado no estado do Amazonas. A UTE Cristiano Rocha se encontra em operação desde 2006, com capacidade instalada de 85 MW, sendo movida a óleo combustível e estando em operação contínua com disponibilidade de aproximadamente 99%, conforme os termos de seu respectivo PPA. A capacidade da usina poderá ser ampliada futuramente e o combustível nela utilizado deverá ser convertido para gás natural, tão logo haja disponibilidade deste combustível no local.
Data:	O exercício da opção de compra ocorreu em 08.03.2010.
Principais condições do negócio:	A Companhia adquiriu as ações pelo preço de R\$4.243,70. A UTE Cristiano Rocha tem capacidade de 85 MW, tendo

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

	celebrado Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado.
Sociedades envolvidas:	(i) Multiner S.A. (adquirente) (ii) Crisga Consultoria em Energia Elétrica e Participações Ltda. (vendedor) (iii) 2007 Participações S.A (companhia objeto)
Efeitos resultantes no quadro acionário/quadro acionário antes e depois da operação:	Mediante tal operação, a Companhia passou a deter 67% das ações de emissão da 2007 Participações S.A., detentora de 99% do empreendimento UTE Cristiano Rocha.

(xxi) Aquisição de Participação na 2007 Participações S.A. (30%)

Evento:	Companhia celebrou o "Instrumento Particular de Contrato de Venda e Compra de Ações", mediante o qual adquiriu ações de emissão da 2007 Participações S.A., representando, isoladamente, 30% das ações totais e com direito a voto da 2007 Participações S.A. e em conjunto com as ações objeto da opção de compra referida no item (xviii) supra, 97% das ações totais e com direito a voto da 2007 Participações S.A. A 2007 Participações S.A. detém 99% das ações de emissão da companhia Rio Amazonas Energia S.A., sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 07.386.098/0001-06 que, por sua vez, é titular do empreendimento UTE Cristiano Rocha, localizado no estado do Amazonas. A UTE Cristiano Rocha se encontra em operação desde 2006, com capacidade instalada de 85 MW, sendo movida a óleo combustível e estando em operação contínua com disponibilidade de aproximadamente 99%, conforme os termos de seu respectivo PPA. A capacidade da usina poderá ser ampliada futuramente e o combustível nela utilizado deverá ser convertido para gás natural, tão logo haja disponibilidade deste combustível no local.
Data:	A assinatura do Instrumento Particular de Contrato de Venda e Compra de Ações ocorreu em 08.03.2010.
Principais condições do negócio:	A Companhia adquiriu as ações pelo preço de R\$7.250.000,00. A UTE Cristiano Rocha tem capacidade de 85 MW, tendo celebrado Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado.
Sociedades envolvidas:	(i) Multiner S.A. (adquirente) (ii) Quattropar - Participações e Empreendimentos Ltda. (vendedor) (iii) 2007 Participações S.A (companhia objeto)
Efeitos resultantes no quadro acionário/quadro acionário antes e depois da operação:	Mediante tal operação, a Companhia passou a deter 97% das ações de emissão da 2007 Participações S.A., detentora de 99% do empreendimento UTE Cristiano Rocha.

(xxii) Emissão de Debêntures

Evento:	2ª emissão de debêntures da Companhia
Data:	Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31.05.2010.
Principais condições do negócio:	A Companhia realizou emissão particular de até 500 debêntures, com garantia flutuante. O valor total da emissão é de até R\$250.000.000,00 e o valor nominal unitário das debêntures na data de emissão é de R\$500.000,00. Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de aquisição obrigatória, o prazo das debêntures é de 4 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 01.06.2014. No vencimento, a Companhia se obriga a proceder à liquidação das debêntures que ainda estejam em circulação pelo valor nominal, acrescido da remuneração prevista na escritura de emissão. As debêntures não são conversíveis em ações. As Debêntures são garantidas pelo penhor de 416.986 ações ordinárias de emissão da Companhia, da seguinte forma: (i) 175.956 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de titularidade da JABR Participações S.A.;

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

	(ii) 188.510 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de titularidade da Cia. 44 de Negócios S.A; e (iii) 52.520 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de titularidade da Companhia Investimento Resultado, perdurando a garantia enquanto houver debêntures em circulação, ou, no caso de vencimento, até o integral cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações nos termos da escritura de emissão e do instrumento particular de penhor de ações celebrado pelos garantidores.
Sociedades/Acionistas envolvida(o)s:	(i) Multiner S.A. (emissora) (ii) Companhia de Investimentos Resultado (garantidor) (iii) JABR Participações S.A. (garantidor) (iv) Cia 44 de Negócios S.A (garantidor)
Efeitos resultantes no quadro acionário/quadro Societário antes da operação:	O percentual de participação dos acionistas no quadro acionário da Companhia manteve-se inalterado.

(xxiii) Instalação do Conselho Fiscal na Multiner S.A.

Evento	Instalação do Conselho Fiscal na Multiner S.A.
Data	Assembléia Geral Extraordinária realizada em 03.11.2010
Principais condições do negócio	Os acionistas instalaram o Conselho Fiscal na Companhia e elegeram seus membros, a saber (a) Como representantes dos acionistas titulares de ações preferenciais resgatáveis da Companhia, como membro titular, o Sr. Hélio Ricardo Teixeira de Moura e para respectivo suplente, o Sr. Evaldo de Rezende Filho; (b) sendo ainda eleitos, representando os acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia, (b.i) como membro titular, a Sra. Maria Célia de Castro Juannes e para respectivo suplente o Sr. Nilton Cesar Silva do Nascimento; e (b.ii) como membro titular o Sr. Maurício Wanderley Estanislau da Costa, e para respectivo suplente o Sr. Jorge Luiz Nunes Martins. Os Conselheiros Fiscais eleitos têm mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social que se encerrará em 31.12.2010.
Sociedades Envolvidas	Multiner S.A. (companhia objeto)
Efeitos resultantes no quadro acionário	O percentual de participação dos acionistas no quadro acionário da Companhia manteve-se inalterado.

(xxiv) Aquisição de participação adicional na Termelétrica Santa Rita de Cássia S.A. (1,5%)

Evento	A Companhia adquiriu da sociedade "Gênesis 2000 Exploração de Hidrocarbonetos Ltda.", inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.582.083/0001-37, 15 ações ordinárias de emissão da "Termelétrica Santa Rita de Cássia S.A.", representando 1,5% das ações com direito a voto da referida sociedade, nos termos do "Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças" celebrado em 03.12.2010.
Data	O fechamento da operação, com a transferência das ações para a Companhia, ocorreu em 03.12.2010
Principais condições do negócio	A Companhia adquiriu as ações pelo preço de R\$ 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil reais). Este valor já foi integralmente pago pela Companhia à vendedora.
Sociedades Envolvidas	(i) Multiner S.A. (adquirente) (ii) Gênesis 2000 Exploração de Hidrocarbonetos Ltda. (vendedora) (iii) Termelétrica Santa Rita de Cássia S.A. (companhia objeto)

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Efeitos resultantes no quadro acionário	Mediante tal operação, a Multiner passou a deter 91.5% das ações com direito a voto de emissão da Termelétrica Santa Rita de Cássia S.A., e, através dessa sociedade, passou a deter 91.5% da UTE Santa Rita de Cássia.
---	---

(xxv) Prorrogação do Prazo para Subscrição das Debêntures da 2ª Emissão3

Evento	Prorrogação do prazo para subscrição das Debêntures da 2ª Emissão da Companhia
Data	Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16.12.2010
Principais Condições do Negócio	Prorrogação, por mais 6 (seis) meses, do prazo para subscrição das debêntures da 2ª Emissão da Multiner S.A.
Sociedades	Multiner S.A. (companhia objeto)
Efeitos resultantes no quadro acionário	O percentual de participação dos acionistas no quadro acionário da Companhia manteve-se inalterado.

(xxvi) Cessão, pela Companhia à A&G Energia Empreendimentos Ltda. – ME, da sua participação acionária da Companhia na “Termelétrica Pernambuco III S.A.”, bem como recebimento, em contrapartida, das participações acionárias da A&G Energia Empreendimentos Ltda. – ME na “Termelétrica Pernambuco IV S.A.”, “Termelétrica Termopower V S.A.” e “Termelétrica Termopower VI S.A.”

Evento	Cessão, pela Companhia à A&G Energia Empreendimentos Ltda. – ME, da sua participação acionária da Companhia na “Termelétrica Pernambuco III S.A.”, bem como recebimento, em contrapartida, das participações acionárias da A&G Energia Empreendimentos Ltda. – ME na “Termelétrica Pernambuco IV S.A.”, “Termelétrica Termopower V S.A.” e “Termelétrica Termopower VI S.A.”
Data	01 de fevereiro de 2011
Principais Condições do Negócio	Nos termos do “Instrumento de Cessão de Direitos e Outras Avenças” celebrado entre a Companhia e a A&G Energia Empreendimentos Ltda. – ME em 12.05.2009, bem como seu primeiro termo aditivo, celebrado em 01.02.2011, as partes envolvidas acordaram que a Companhia cederia a totalidade da sua participação acionária na “Termelétrica Pernambuco III S.A.” (990 ações) e, em contrapartida, a A&G Energia Empreendimentos Ltda. – ME cedeu à Companhia a sua participação (10 ações em cada uma das sociedades) das “Termelétrica Pernambuco IV S.A.”, “Termelétrica Termopower V S.A.” e “Termelétrica Termopower VI S.A.”.
Sociedades Envolvidas	Multiner S.A. (cedente das 990 ações de sua titularidade da Termelétrica Pernambuco III S.A e cessionária das ações de titularidade da A&G Energia Empreendimentos Ltda. – ME nas “Termelétrica Pernambuco IV S.A.”, “Termelétrica Termopower V S.A.” e “Termelétrica Termopower VI S.A.”) A&G Energia Empreendimentos Ltda. – ME (cedente das “Termelétrica Pernambuco IV S.A.”, “Termelétrica Termopower V S.A.” e “Termelétrica Termopower VI S.A.” e cessionária da “Termelétrica Pernambuco III S.A.”) Termelétrica Pernambuco III S.A. (companhia objeto) Termelétrica Pernambuco IV S.A. (companhia objeto) Termelétrica Termopower V S.A. (companhia objeto) Termelétrica Termopower VI S.A. (companhia objeto)
Efeitos resultantes no quadro acionário	Não houve qualquer alteração no quadro acionário da Companhia, somente no quadro acionário das referidas SPEs.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

	Neste sentido, a “Termelétrica Pernambuco III S.A.” não faz mais parte do Grupo Econômico Multiner, bem como a Companhia passou a deter 100% (cem por cento) das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal das “Termelétrica Pernambuco IV S.A.”, “Termelétrica Termopower V S.A.” e “Termelétrica Termopower VI S.A.” e cessionária da “Termelétrica Pernambuco III S.A.”.
--	---

(xxvii) Aquisição pela Bolognesi Participações S.A. das ações da Multiner S.A. que eram pertencentes a JABR Participações S.A., CIA 44 de Negócios S.A., Cia de Investimento e Resultado e Camille Loyo Faria.

Evento	Aquisição pela Bolognesi Participações S.A. das ações da Multiner S.A. que eram pertencentes a JABR Participações S.A. e CIA 44 de Negócios S.A., Cia de Investimento e Resultado e Camille Loyo Faria
Data	28 de março de 2012
Principais Condições do Negócio	Nos termos do “Contrato de Compra e Venda de Ações com Condição Suspensiva e Outras Avenças” celebrado em 28.03.2012 entre Bolognesi Participações S.A, de um lado, e JABR Participações S.A., CIA 44 de Negócios S.A., Cia de Investimento e Resultado e Camille Loyo Faria, a Bolognesi adquiriu a totalidade das ações dos acionistas descritos acima, mas a Termelétrica Santa Rita S.A. e as Termelétricas Trapiche I e II ficaram com estes antigos acionistas.
Sociedades	Multiner S.A. e suas controladas Bolognesi S.A. JABR Participações S.A. CIA 44 de Negócios S.A. Cia de Investimento e Resultado Camille Loyo Faria Termelétrica Santa Rita S.A. Termelétrica Trapiche I S.A. Termelétrica Trapiche II S.A.
Efeitos resultantes no quadro acionário	Bolognesi Participações S.A. passou a ser a acionista controladora da Multiner S.A. Termelétrica Santa Rita S.A. e as Termelétricas Trapiche I e II continuaram com os antigos acionistas.

(xxviii) Termelétrica Santa Rita de Cássia S.A. continuou com os antigos acionistas da Multiner S.A.

Evento	Nos termos do “Contrato de Compra e Venda de Ações com Condição Suspensiva e Outras Avenças” celebrado em 28.03.2012 entre Bolognesi Participações S.A, de um lado, e JABR Participações S.A., CIA 44 de Negócios S.A., Cia de Investimento e Resultado e Camille Loyo Faria, a Bolognesi adquiriu a totalidade das ações dos acionistas descritos acima, mas a Termelétrica Santa Rita S.A. ficou com estes antigos acionistas
Data	28.03.2012
Principais condições do negócio	A Companhia deixou/cedeu a Termelétrica Santa Rita S.A. aos antigos controladores.
Sociedades Envolvidas	Multiner S.A. e suas controladas Bolognesi S.A. JABR Participações S.A. CIA 44 de Negócios S.A. Cia de Investimento e Resultado Camille Loyo Faria Termelétrica Santa Rita S.A.
Efeitos resultantes no	Mediante tal operação, os antigos acionistas da Multiner S.A.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

quadro acionário	mantiveram 100% da UTE Santa Rita de Cássia.
------------------	--

(xxviii) Termelétrica Trapiche I S.A. continuou com os antigos acionistas da Multiner S.A.

Evento	Nos termos do “Contrato de Compra e Venda de Ações com Condição Suspensiva e Outras Avenças” celebrado em 28.03.2012 entre Bolognesi Participações S.A, de um lado, e JABR Participações S.A., CIA 44 de Negócios S.A., Cia de Investimento e Resultado e Camille Loyo Faria, a Bolognesi adquiriu a totalidade das ações dos acionistas descritos acima, mas a Termelétrica Trapiche I ficou com estes antigos acionistas
Data	28.03.2012
Principais condições do negócio	A Companhia deixou/cedeu a Termelétrica Trapiche I S.A. aos antigos controladores.
Sociedades Envolvidas	Multiner S.A. e suas controladas Bolognesi S.A. JABR Participações S.A. CIA 44 de Negócios S.A. Cia de Investimento e Resultado Camille Loyo Faria Termelétrica Trapiche I S.A.
Efeitos resultantes no quadro acionário	Mediante tal operação, os antigos acionistas da Multiner S.A. mantiveram 100% da UTE Trapiche I

(xxix) Termelétrica Trapiche II S.A. continuou com os antigos acionistas da Multiner S.A.

Evento	Nos termos do “Contrato de Compra e Venda de Ações com Condição Suspensiva e Outras Avenças” celebrado em 28.03.2012 entre Bolognesi Participações S.A, de um lado, e JABR Participações S.A., CIA 44 de Negócios S.A., Cia de Investimento e Resultado e Camille Loyo Faria, a Bolognesi adquiriu a totalidade das ações dos acionistas descritos acima, mas a Termelétrica Trapiche II ficou com estes antigos acionistas
Data	28.03.2012
Principais condições do negócio	A Companhia deixou/cedeu a Termelétrica Trapiche II S.A. aos antigos controladores.
Sociedades Envolvidas	Multiner S.A. e suas controladas Bolognesi S.A. JABR Participações S.A. CIA 44 de Negócios S.A. Cia de Investimento e Resultado Camille Loyo Faria Termelétrica Trapiche II S.A.
Efeitos resultantes no quadro acionário	Mediante tal operação, os antigos acionistas da Multiner S.A. mantiveram 100% da UTE Trapiche II

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.6 Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial:

Não há quaisquer pedido de falência fundados em valor relevante e/ou recuperação judicial ou extrajudicial em favor da Companhia.

6.7 - Outras informações relevantes

6.7 Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico já foram divulgadas neste documento.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7. Atividade do Emissor

7.1. Descrever sumariamente as atividades desenvolvidas pelo emissor e suas Controladas

A Multiner S.A (“Multiner” ou “Companhia”) é uma holding, na forma de sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil, que detêm autorizações de uso de bem público, na condição de produtor independente. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica.

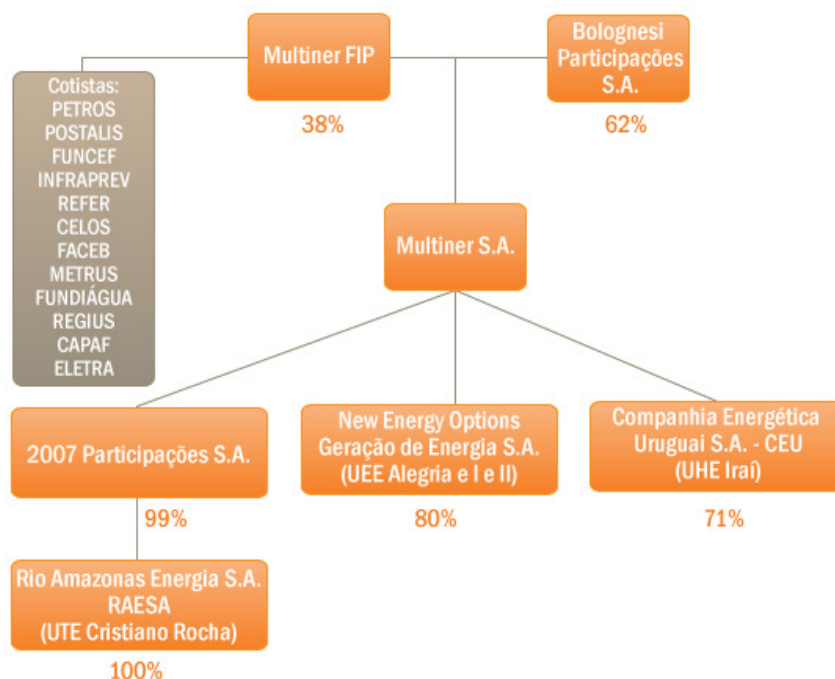
Objeto Social:

A Companhia tem por objeto social a geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades civis ou comerciais, no país e no exterior, principalmente no setor de energia. Para atender ao objeto social da Companhia, esta poderá constituir subsidiárias sob qualquer forma societária.

Estrutura Societária:

O capital social da companhia é de R\$ 855.810.821,53 dividido em 7.601.062 ações, sendo 3.901.956 ações ordinárias, 650.340 ações preferenciais classe A, 3.048.766 ações preferenciais classe B, 1 ação preferencial classe C e 1 ação preferencial classe D, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas.

O controle acionário da Companhia é exercido pelo Grupo Bolognesi (62%), com sede em Porto Alegre. A outra participação do capital votante pertence ao Multiner Fundo de Investimento em Participações (“Multiner FIP” – 38%), administrado e gerido pela Planner Corretora de Valores S.A., com sede na cidade do São Paulo/SP – Brasil, o FIP é constituído sob a forma de condomínio fechado e formado por oito fundações de previdência, tais como: Petros, Postalís, Funcef, Infraprev, Refer, Celos, Faceb, Metrus, Fundiágua, Regius, Capaf e Eletra.



7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Adicionalmente, o Grupo Bolognesi é controlado pelo empresário Ronaldo Marcelo Bolognesi e atua nas áreas imobiliária, construção pesada, concessões e energia. No setor de energia, conta com um portfólio de 1,02 GW, sem incluir a Multiner. Desse total, 600 MW são de pequenas centrais hidrelétricas e 420 MW de usinas termelétricas.

Informações sobre as Controladas:

2007 Participações S.A. (2007 Participações – 99,99%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem como principal atividade (a) a administração de bens de capital e próprios da sociedade; (b) participações empresariais, podendo, também, participar de outras sociedades de qualquer ramo de atividade, nacionais e estrangeiras, como sócia ou acionista; (c) participar de toda e qualquer licitação pública para quaisquer fins objetivos; (d) participar de leilões públicos e/ ou privados de qualquer natureza; (e) formar, organizar e/ou participar de consórcios empresariais com o objetivo de participar de todas e quaisquer licitações e leilões, sejam estes públicos e/ou privados e (f) participar em empreendimentos como sócia, acionista ou administradora.

A 2007 Participações S.A possui participação societária na seguinte controlada:

- Rio Amazonas Energia S.A (RAESA – 100,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Manaus/AM – Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível, e o comércio atacadista de energia elétrica, através da Central Termelétrica Cristiano Rocha (UTE Cristiano Rocha), constituída de 5 unidades motogeradoras e capacidade instalada de 85MW. Integra o Sistema Elétrico de Manaus, suprindo energia elétrica a distribuidora local Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (antiga Manaus Energia), com contrato firmado entre as partes em 2005 pelo período de 20 anos.

New Energy Options Geração de Energia S.A. (NEO – 80,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem por objetivo (a) fabricação, venda, compra, importação, exportação, consignação e locação de quaisquer produtos eletro-eletrônicos, de informática e de geração de energia elétrica, ou quaisquer máquinas, equipamentos, ferramentas, matérias primas, componentes, peças e acessórios correlatos; (b) prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica, montagens, instalações, projetos, consultoria, manutenção, assistência técnica aos seus produtos e de terceiros, execução de obras civis, elétricas e hidráulicas; e (c) participar como sócia ou acionista em outras sociedades, como majoritária ou minoritária. Compreende o Parque Eólico Alegria, localizado em Guamaré/RN, que tem capacidade instalada total de 151,8MW.

Parque Eólico Alegria:

- Central Eólica Alegria I – possui capacidade instalada de 51MW, com 31 unidades aerogeradoras.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

- Central Eólica Alegria II – Possui capacidade instalada de 100,8MW, com 61 unidades aerogeradoras.

Em operação desde 2010 e 2011, respectivamente, a sociedade possui contrato firmado com a Eletrobras, para a venda de energia, pelo período de 20 anos. A Eólica Administração e Participações possui 20% do capital restante.

Companhia Energética Uruguai S.A. (CEU – 71,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem por objetivo as atividades de desenvolvimento de estudos de inventário hidroelétrico do Rio Uruguai, no trecho entre as cotas 193m e 212m, bem como o desenvolvimento de estudos de viabilidade da UHE Iraí, os estudos ambientais pertinentes com vista à emissão da Licença Ambiental Prévia (LAP) para o empreendimento e demais estudos necessários para sua viabilização, podendo ainda constituir subsidiárias no Brasil ou no exterior. A CEU encontra-se em fase pré-operacional e terá potência instalada total bruta de 330MW. A SOG Óleo e Gás S.A. e a Estelar Engenheiros Associados Ltda. participam com 15% e 14% do capital restante, respectivamente.

Empresas Descontinuadas:

Termelétrica Santa Rita de Cássia S.A. (Santa Rita – 91,5%): Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível, e o comércio atacadista de energia elétrica para a venda ao Sistema de Distribuição de Eletricidade, derivada do resultado do Leilão de nº 02/2008 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica, na forma de produtor independente. - **Como parte do acordo assinado junto ao Grupo Bolognesi, a UTE Santa Rita de Cássia, vencedora do Leilão A-3 de 2008, não permaneceu como investimento da Multiner;**

Termelétrica Itapebi S.A. (Itapebi – 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível, e o comércio atacadista de energia elétrica para a venda ao Sistema de Distribuição de Eletricidade, na forma de produtor independente e a participação em outras sociedades, como acionista ou quotista. - **Outorga Revogada;**

Termelétrica Monte Pascoal S.A. (Monte Pascoal – 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível, e o comércio atacadista de energia elétrica para a venda ao Sistema de Distribuição de Eletricidade, na forma de produtor independente. - **Outorga Revogada;**

Termelétrica Pernambuco IV S.A. (Pernambuco IV – 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível, e o comércio atacadista de energia elétrica para a venda ao Sistema de Distribuição de Eletricidade, na forma de produtor independente. - **Outorga Revogada;**

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Termoelétrica Termopower VI S.A. (Termopower VI – 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível, e o comércio atacadista de energia elétrica para a venda ao Sistema de Distribuição de Eletricidade, na forma de produtor independente. - ***Outorga Revogada;***

Termelétrica Termopower V S.A. (Termopower V – 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível, e o comércio atacadista de energia elétrica para a venda ao Sistema de Distribuição de Eletricidade, na forma de produtor independente. - ***Outorga Revogada.***

7.9 - Outras informações relevantes

7.9 Outras informações que o emissor julgue relevantes:

O Mercado de Energia Elétrica em 2013

No ano de 2013 ocorreram algumas mudanças regulatórias importantes para o setor energético. Em janeiro de 2013 foi sancionada a Lei 12.783/2013 (Medida Provisória 579/2012), que teve por objetivos a desoneração dos encargos setoriais e a renovação das concessões do setor de energia elétrica, visando a redução das tarifas para o consumidor final. Apenas as concessões de geração outorgadas antes da publicação da Lei 8987/95 foram atingidas.

As nossas empresas não foram diretamente afetadas, considerando uma abordagem restritivamente micro econômica nos negócios do Grupo Multiner.

Outro aspecto relevante a ser apontado foi a publicação da Resolução 003/13 da CNPE, que estendeu a obrigação de pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS) para outros agentes de mercado, especificamente geradores e comercializadores, que anteriormente não arcavam com esses custos.

Outro problema que o setor está enfrentando é a baixa hidrologia, refletindo-se em baixos níveis de estocagem nos reservatórios, Tal realidade tem impacto na elevação do Preço da Liquidação de Diferenças – PLD, que atingiu patamares significativos, além de gerar pagamento de ESS.

O aumento do PLD provoca um desequilíbrio na equação econômica oferta/procura o que se viu refletido nos resultados dos leilões de energia realizados no ano de 2013.

Mas não foram somente os fatos acima referidos que marcaram o setor de energia. Certamente merece destaque a maior expansão da capacidade instalada do sistema elétrico nos últimos três anos.

De acordo com o relatório de fiscalização da Aneel, foram acrescentados 5.795 megawatts (MW) ao parque gerador. Destaque também para a evolução da geração de energia limpa no país. Por exemplo, a produção de energia eólica em 2013 foi quase o dobro de 2012. A capacidade instalada chegou próximo aos 4GW até o final de 2013, segundo a Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica).

Para 2014, estão previstos alguns leilões de geração para atendimento da demanda no curto, médio e longo prazo (A-0, A-3 e A-5) Há uma grande expectativa para os resultados desses leilões, visto que a demanda nos leilões realizados em 2013 não foi totalmente atendida.

Com relação ao consumo nacional de energia elétrica na rede, o ano de 2013 fechou com elevação de 3,5% sobre o ano anterior, somando 463,7 mil gigawatts-hora (GWh). O aumento foi puxado pelo consumo das residências (+6,1%), que mostrou dinamismo significativo na região Nordeste, onde a taxa de crescimento alcançou 11,5%. Comércio e serviços foi o segmento que apresentou a segunda maior elevação do ano (+5,7%), refletindo a expansão do setor no Sudeste, responsável por metade do incremento em 2013. O consumo industrial de energia na rede avançou 0,6% no ano, após a estabilidade observada em 2012. O desempenho

7.9 - Outras informações relevantes

do mercado industrial nas regiões Centro-Oeste e Sul compensou o menor consumo dos segmentos eletrointensivos, que persistiu ao longo de todo ano.

Ano 2013			2013	2012	2011	
124.858 GWh		2.461	34,1%	21,7%	18,5%	Nordeste
↑		2.352	32,6%	39,6%	56,1%	Sudeste
Δ		2.399	33,3%	38,7%	25,4%	Demais regiões
↓						
Ano 2012						
117.646 GWh		Acum. no ano	Classe residencial. Participação no acréscimo de energia sobre o consumo do ano anterior . Fonte: EPE.			

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

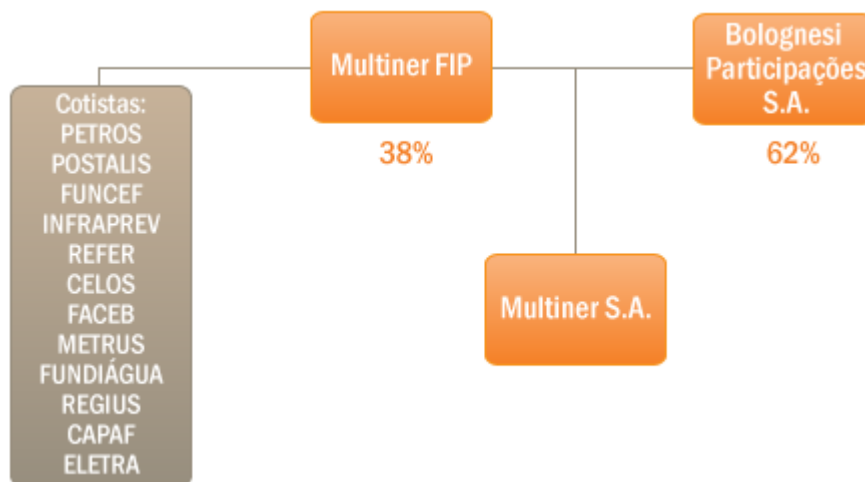
8. Grupo Econômico

8.1 Descrição do Grupo Econômico:

a) Controladores diretos e indiretos

O capital social da companhia é de R\$ 855.810.821,53 dividido em 7.601.062 ações, sendo 3.901.956 ações ordinárias, 650.340 ações preferenciais classe A, 3.048.766 ações preferenciais classe B, 1 ação preferencial classe C e 1 ação preferencial classe D, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas.

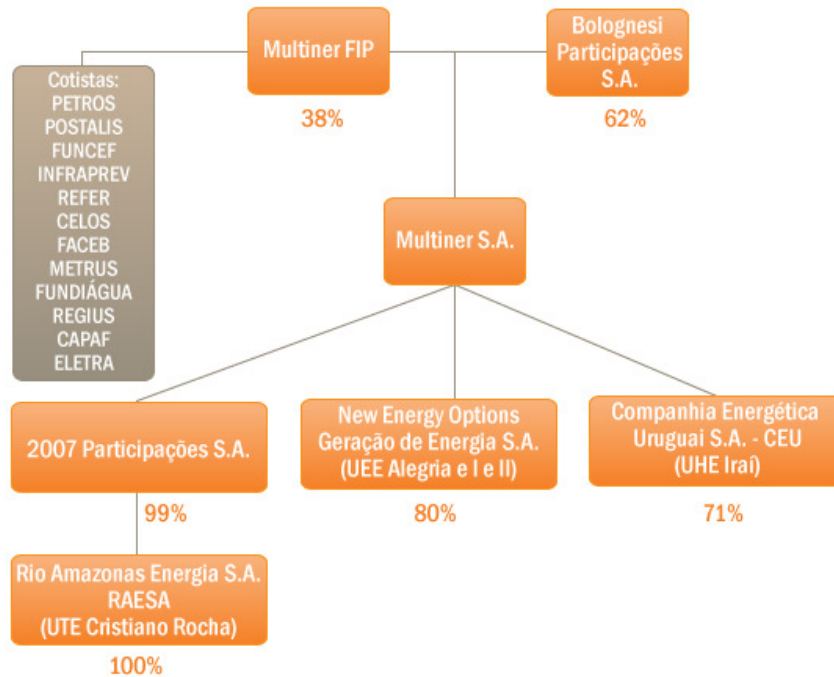
O controle acionário da Companhia é exercido pelo Grupo Bolognesi (62%), com sede em Porto Alegre. A outra participação do capital votante pertence ao Multiner Fundo de Investimento em Participações ("Multiner FIP" – 38%), administrado e gerido pela Planner Corretora de Valores S.A., com sede na cidade do São Paulo/SP – Brasil, o FIP é constituído sob a forma de condomínio fechado e formado por oito fundações de previdência, tais como: Petros, Postalís, Funcef, Infracprev, Refer, Celos, Faceb, Metrus, Fundiágua, Regius, Capaf e Eletra.



Adicionalmente, o Grupo Bolognesi é controlado pelo empresário Ronaldo Marcelo Bolognesi e atua nas áreas imobiliária, construção pesada, concessões e energia. No setor de energia, conta com um portfólio de 1,02 GW, sem incluir a Multiner. Desse total, 600 MW são de pequenas centrais hidrelétricas e 420 MW de usinas termelétricas.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

b) Controladas e coligadas



c) Participações da Companhia em sociedades do grupo

A Companhia não possui participações em sociedades do grupo além das mencionadas no item “b”.

d) Participações de sociedades do grupo na Companhia

Não há participação de sociedades do grupo, além de seu acionista controlador, o Grupo Bolognesi.

e) sociedades sob controle comum

A Companhia não possui sociedades sob controle comum.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

8.2 Organograma do grupo econômico em que se insere a Companhia

Os organogramas do grupo econômico em que a Companhia se insere estão apresentados nos itens 8.1 "b" deste documento.

8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	15/07/2014
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Recapitalização Financeira
Descrição da operação	<p>Deliberar sobre: (a) aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 208.496.907,64 (duzentos e oito milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, novecentos e sete reais e sessenta e quatro centavos), por meio da emissão de 1.258.001 (um milhão, duzentas e cinquenta e oito mil e uma) novas ações, sendo 686.594(seiscentos e oitenta e seis mil, quinhentos e noventa e quatro) ações ordinárias, 82.055 (oitenta e duas mil e cinquenta e cinco) ações preferenciais classe A, 489.350 (quatrocentos e oitenta e nove mil, trezentos e cinquenta) ações preferenciais classe B, 1 (uma) ação preferencial classe C e 1 (uma) ação preferencial classe D, a serem integralizadas à vista, em dinheiro e em bens, incluindo (a.1) ratificação da nomeação da empresa especializada responsável pela elaboração dos laudos de avaliação dos créditos a serem cedidos à Companhia e dos débitos da Multiner decorrentes da aquisição pela Companhia de Debêntures de 2ª emissão da Multiner e das Cédulas de Crédito Bancário de emissão de sua controlada New Energy Options Geração de Energia S.A. e de sua controlada Rio Amazonas Energia S.A., que serão utilizados para fins de integralização de capital social ("Laudos de Avaliação dos Créditos Cedidos e Débitos da Multiner"); e (a.2) aprovação dos Laudos de Avaliação dos Créditos Cedidos e Débitos da Multiner; (b) ampla reforma do Estatuto Social, com a aprovação do projeto de estatuto submetido antecipadamente à apreciação dos acionistas; e (c) aprovação do pagamento antecipado das Cédulas de Crédito Bancário de emissão de sua controlada New Energy Options Geração de Energia S.A. de titularidade de Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS e de titularidade da FACEB.</p>
Data da operação	08/10/2013
Evento societário	Incorporação de ações

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição da operação

(I) Rerratificar, por unanimidade de votos dos acionistas ordinaristas presentes, o número total de ações de classe A, o valor de emissão das ações de classe B, o número total de ações de classe B, e o valor nominal das ações de classe B, conforme novos valores estabelecidos a seguir, alterando a redação da Cláusula 5º e de seu Parágrafo Primeiro do Estatuto Social, que passará a ter a seguinte redação: “Art 5º O capital social é de R\$ 647.313.913,89., dividido em 3.215.360 ações ordinárias, 568.285 ações preferenciais Classe A e 2.559.594 ações preferenciais Classe B. todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas.

Parágrafo Primeiro: A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) através da emissão de ações ordinárias, preferenciais de classe A e preferenciais de classe B nas condições abaixo indicadas, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço, a quantidade e a espécie de ações a serem emitidas, os termos e condições da emissão, da subscrição, da integralização e da colocação das ações a serem emitidas.”

(III) Rerratificar a deliberação, por unanimidade de votos dos acionistas ordinaristas presentes, sobre a emissão de 41.829 ações preferenciais da classe A e sobre a emissão de 588.843 ações da classe B. Desta forma, as ações preferências de classe A passam das atuais 526.456 para 568.285 ações classe A, com valor nominal atualizado de R\$ 1.380,83 (hum mil trezentos e oitenta reais e oitenta e três centavos). As ações preferenciais da classe B passam dos atuais 1.970.751 para 2.559.594 ações classe B, com valor nominal atualizado de R\$ 80,95 (oitenta e noventa cinco centavos), que serão subscritas e integralizadas em até 90 dias a contar da data desta Assembleia, oportunidade na qual os acionistas remanescentes renunciam ao direito de preferência. Esta emissão de ações classe A e classe B tem por objetivo equacionar a dívida com credores não quotistas do FIP MULTINER, que serão integralizadas e subscritas pelo próprio FIP MULTINER através de créditos anteriormente detidos por credores não quotistas do FIP MULTINER (CELOS, CAPAF, ELETEA E METROS), os quais integralizarão novas quotas do FIP MULTINER por meio das conferências desses créditos detidos contra a Companhia, pelo que o FIP MULTINER, que passará a ser titular de tais créditos integralizará as ações ora emitidas, mais uma vez, por meio da dação desses à companhia, que deverá em seguida efetuar a compensação e cancelamento dos créditos. O FIP MULTINER subscreve desde logo o boletim de subscrição das ações emitidas, devendo integralizá-las em até 90 dias.

Data da operação**28/03/2012****Evento societário**

Alienação e aquisição de controle societário

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição da operação	<p>Em 28/03/12, JABR Participações S.A., Cia 44 de Negócios S.A., Companhia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria (“Vendedores”) e Bolognesi Participações S/A, (“Compradora”), celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações (“Contrato de Venda de Ações”) para alienação da totalidade das ações da Companhia detidas pelos Vendedores à Compradora. Nesta mesma data, a Compradora e a Brasilterm Energia S/A, subsidiária da Bolognesi Participações S.A. (em conjunto “Grupo Bolognesi” ou “Grupo”) firmaram com Multiner Fundo de Investimentos e Participações, com a intervenção da Multiner, Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalís, Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros, Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – Refer, Instituto Infraero de Seguridade Social – Infracprev, Fundação de Previdência dos Empregados da Ceb – Faceb, Fundação de Previdência da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Fundiágua, Bolognesi Engenharia Ltda., Bolognesi Infraestrutura Ltda., um Contrato de Reorganização e de Financiamento de Multiner S.A. (“Contrato de Reorganização”), que estabelece os atos de reorganização e de financiamento da Companhia que, depois de realizados, permitirão que o Grupo Bolognesi adquira a maioria das ações ordinárias com direito a voto e o controle societário da Multiner.</p> <p>Nos termos do Contrato de Reorganização e do Contrato de Venda de Ações, a operação tem como objetivo (i) o refinanciamento de dívidas da Companhia; (ii) a capitalização da Companhia, de modo a preservar o valor de seus ativos e, por conseguinte, do investimento de seus acionistas; e (iii) a transferência do controle acionário da Companhia para o Grupo Bolognesi.</p> <p>O Grupo Bolognesi adquirirá o controle acionário da Companhia, mediante aquisição da totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Multiner, sendo que, após a conclusão da operação, os Vendedores deixarão de ter qualquer participação no capital da Multiner.</p> <p>O fechamento da operação de reorganização e financiamento e a consequente transferência de controle da Multiner estão sujeitas à obtenção da autorização prévia da ANEEL e ao implemento de demais condições previstas no Contrato de Venda de Ações e no Contrato de Reorganização.</p>
Data da operação	07/02/2011
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Recompra de ações preferenciais resgatáveis
Descrição da operação	Em 07/02/2011, os acionistas da Multiner aprovaram a proposta de recompra de ações preferenciais resgatáveis de emissão da companhia, sem redução do seu capital social, mediante permuta por debêntures de emissão da BVA Empreendimentos S.A. de titularidade da companhia, com vencimento em 2013 e 2014. A proposta de recompra foi aceita exclusivamente pelo acionista BVA Empreendimentos, pelo valor atualizado de todas as 52.148 ações preferenciais resgatáveis até então detidas por este acionista na Companhia.

8.4 - Outras informações relevantes

8.4 Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico já foram divulgadas neste documento.

9.2 - Outras informações relevantes

9.2 Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico já foram divulgadas neste documento.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1 Comentários da diretoria

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

i. Condições Financeiras

No ano de 2013 ocorreu a finalização da conversão a gás da planta Termelétrica Cristiano Rocha e o Parque Eólico Alegria operou em plena capacidade durante todo o ano. As debêntures de 1ª Emissão da Multiner foram liquidadas e ocorreu conversão em capital de R\$ 105 milhões de CCBs das controladas Rio Amazonas Energia e New Energy dos credores Celos, Eletra, Metrus e Capaf. Além da conversão, as CCBs remanescentes detidas por estas fundações foram repactuadas em prazo e taxa.

A Diretoria está em negociação para o fechamento da operação de reestruturação financeira iniciada em 2012 e que converterá em capital da Companhia R\$ 357,2 milhões (em 31.12.2013), entre debêntures da Multiner e CCBs de controladas. A expectativa é que esta operação seja concretizada até 15.07.2014. Paralelamente, negociações foram iniciadas para conversão de R\$ 92,9 milhões (em 31.12.2013) com o principal credor de CCBs RAESA 2ª emissão.

A Companhia apresentou resultado negativo em R\$ 112,14 milhões, pior do que o visto no ano de 2012, pois neste exercício a empresa não sofreu o impacto de Outras Receitas/Despesas Operacionais. No entanto, a diretoria ressalta que, houve melhora significativa nas despesas financeiras, resultado das primeiras repactuações em taxa e prazo de dívida, que deve se concretizar em 2014.

No ano de 2012, ocorreu alteração na composição acionária e capitalização de R\$ 391,6 milhões na Companhia, o que possibilitou a liquidação de obrigações financeiras, inclusive atrasadas, o encerramento da construção do Parque Eólico Alegria II e parte da conversão à gás da planta da Termelétrica Cristiano Rocha, além da liquidação de empréstimos de curto prazo. Ocorreram também desembolsos do Banco do Nordeste, referente à financiamento de longo prazo da UEE Alegria II, na ordem de R\$ 144,9 milhões.

Paralelamente, a Administração negociou junto a credores a repactuação de prazos e taxas das Cédulas de Crédito Bancário emitidas por subsidiárias, além da conversão de R\$ 413 milhões (em 31.12.2012) destas CCBs e de Debêntures de 2ª Emissão em capital da Companhia. A formalização dessa negociação ocorrerá ao longo de 2014.

A Companhia apresentou resultado negativo de R\$ 57,6 milhões, significativamente melhor do que o visto no ano de 2011, mas ainda afetado pelas despesas financeiras, que não refletem os acordos junto aos credores.

Em 2011 a Companhia enfrentou ao longo do exercício, uma série de desafios decorrentes da escassez de recursos necessários para cumprir com relevantes obrigações financeiras, regulatórias e comerciais, todas direta ou indiretamente relacionadas aos seus projetos em operação, como também os que estão em desenvolvimento e com significativos impactos no mercado regulado de energia elétrica. Em alguns casos a inadimplência decorrente desta situação acarretou relevante deterioração financeira e patrimonial da Companhia, inclusive a perda da outorga de alguns empreendimentos.

Em decorrência disso, a Companhia apresentou resultado negativo de R\$ 358,3 milhões, com significativos custos de financiamento e despesas gerais para o desenvolvimento de seus projetos e de provisões para perdas contingenciais já conhecidas por conta de situações irrevogáveis.

Porém, ressalta-se que a Companhia celebrou uma mudança no seu controle acionário pela venda das ações ordinárias de JABR Participações S.A., Cia 44 de Negócios S.A., Cia de Investimento e Resultado e Camille Loyo Faria para o Grupo Bolognesi. Esse contrato integra o plano de reorganização financeira da Companhia, que envolve repactuação de parte de suas dívidas e sua capitalização de forma a prover recursos próprios para a implementação de seus projetos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2013 e 2012, o portfólio de empreendimentos da Multiner oferece alternativas de geração de energia por meio de fontes diversificadas, com usinas termelétricas (óleo combustível e a gás natural), eólicas e hidrelétricas, estrategicamente localizadas nas principais regiões do Brasil. Seu parque gerador, ao final de 2013 e 2012 soma 237 MW de capacidade instalada. A seguir os principais dados das usinas da companhia:

Projetos com PPA	Potência (MW)	Status Hoje
UTE Cristiano Rocha	85	Em operação
UEE Alegria I	51	Em operação
UEE Alegria II	101	Em operação

Em 2011, o portfólio de empreendimentos da Multiner oferecia a soma de 136 MW de capacidade instalada, composta pela Usina Termelétrica Cristiano Rocha (85MW) e a Usina Eólica Alegria I (51MW).

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

i. Estrutura de Capital

A Multiner possui uma estrutura de capital alavancada, observada pelo padrão de financiamento de suas operações, medida pela razão (endividamento líquido/patrimônio líquido), que pode ser explicada por serem projetos e dívidas de longo prazo, com ainda baixo nível de amortização.

A diretoria destaca que a Companhia e seus projetos têm 41,48% do seu passivo financeiro vencendo no curto prazo e 58,52%, no longo prazo. Em 15.07.2014 ocorrerá o vencimento das Debêntures de 2ª Emissão, que terá R\$ 91,7 milhões do seu saldo convertido em capital com o fechamento da operação de reestruturação financeira, aliviando consideravelmente o curto prazo.

O total da dívida financeira em 31.12.2013 no balanço é de R\$ 588,4 milhões (R\$ 559,7 milhão em 2012, R\$ 625,0 milhão em 2011), sendo 100% composta em moeda nacional, e distribuída da seguinte forma: CCBs 80,99% e Debêntures 19,01%.

Período	Exercício Social Encerrado em 31.12.2013	Exercício Social Encerrado em 31.12.2012	Exercício Social Encerrado em 31.12.2011
Patrimônio Líquido	276.894	275.264	(59.790)
Montante da dívida de qualquer natureza (em R\$ mil)	588.421	559.746	625.094
Índice- Montante da dívida dividido pelo PL	2,125076744	2,033487852	(10,45482522)

10.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O capital social emitido e autorizado é de R\$ 647,3 milhões (R\$ 541,9 milhão em 31.12.2012) e está dividido por 3.215.360 ações ordinárias (mesma quantidade de 31.12.2012), 568.285 ações preferenciais classe A (526.456 em 31.12.2012) e 2.559.594 ações preferenciais classe B (1.970.751 em 31.12.2012). Todas as ações emitidas foram integralizadas.

- ii. **Hipóteses de resgate e;**
- iii. **Fórmula de cálculo do valor de resgate**

Conforme estatuto social da Multiner S.A., as ações preferenciais classe A preveem resgate.

Segue abaixo o fluxo de resgate:

As Ações preferenciais classe A, serão resgatadas a partir das seguintes datas e com as seguintes proporções:

- (i) 1/6 (um sexto) das ações preferenciais classe A, serão resgatáveis a partir de 24.05.2013;
- (ii) 1/6 (um sexto) das ações preferenciais classe A, serão resgatáveis a partir de 25.11.2013;
- (iii) 1/6 (um sexto) das ações preferenciais classe A, serão resgatáveis a partir de 26.05.2014;
- (iv) 1/6 (um sexto) das ações preferenciais classe A, serão resgatáveis a partir de 24.11.2014;
- (v) 1/6 (um sexto) das ações preferenciais classe A, serão resgatáveis a partir de 25.05.2015;
- (vi) 1/6 (um sexto) das ações preferenciais classe A, serão resgatáveis a partir de 24.11.2015.

O valor do resgate das ações preferenciais classe A, corresponderá ao seu preço de emissão, atualizado pela variação positiva do Índice Geral de Preços ao Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (IGP-M) , ou índice que venha substituí-lo, em caso de sua extinção, na menor periodicidade admitida , acrescido de 9,5% (no inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, desde a data de sua emissão, descontados os valores recebidos a título de dividendos, juros sobre capital próprio, ou qualquer outro rendimento auferido pelas ações preferenciais classe A, atualizados pelo IGP-M, acrescido de 9,5% (nove inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, desde a data do recebimento dessas quantias até a data do resgate.

31/12/2013

Acionistas	Qde Total	EO	EPB	EPA
Bolognesi Participações S.A.	1.727.000	1.727.000	-	-
Multiner Fundo de Investimentos em Participações	4.616.239	1.488.360	2.559.594	568.285
	6.343.239	3.215.360	2.559.594	568.285

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**31/12/2012**

Acionistas	Qde Total	EO	EPB	EPA
Bolognesi Participações S.A.	1.727.000	1.727.000	-	-
Multiner Fundo de Investimentos em Participações	3.985.567	1.488.360	1.970.751	526.456
	<u>5.712.567</u>	<u>3.215.360</u>	<u>1.970.751</u>	<u>526.456</u>

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 150.253, sendo composto por 1.727.000 ações ordinárias e 445.620 ações preferenciais resgatáveis. Todas as ações emitidas foram integralizadas.

31/12/2011

Acionistas	Ações ordinárias	Ações Preferenciais Resgatáveis
CIA 44 DE NEGÓCIOS	779.671	-
JABR PARTICIPAÇÕES S.A.	728.560	-
MULTINER FIP	-	445.620
CIA DE INVESTIMENTOS RESULTADO	218.764	-
CARLOS HENRIQUE FIGUEIREDO	1	-
JORGE AMILCAR BOUERI DA ROCHA	1	-
JOSÉ AUGUSTO FERREIRA DOS SANTOS	1	-
ALEXEJ PREDTECHENSKY	1	-
FERNANDO PINTO DE MATOS	1	-
	<u>1.727.000</u>	<u>445.620</u>

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Os diretores da Companhia destacam que, no ano de 2013 foram negociadas repactuações e conversões com credores que não faziam parte do FIP Multiner. O impacto destas negociações, junto com as já acordadas com os credores do FIP Multiner, e a operação comercial da UEE Alegria II, fizeram com que o fluxo de despesas financeiras ficassem alinhados com o fluxo de caixa em 2013. No entanto, os constantes atrasos da Eletrobrás/Amazonas Energia fizeram com que a empresa tivesse dificuldades para arcar com os seus compromissos financeiros, atrasado pagamentos de CCBs.

10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia possui uma estrutura planejada para nossos empreendimentos e projetos associadas à perda de outorgas, mesmo que em menor escada dos vistos em períodos anteriores.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas e;

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

A diretoria ressalta que, a estrutura de capital planejada para nossos empreendimentos e projetos possui como premissa a captação de recursos de longo prazo proveniente de instituições financeiras de fomento, nacionais e mercado de capitais. A empresa não passa por problemas relevantes de liquidez e por isso não planeja qualquer captação de curto prazo.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de controle societário

Tendo em vista que nossos projetos para construção de termelétricas, parques eólicos e hidrelétricas exigem grandes investimentos, é provável que continuemos a manter relevante nível de endividamento, conforme as tabelas abaixo, no entanto a diretoria focará a captação em recursos de longo prazo que estejam em conformidade com o fluxo de caixa dos novos projetos :

		Controladora		
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
			Ajustado	Ajustado
Encargos anuais (*)				
Capital de giro (R\$)	16,59%	111.699	120.291	228.028
		111.699	120.291	228.028
Circulante		111.699	5.999	21.005
Não circulante		-	114.292	207.023

		Consolidado		
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
			Ajustado	Ajustado
Encargos anuais (*)				
Financiamentos de curto prazo denominados em reais				
Capital de giro (R\$)	17,27%	111.699	5.999	21.005
Financiamento de investimento (R\$)	17,02%	116.578	77.955	139.965
		228.277	83.954	160.970

		Consolidado		
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
			Ajustado	Ajustado
Encargos anuais (*)				
Financiamentos de longo prazo denominados em reais				
Capital de giro (R\$)	0,00%	-	114.292	207.023
Financiamento de investimento (R\$)	16,51%	360.144	361.500	257.101
		360.144	475.792	464.124

(*) Custo médio ponderado da variação do IGP-M/CDI desde a concepção da dívida até a presente data, acrescidos dos juros médios ponderados. O cronograma de pagamento das parcelas de curto e longo prazos dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	Controladora		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
2012	-	916	2950
2013	-	955	4248
2014	111.866	65.724	114.335
2015	-	8.769	12.861
2016 em diante	-	44.495	111.032
Custo de captação	(167)	(569)	(17.398)
	<u>111.699</u>	<u>120.291</u>	<u>228.028</u>
		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
2012			30.217
2013	-	83.954	28.691
2014	228.444	159.620	77.527
2015	82.826	71.030	41.053
2016	44.559	37.101	503.417
2017	15.667	208.609	-
2018	17.468	-	-
2019 em diante	199.624	-	-
Custo de captação	(167)	(568)	(55.811)
	<u>588.421</u>	<u>559.746</u>	<u>625.094</u>

Quadro resumo dos empréstimos e financiamentos por indexador de origem:

		Consolidado		
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Financiamentos de curto prazo			Ajustado	Ajustado
denominados em reais				
	<u>Encargos anuais (*)</u>			
IGPM	16,49	228.277	83.954	152.789
CDI	0			8.181
		<u>228.277</u>	<u>83.954</u>	<u>160.970</u>
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Financiamentos de longo prazo			Ajustado	Ajustado
denominados em reais				
	<u>Encargos anuais (*)</u>			
IGPM	15,88	360.144	472.843	464.124
CDI	0	-	2.949	
		<u>360.144</u>	<u>475.792</u>	<u>464.124</u>

(*) Custo médio ponderado da variação do IGP-M/CDI desde a concepção da dívida até a presente data, acrescidos dos juros médios ponderados.

10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

Não existe grau de subordinação nas dívidas consolidadas na Multiner S.A. para os períodos de 2011, 2012 e 2013, considerando que “subordinação” remete a compartilhamento das mesmas garantias, no caso da Companhia são garantias diferentes.

g) Limites de Financiamentos já contratados.

Empréstimo	Limite	Consolidado 31/12/2013	
		Já Contratado	A Liberar
Financiamento Alegria I	250.000	250.000	-
Financiamento Alegria II	398.749	398.749	-

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais - Comparação das Informações Financeiras dos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

	Controladora			Consolidado			Variação 2013/2012 %
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	
		Ajustado	Ajustado		Ajustado	Ajustado	
Receita líquida de vendas	-	-	29.222	46.209	42.891	137.964	7
Custo das Vendas	-	-	(44.581)	(22.802)	(27.772)	(108.206)	(22)
Lucro Bruto	-	-	(15.359)	23.407	15.119	29.758	35
Despesas Gerais e Administrativas	(15.207)	(14.989)	(21.248)	(34.176)	(38.266)	(44.436)	(12)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(10.114)	62.023	(123.112)	(15.526)	47.816	(152.724)	408
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(25.321)	47.034	(159.719)	(26.295)	24.669	(167.402)	194
Receitas Financeiras	24.223	17.163	17.088	49.978	39.891	41.101	20
Despesas Financeiras	(34.214)	(43.302)	(45.416)	(96.324)	(116.012)	(142.013)	(20)
Financeiras líquidas	(9.991)	(26.139)	(28.328)	(46.346)	(76.121)	(100.912)	(64)
Resultado de Equivalencia Patrimonial	(76.860)	(77.491)	(158.128)	(43.079)	(12.315)	(42.468)	71
Resultado antes dos impostos	(112.172)	(56.596)	(346.175)	(115.720)	(63.767)	(310.782)	45
Imposto de Renda e CSLL Diferidos/Corrente	-	-	(1.261)	3.576	3.814	(37.326)	(7)
Prejuízo do exercício	(112.172)	(56.596)	(347.436)	(112.144)	(59.953)	(348.108)	47
Prejuízo atribuível aos :							
Acionistas controladores	(112.172)	(56.596)	(347.436)	(112.172)	(56.596)	(347.436)	50
Acionistas não controladores	-	-	-	28	(3.357)	(672)	
Prejuízo do exercício	(112.172)	(56.596)	(347.436)	(112.144)	(59.953)	(348.108)	47
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)				6.343	5.713	2.225	
Prejuízo p/ação integralizado-R\$				(18)	(10)	(156)	

10.1) Condições financeiras e patrimoniais gerais

	Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Fornecimento de energia:			
Potência Garantida	93.397	87.121	58.999
Operação e Manutenção	22.315	19.035	88.276
Energia Elétrica	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>61.688</u>
	115.712	106.156	208.963
Deduções:			
PIS	(1.909)	(1.751)	(3.672)
COFINS	(8.794)	(8.068)	(16.916)
ICMS	(28.928)	(26.539)	(40.328)
Leasing Financeiro - Raesa	(26.584)	(23.238)	
Outras deduções	<u>(3.288)</u>	<u>(3.669)</u>	<u>(10.083)</u>
	(69.503)	(63.265)	(70.999)
Receita líquida de vendas	<u><u>46.209</u></u>	<u><u>42.891</u></u>	<u><u>137.964</u></u>

Na comparação anual, a receita líquida do ano de 2013 totalizou R\$ 46.2 milhões, 7% acima do reportado no mesmo período do ano anterior (R\$ 42,8 milhões). Esse resultado ocorreu devido a diminuição no custo das vendas de energia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**(2) Custo das Vendas**

	<u>Consolidado</u>		
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Operação e Manutenção	(9.759)	(12.597)	(53.055)
Óleo lubrificante	(2.800)	(1.907)	(39.615)
Material de consumo	(8.645)	(12.599)	(5.786)
Seguros	(254)	(284)	-
Outros custos	<u>(1.344)</u>	<u>(385)</u>	<u>(9.750)</u>
Total custo de vendas	<u>(22.802)</u>	<u>(27.772)</u>	<u>(108.206)</u>

No ano de 2013, esses custos alcançaram R\$ 22,8 milhões, apresentando 22% de redução em relação aos R\$ 27,7 milhões registrados no ano de 2012. Essa variação decorreu, essencialmente, da redução dos custos de operação e manutenção.

10.1) Despesas Administrativas e patrimoniais gerais

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal	-	(2.881)	(5.018)	(3.172)	(5.981)	(10.041)
Honorários dos administradores	(2.321)	(1.033)	(3.271)	(2.346)	(1.736)	(4.939)
Tributárias	(625)	(275)	(131)	(968)	(644)	(440)
Depreciação/Amortização	(71)	(67)	(86)	(10.296)	(10.290)	(10.318)
Consultorias e assessorias em geral	(3.330)	(2.347)	(5.469)	(3.793)	(5.070)	(6.276)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(406)	(764)	(1.571)	(1.473)	(1.011)	(5.508)
Armazenagem	-	-	-	(1.930)	(3.921)	(2.360)
Consultoria jurídica	(4.052)	(2.379)	(1.174)	(4.586)	(3.287)	(2.560)
Seguros	(134)	(118)	(91)	(416)	(121)	(409)
Aluguel	(2.165)	(2.920)	(974)	(2.380)	(3.047)	(1.028)
Viagens	(615)	(684)	(520)	(763)	(924)	(723)
Outras despesas	<u>(1.488)</u>	<u>(1.521)</u>	<u>(2.943)</u>	<u>(2.053)</u>	<u>(2.234)</u>	<u>166</u>
Total despesas gerais e administrativas	<u>(15.207)</u>	<u>(14.989)</u>	<u>(21.248)</u>	<u>(34.176)</u>	<u>(38.266)</u>	<u>(44.436)</u>

No acumulado do ano de 2013, as despesas gerais e administrativas foram de R\$ 34,1 milhões. Houve uma redução de 12%, em comparação com o ano de 2012 que foi de R\$ 38,2 milhões. Essas despesas diminuíram devido, a mudança de critério utilizadas para rateio das despesas de pessoal e a redução na contratação de consultores e assessores.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**(4) Outras Despesas Operacionais**

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Provisão de perda aquisição 2007 Participações S.A.	(2.008)	(3.238)	(3.234)	-	-	-
Perdão permuta Debentures x PNS	-	-	(16.518)	-	-	(16.518)
Provisão para Impairment	-	-	(34.676)	-	-	(34.676)
Reversão ajuste valor recuperável do ágio	-	34.676	-	-	34.676	-
Reversão provisão Contingências	-	-	-	-	40.734	-
Penalidades com energia elétrica	(1.731)	32.470	(32.938)	(1.881)	32.353	(32.938)
Perda sobre valor recuperável	(5.425)	(1.887)	(31.354)	(11.332)	(59.760)	(23.063)
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	(753)	(691)	-
Baixa de investimentos	(463)	-	(4.240)	(463)	-	(4.386)
Despesa com processos trabalhistas/cíveis	(228)	-	-	(228)	-	(41.346)
(-) Outras receitas/despesas	(259)	1	(152)	(869)	504	203
	<u>(10.031)</u>	<u>62.023</u>	<u>(123.112)</u>	<u>(15.526)</u>	<u>47.816</u>	<u>(152.724)</u>

No acumulado do ano de 2013, houve um efeito negativo de R\$ 63,3 milhões, em função da redução da despesa com provisão para ajuste ao valor recuperável de projetos.

10.1) Condições financeiras e patrimoniais gerais

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Despesas Financeiras						
Varição monetária negativa	(7.996)	(26.595)	(22.537)	(27.556)	(54.499)	(46.861)
Despesa com juros	(11.658)	(8.108)	(10.268)	(49.583)	(45.790)	(48.854)
Despesa com multas	(3.294)	(429)	(3.843)	(3.711)	(1.827)	(17.182)
Varição cambial negativa	(116)	(65)	-	(5.960)	(5.840)	(6.886)
Despesa com mútuos	(2.947)	(2.496)	(1.936)	-	(273)	(981)
Despesa com IOF & IOC	(7.798)	(3.525)	(3.660)	(8.846)	(5.538)	(3.682)
Outras despesas financeiras	(405)	(2.084)	(3.172)	(668)	(2.245)	(17.567)
	<u>(34.214)</u>	<u>(43.302)</u>	<u>(45.416)</u>	<u>(96.324)</u>	<u>(116.012)</u>	<u>(142.013)</u>
Receitas Financeiras						
Receita com aplicação financeira	4.957	1.525	2.833	4.957	1.553	4.637
Varição monetária positiva	3.586	3.076	6.623	3.749	3.322	6.623
Receita com mútuos	14.223	11.887	6.920	12.887	8.391	4.097
Varição cambial positiva	124	44	1	5.110	1.480	2.227
Atualização monetária s/créditos tributários	292	344	355	2.573	2.408	2.457
Juros s/arrendamento financeiro				19.233	17.121	17.321
Ganho parcelamento ICMS			-	-	5.327	-
Outras receitas financeiras	1.041	287	356	1.469	289	3.739
	<u>24.223</u>	<u>17.163</u>	<u>17.088</u>	<u>49.978</u>	<u>39.891</u>	<u>41.101</u>
Resultado Financeiro	<u>(9.991)</u>	<u>(26.139)</u>	<u>(28.328)</u>	<u>(46.346)</u>	<u>(76.121)</u>	<u>(100.912)</u>

Despesas Financeiras:

No ano de 2013, essas despesas atingiram R\$ 96 milhões, ocorrendo uma redução de R\$ 19,7 milhões quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Essa redução foi resultante, essencialmente, da variação monetária negativa.

Receitas Financeiras:

No ano de 2013, essas receitas atingiram R\$ 49.9 milhões, ocorrendo um aumento de R\$ 10 milhões quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O aumento ocorreu, essencialmente, devido aumento na receita de aplicação financeira, receita com mútuos e juros sobre arrendamento financeiro.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Principais alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Ativo	Controladora			Consolidado			Variação 2013/12 %
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	
	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado	
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	110.308	20.727	4.188	112.536	20.795	8.279	441,17
Aplicações financeiras vinculadas	-	10.611	-	1	10.612	4.812	-99,99
Contas a receber	-	-	-	135.977	129.791	97.181	4,77
Adiantamentos a fornecedores	2.988	1.711	1.050	4.969	26.113	2.092	-80,97
Pagamentos antecipados	65	158	91	376	665	380	-43,46
Impostos a recuperar	-	-	203	9.491	13.599	4.719	-30,21
Arrendamento financeiro a receber	-	-	-	11.432	8.094	7.531	41,24
Bens disponíveis para a venda	-	12	-	147	12	-	1125
Outros créditos	3	8	1063	137	3.276	5.970	-95,82
	113.364	33.227	6.595	275.066	212.957	130.964	29,17
Não circulante							
Adiantamentos a fornecedores	122	122	50	4.389	4.409	16.857	-0,45
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.454	264.513	171.486	11.026	131.935	109.265	-91,64
Creditos com partes relacionadas	236.055	205.071	99.292	236.055	182.108	70.539	29,62
Impostos diferidos	-	-	-	23.486	25.880	29.978	-9,25
Impostos e Contribuições a Recuperar	6.116	6.391	5.177	40.473	36.706	39.057	10,26
Arrendamento financeiro a receber	-	-	-	194.590	156.516	164.021	24,33
Depósitos vinculados	606	14.456	-	959	14.809	35	-93,52
	257.353	490.553	276.005	510.978	552.363	429.752	-7,49
Investimentos	155.840	92.371	57.039	51.743	-	-	-
Propriedades para investimento	5.298	5.298	4.871	5.298	5.298	4.871	-
Imobilizado	54.368	54.374	54.406	78.428	152.907	160.792	-48,71
Intangível	342	5.719	8.407	229.010	244.600	222.829	-6,37
	473.201	648.315	400.728	875.457	955.168	818.244	-8,35
Total do Ativo	586.565	681.542	407.323	1.150.523	1.168.125	949.208	-1,51

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Passivo	Controladora			Consolidado			Varição
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	2013/12
		Ajustado	Ajustado		Ajustado	Ajustado	%
Circulante							
Empréstimos e Financiamentos	111.699	5.999	21.005	228.277	83.954	160.970	171,91
Fornecedores	2.786	1.798	4.696	156.178	156.956	134.984	-0,5
Salários e encargos sociais	707	1.842	3.209	896	1.925	3.271	-53,45
Obrigações fiscais	10.701	7.264	3.731	27.124	20.573	48.984	31,84
Contas a pagar	-	1.449	1.321	-	1.449	1.359	-100
Débitos com partes relacionadas	-	4	1.518	10	4	1.518	150
Outros	-	2.529	2.526	638	3.102	5.576	-79,43
	125.893	20.885	38.006	413.123	267.963	356.662	54,17
Não circulante							
Empréstimos e Financiamentos	-	114.292	207.023	360.144	475.792	464.124	-24,31
Obrigações fiscais	8.784	-	-	33.937	32.503	-	4,41
Provisão para passivo a descoberto	128.831	229.140	148.139	1.816	46.693	37.170	-96,11
Fornecedores	-	8.921	8.920	3.374	12.295	3.374	-72,56
Impostos diferidos	-	-	-	51.687	57.657	63.208	-10,35
Provisão para contingências	900	-	32.938	2.236	1.336	75.007	67,37
Contas a Pagar	1.506	-	-	1.506	-	436	
Débitos com partes relacionadas	41.358	33.169	32.203	4	-	10.189	
Outros	2.528	-	-	5.923	2.898	-	104,38
	183.907	385.522	429.223	460.627	629.174	653.508	-26,79
Patrimônio líquido							
Capital social	647.314	541.888	150.253	647.314	541.888	150.253	19,46
Reservas de capital	347.477	347.477	347.477	347.477	347.477	347.477	0
Prejuízos acumulados	-718.026	-614.230	(557.636)	-717.897	-614.101	(557.520)	16,9
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	276.765	275.135	(59.906)	276.894	275.264	(59.790)	0,59
Participação de não controladores	-	-	-	-121	-4.276	(1.172)	-97,17
	276.765	275.135	(59.906)	276.773	270.988	(60.962)	2,13
Total do Passivo e Patrimonio Líquido	586.565	681.542	407.323	1.150.523	1.168.125	949.208	-1,51

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo

Circulante

Caixa e equivalente de caixa – O aumento de 441% no período, refere-se a aporte de capital em CCB's, realizado pelos fundos CELOS, CAPAF, ELETRA E METRUS, em dezembro de 2013.

Aplicações financeiras vinculadas- A redução de 100% nesta linha é referente à recuperação de garantias dadas pela de captação de recursos.

Adiantamento a Fornecedores – A variação negativa de 81% no período deve-se adiantamentos concedidos a Tecmon Montagens Técnicas e Industriais Ltda nas controladas Termopower V e Termopower VI que foram transferidos para a Bolognesi Participações S.A. por contrato de cessão de crédito.

Impostos a Recuperar – A redução de 30% nesta linha deve-se a transferência de parte dos valores para Impostos a recuperar no grupo não circulante.

Arrendamento Financeiro a Receber – A variação positiva de 41% nesta linha é devido a gastos com a conversão a gás, da Usina Christiano Rocha, da controlada Rio Amazonas Energia S.A.

Não circulante

Adiantamento para futuro aumento de capital - - A redução de 92% no período refere-se a aumento de capital em diversas controladas da Companhia, realizados em dezembro de 2013.

Créditos com partes relacionadas – A variação anual de 30%, refere-se basicamente à mutuo concedido à Bolognesi Participações S.A.

Impostos a Recuperar – A variação positiva de 10% no período deve-se transferência de parte dos valores de Impostos a recuperar no grupo circulante.

Arrendamento Financeiro a Receber – A variação positiva de 24% nesta linha é devido a gastos com a conversão a gás da Usina Christiano Rocha, da controlada Rio Amazonas Energia S.A.

Depósitos vinculados – A expressiva redução de 94% no período está relacionado a recuperação em maio de 2013, do depósito judicial no valor de R\$ 14.028, correspondente à exposição financeira nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2012 das distribuidoras com as quais foram celebrados os CCEARs (Contrato de Compra de Energia no Ambiente Regulado) das controladas Itapebi, Monte Pascoal e Pernambuco IV.

Imobilizado – A redução de 49% nesta linha refere-se a gastos realizados com a conversão a gás da Usina Christiano Rocha, cujos valores foram transferidos para a linha de Arrendamento Financeiro a receber.

10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

Empréstimos e financiamentos – A variação positiva de 172% nesta linha é referente a dívidas transferidas do grupo não circulante em função do seu vencimento, pendentes de pagamento.

Obrigações Fiscais – O aumento de 32% nesta linha é devido ao parcelamento de IOF na controladora, parcelamento de IRPJ e CSLL na controlada Termelétrica Monte Pascoal S.A. e aumento do ICMS a pagar na controlada Rio Amazonas Energia S.A..

Passivo não Circulante

Empréstimos e financiamentos – A variação positiva de 24% nesta linha é referente a dívidas transferidas para o grupo circulante em função do seu vencimento.

Patrimônio Líquido

Capital Social - O aumento de 19% no período, refere-se a aporte de capital em CCB's, realizado pelos fundos CELOS, CAPAF, ELETRA E METRUS, em dezembro de 2013.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Comentários da Diretoria

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita proveniente da atividade de geração consiste, em grande parte, de usinas eólicas em operação e termelétricas.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Resultados das Operações: 2013

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia apresentaram, em 31 de dezembro de 2013, um prejuízo líquido de R\$112,1 milhões, decorrente: (i) Despesas com provisão para ajuste ao valor recuperável da controlada Termelétrica Monte Pascoal S.A. (ii) aumento do prejuízo da controlada New Energy Options Geração de Energia S.A. , devido ao crescimento do resultado financeiro, visto que, após o início de operação da Usina Alegria II, as despesas financeiras são contempladas no resultado.

Resultados das Operações: 2012

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia apresentaram, em 31 de dezembro de 2012, um prejuízo líquido de R\$57,6 milhões, decorrente: (i) da não existência de transações de compra de lastro das UTEs Pernambuco IV, Itapebi e Monte Pascoal, assim como, da provisão para recuperação dos valores de combustível comprados da Petrobras; (ii) as despesas gerais e administrativas diminuíram devido, essencialmente, a contratação de pessoal, honorários dos administradores e consultorias e assessorias em geral; (iii) em outras despesas/ receitas operacionais, houve um efeito positivo de R\$ 72,1 milhões, em razão, essencialmente, dos seguintes fatores: a) Despesa com provisão para ajuste ao valor recuperável de projetos em desenvolvimento; b) Provisão/reversão para contingências: refere-se à reversão de provisão de contingências realizadas em 2011; c) Provisão/reversão para ajuste ao valor recuperável de ágio: refere-se à reversão da provisão para impairment do ágio apurado da combinação de negócios da 2007 Participações S.A; d) Provisão/reversão sobre perda do valor recuperável: refere-se basicamente a reversão de provisão para recuperabilidade dos ativos da New Energy Options Geração de Energia S.A.

Resultados das Operações: 2011

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia apresentaram em 31 de dezembro de 2011, um prejuízo líquido de R\$ 348.108, decorrente do fato de que, quase todos os empreendimentos da Multiner ainda encontrarem-se na fase pré-operacional, com significativos custos de financiamentos e despesas gerais para o desenvolvimento desses projetos e de provisões para perdas contingenciais já reconhecidas por conta de situações irrevogáveis.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve eventos com efeitos relevantes dessa natureza.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 27 de dezembro de 2013 foi aportado na Companhia o valor de R\$ 105.425 , para emissão e integralização de 41.829 ações classe A e 588.843 ações classe B, na Multiner S.A.Essa emissão de ações classe A e classe B tem por objetivo equacionar a dívida com credores não quotistas do FIP Multiner (CELOS, CAPAF, ELETRA E METROS), os quais integralizarão novas quotas do FIP Multiner , por meio das conferências desses créditos detidos contra a Companhia, pelo que o FIP Multiner, que passará a ser titular de tais créditos integralizará as ações ora emitidas, mais uma vez por meio da dação desses à companhia, que deverá em seguida efetuar a compensação e cancelamento dos créditos.

c) Eventos ou operações não usuais

UEE Alegria II

Em novembro de 2012, a usina de energia eólica Alegria II teve todas as suas unidades geradoras entrado em plena operação, com capacidade instalada de 100,8MW;

UTE Itapebi e Monte Pascoal

Em julho de 2012, a ANEEL revogou as outorgas das UTEs Monte Pascoal e Itapebi com base no descumprimento do cronograma de implantação e regras de comercialização do setor.

UTE Pernambuco IV

Em abril de 2012, a ANEEL revogou a outorga da UTE Pernambuco IV com base no descumprimento do cronograma de implantação e regras de comercialização do setor.

UTE Termopower V e VI

Em outubro de 2012, a ANEEL revogou as outorgas das UTEs Termopower V e Termopower VI com base no descumprimento do cronograma de implantação e regras de comercialização do setor.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4 Comentários da diretoria

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

A Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes S/S emitiu em seu parecer referente às demonstrações financeiras do exercício de 2013 da Companhia, ressalvas mencionando que:

1.As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam, na rubrica de ativo imobilizado, em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$ 54.174 mil referente a adiantamentos para fornecimento de equipamentos. A revogação pela ANEEL das outorgas para construção de UTEs, mencionada na Nota Explicativa nº 2-b, representa um indicativo de que esses investimentos podem estar registrados por valor superior ao seu valor recuperável. A Companhia não efetuou análise do valor recuperável desses investimentos, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01 e IAS 36. Como consequência, não foi possível nos satisfazermos quanto à necessidade de ajustes do saldo da conta de ativo imobilizado.

2.Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 24, em 28 de março de 2012, foi autorizada a conversão das 445.620 ações preferenciais resgatáveis, pertencentes ao Multiner Fundo de Investimento em Participações, em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, na proporção de 1:1. Essas ações continuam com as mesmas características das ações preferenciais resgatáveis e nas mesmas condições descritas na Nota 24. Nessas condições, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 39 (IAS 32) – Instrumentos Financeiros – Apresentação, as ações preferenciais resgatáveis emitidas pela Companhia representam um passivo financeiro e deveriam ter sido registradas no grupo do passivo não circulante pelo seu valor justo, ao invés de classificadas como capital social, no patrimônio líquido. Em função da não observância ao Pronunciamento Técnico CPC 39 (IAS 32), em 31 de dezembro de 2013, o patrimônio líquido está a maior em R\$ 497.001 mil e o passivo não circulante está a menor em R\$ 810.340 mil e o prejuízo do exercício findo naquela data, está a menor em R\$ 200.746 mil.

Ainda no parecer da auditoria a Boucinhas enfatiza que:

1. Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 23, no qual está descrito que a Companhia está se defendendo em diversas ações de natureza cível e regulatória. A Administração da Companhia avaliou como possível as chances de perda nessas ações, no montante de R\$ 309.915 mil, e, portanto, nenhuma provisão foi registrada nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2013. No entanto, caso essas ações tenham um desfecho negativo para a Companhia, a posição financeira deverá sofrer um impacto relevante.

2. Conforme descrito na nota explicativa nº 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Multiner S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

investimentos em controladas e controladas em conjunto, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção de manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

d)Comentário da diretoria sobre as ressalvas e ênfases do Parecer do Auditor Independente:

Com relação as ressalvas e ênfases anteriormente descritas constantes no relatório do Parecer do Auditor Independente referente ao ano de 2013, a Diretoria da Companhia ressalta que as ressalvas serão extintas na finalização do Contrato de Reorganização e Financiamento da Multiner, que está previsto para ocorrer no terceiro trimestre de 2014 e, quanto as ênfases, a Diretoria está de acordo com os itens mencionados no Parecer do Auditor Independente.

A diretoria da Companhia avaliou os relatórios dos Pareceres do Auditor Independente referentes aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2011 e 31.12.2012, onde constam ressalvas e ênfases que tratam de pontos semelhantes ao período encerrado em 31.12.13. Tais ressalvas estão previstas para serem extintas no terceiro trimestre de 2014 em função da finalização do Contrato de Reorganização e Financiamento da Multiner e , as ênfases mencionadas , a diretoria está de acordo com as mesmas.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

De acordo com a Instrução CVM nº 480, este item é facultativo para companhias registradas na categoria B.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

10.6 Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A administração da Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório, visto que, no relatório dos Auditores Independentes, não apresenta nenhuma deficiência relevante. A Companhia busca permanentemente a atualização de suas práticas, normas e procedimentos, com o objetivo de aprimorá-los cada vez mais, com a otimização de seus recursos e processos.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

RECOMENDAÇÃO 1:

Estruturar e implantar um manual de norma de procedimentos.

A elaboração de manuais, descrevendo o fluxo de documentos, os setores por eles responsáveis, a quem se destinam e a sua descrição de forma detalhada e de fácil compreensão, facilita o andamento dos serviços, com perfeito entrosamento dos setores envolvidos.

É importante que sejam definidos claramente cargos e funções, fixando deveres funcionais, evitando ingerência e conseqüentemente conflitos de funções.

Salientamos que esta recomendação fez parte do nosso relatório de 2012, onde, conforme resposta da administração naquela época, a Companhia tinha a intenção de estruturar e implantar um manual de normas e procedimentos em 2013, o que não ocorreu.

Comentário da Companhia:

A Companhia está trabalhando no desenvolvimento e formalização das políticas e dos processos de controles internos. A Companhia tem a intenção de finalizar o trabalho no decorrer do 2º trimestre de 2014 .

RECOMENDAÇÃO 2:

Agilizar a elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia têm sido concluídas com atrasos consideráveis, deixando assim de cumprir com a sua finalidade de prestar informação ágil aos usuários que delas se utilizam.

Salientamos que este item fez parte do nosso relatório de 2012, no qual, conforme resposta da administração naquela época, a Companhia estaria empenhada em atualizar todas as obrigações em atraso, o que não ocorreu.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

Comentário da Companhia:

Informamos que já regularizamos todas as pendências de apresentação de DF's e que estamos adimplentes com as obrigações com a CVM do exercício de 2012. Relativamente ao exercício de 2013 estamos regulares.

RECOMENDAÇÃO 3:

Fragilidade no processo de reconciliação contábil dos saldos de fornecedores e adiantamentos a fornecedores

Não foram realizadas análises de reconciliação dos saldos de fornecedores com os saldos de adiantamento a fornecedores. Citamos algumas situações a seguir como exemplo:

Multiner S.A.:

Conta	Fornecedor	Saldo (R\$)
1.1.2.51.7.79 – Adiantamento a Fornecedor	Barbosa, Mussinich e Aragão	45.628,33
2.1.1.01.4.02.05 – Fornecedores	Barbosa, Mussinich e Aragão	4.994,00

New Energy Options Geração de Energia S.A.:

Conta	Fornecedor	Saldo (R\$)
1.1.2.51.7.69 – Adiantamento a Fornecedor	Deugro Brasil Transportes LTDA	1.362.267,35
2.1.1.01.4.03.14 – Fornecedores	Deugro Brasil Transportes LTDA	87.373,76

Conta	Fornecedor	Saldo (R\$)
1.1.2.51.9.60 – Adiantamento a Fornecedor	STK Sistemas do Brasil Ltda.	760.57861
2.1.1.01.4.19.68 – Fornecedores	STK Sistemas do Brasil Ltda.	399.458,79

Salientamos que esta recomendação fez parte do nosso relatório de 2012, cuja resposta da Administração foi a seguinte:

“Com relação ao fornecedor Barbosa Mussnick e Aragão se refere a adiantamentos à várias sucursais do mesmo, aguardando prestação de contas. O valor referente ao passivo ainda está pendente de aprovação para compensação com os adiantamentos.”

“Quanto ao fornecedor Deugro Brasil, são transações muito antigas com este fornecedor, que segundo informações internas não temos nenhum saldo a receber/pagar deste

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

fornecedor. Estamos solicitando ao mesmo uma declaração de que não temos nenhum saldo a receber nem a pagar.”

“Sobre adiantamentos ao fornecedor STK, falta a emissão de NF’s em função de aprovações de medições, para que possamos fazer a baixa desses adiantamentos, em setembro de 2013 o saldo já é R\$760.578,00.

Quanto ao passivo estamos em acordo com o fornecedor e o saldo a pagar em setembro de 2013 é de R\$399.458,00.”

Recomendamos que sejam efetuadas as devidas análises de forma a regularizar aqueles saldos que podem estar causando superavaliação de ativo e passivo, como no caso do fornecedor Deugro Brasil Transportes Ltda.

Comentário da Companhia:

A respeito da Barbosa Mussnick e Aragão, o adiantamento a fornecedores será baixado contra o passivo e o saldo será cobrado em serviços.

Com relação à Deugro, vide recomendação nº 4.

A respeito da STK, foi realizado um acordo no primeiro trimestre de 2014, cujos valores pendentes estarão zerados em 31/03/2014.

RECOMENDAÇÃO 4:

Saldos paralisados há longa data

Durante nossos trabalhos verificamos que há saldos sem movimentação há longa data, principalmente em contas de fornecedores.

Conforme resposta às nossas cartas de circularização, os advogados externos da Companhia e alguns fornecedores informaram que já estão em processos de cobrança judicial.

Comentário da Companhia:

Segue abaixo os processos existentes com nossos fornecedores.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

ROCESSOS NºS.	EMPRESA	VR DA CAUSA	AUTOR	RÉU	OBJETO
0481121-60.2012.8.19.0001 (TJRJ)	Multiner	172.474,65	Ativa	Multiner	Execução por quantia certa do valor residual do contrato entre as partes
0214006-06.2012.8.19.0001 (TJRJ)	Multiner	1.489.746,46	EMPA	Multiner	Ação de Cobrança - Trata-se de cobrança de valores referentes ao contrato firmado entre as partes.
0394004-31.2012.8.19.0001 (TJRJ)	Multiner	684.379,16	Engevix	Multiner	Trata-se de Ação Monitória com objetivo de tornar exigível os valores contratuais supostamente devidos.
0022933-62.2013.8.17.0001 (TJPE)	New Energy	718.144,89	Saraiva Equipamentos Ltda	New Energy	Execução de Título Extrajudicial
0022935-32.2013.8.17.0001 (TJPE)	New Energy	827.157,12	Saraiva Equipamentos Ltda	New Energy	Execução de Título Extrajudicial
0022911-04.2013.8.17.0001 (TJPE)	New Energy	2.210.868,60	New Energy	Saraiva Equipamentos Ltda	Execução de Título Extrajudicial

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

PROCESSOS NºS.	EMPRESA	VR DA CAUSA	AUTOR	RÉU	OBJETO
Procedimento Arbitral nº 19948/ASM	New Energy	4.240.121,63	Deugro Brasil	New Energy	<p>O objeto do processo arbitral é a cobrança pela Deugro de R\$ 1.635.454,63 de faturas inadimplidas, e de R\$ 2.604.667,00 de multa contratual.</p> <p>A New Energy apresentou defesa argumentando que a Deugro deve indenizá-la, em decorrência dos prejuízos causados por falhas na prestação de serviço da transportadora Deugro e de sua subcontratada.</p>

RECOMENDAÇÃO 5:

Provisão para Contingências

A Companhia, em 31 de dezembro de 2013, possuía contabilizado em “contas a pagar” os montantes de R\$ 1.506.221 e R\$ 704.430 referentes a dívida com os fornecedores Quattropar e Estelar, respectivamente, porém, esses valores estão inseridos em ações judiciais de cobrança, conforme informado pelos consultores jurídicos da Companhia.

Recomendamos que a Companhia avalie, em conjunto com seus consultores jurídicos, o possível tratamento destes casos como provisão para contingências.

Além disso, identificamos diferença entre os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2013 com as respostas das cartas de circularização dos consultores jurídicos da Companhia, como segue:

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

Fornecedores	Saldo contábil (R\$)	Valor do jurídico (R\$)	Diferença (R\$)
Quattropar	1.506.221	1.904.238	398.017
Estelar	704.430	1.036.153	331.723

Comentário da Companhia:

Quattropar

Com relação ao valor de R\$ 1.506.221, em fevereiro de 2014, foi realizado acordo para quitação no valor de R\$ 2.241.788, para pagamento em 4 parcelas, que se encerrará em maio de 2014.

Estelar

Houve acordo para que o processo judicial movido pela Estelar em face da Multiner seja extinto. A condição é que a Multiner, mediante instrumento de mandato, autorize a Estelar a negociar a participação detida pela Multiner na Companhia Energética do Uruguai. O valor mínimo desta negociação é de R\$ 9.124.597,47 (nove milhões, cento e vinte e quatro mil, quinhentos e noventa e sete reais e quarenta e sete centavos). A Estelar terá direito de receber 10% (dez por cento) sobre o valor bruto da negociação. Todo o saldo restante será da Multiner.

RECOMENDAÇÃO 6:

Saldos contábeis

Multiner:

Verificamos que a conta 6.1.5.01.1.09.99.02.06.7 – Termelétrica Termopower VI (Perdas com Participações) de natureza devedora apresentou o saldo de R\$136.526,83 credor.

Recomendamos a análise nesta conta e avaliar a possível reclassificação para a conta “Ganho com participações”.

Comentário da Companhia:

Em 2013 foi realizada a reclassificação das contas. As DF's estão OK.

RECOMENDAÇÃO 7:

Falta do Laudo de avaliação do Valor Recuperável da Multiner e de Controladas.

Em 31 de dezembro de 2013, as rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível apresentavam o montante de R\$ 54.174 mil referente a adiantamentos para fornecimento de equipamentos.

A revogação pela ANEEL das outorgas para construção dessas UTEs, representa um indicativo de que esses investimentos podem estar registrados por valor superior ao seu valor

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

recuperável. A Companhia não efetuou análise do valor recuperável desses investimentos, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01 e IAS 36.

O comentário acima por sua natureza e relevância foi inserido como ressalva em nossos Relatórios sobre as Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, e também foram apresentados nos respectivos relatórios de recomendações.

Além disso, para as controladas Companhia Energética Uruguai S.A. – CEU e Termelétrica Pernambuco IV S.A. que apresentaram, em 31 de dezembro de 2013, os saldos nas contas do ativo imobilizado de R\$ 10.644 mil, R\$ 0.7 mil, respectivamente, também, não foram efetuadas análises dos valores recuperáveis desses ativos, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01 e IAS 36.

Salientamos que este item fez parte do nosso relatório de 2012.

Comentário da Companhia:

À respeito do valor de R\$ 54.174 na Multiner, fizemos uma observação na nota de imobilizado, mencionando que a gestão atual está trabalhando para reverter esta situação e que em caso de insucesso, há chances de perda deste ativo.

Com relação à CEU, fizemos uma observação na nota 14.6, que em 2014 a Multiner estará concedendo mandado de representação à Estelar Engenheiros Associados Ltda., para promover a intermediação de negociações, visando a venda da totalidade das ações da Cia Energética do Uruguai S.A. – CEU.

Quanto à Pernambuco IV, tratamos como irrelevante o valor de 7 mil reais, visto que se trata de poucos Móveis e Utensílios e Equipamentos de Informática.

RECOMENDAÇÃO 8:

Conversão das Ações Preferências Resgatáveis em Ações Preferências Classe A – em desacordo com o CPC 39.

No exercício de 2013, a Companhia foi autorizada a converter 445.620 ações preferenciais resgatáveis, pertencentes ao Multiner Fundo de Investimento em Participações - FIP, em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, na proporção de 1:1. Essas ações continuam com as mesmas características das ações preferenciais resgatáveis e nas mesmas condições descritas nas notas explicativas às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (Nota 24).

Nessas condições, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 39 (IAS 32) – Instrumentos Financeiros – Apresentação, as ações preferenciais resgatáveis emitidas pela Companhia representam um passivo financeiro e deveriam ter sido registradas no grupo do passivo não circulante pelo seu valor justo, ao invés de classificadas como capital social, no patrimônio líquido. Em função da não observância ao Pronunciamento Técnico CPC 39 (IAS 32), em 31 de

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

dezembro de 2013, o patrimônio líquido da Companhia está a maior em R\$ 497.001 mil e o passivo não circulante está a menor em R\$ 810.340 mil e o prejuízo do exercício findo, naquela data, está a menor em R\$ 200.746 mil.

O comentário acima por sua natureza e relevância foi inserido como ressalva em nossos Relatórios sobre as Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, e também foram apresentados nos respectivos relatórios de recomendações.

Comentário da Companhia:

Este assunto só será extinto, quando da finalização do acordo de reorganização e financiamento da Multiner.

RECOMENDAÇÃO 9:

Rateio dos custos entre empresas do Grupo

Verificamos que os gastos comuns a todas as empresas do Grupo são, primeiramente, contabilizados como despesas da Multiner e, posteriormente, repassados as demais empresas.

Para suportar esta centralização dos gastos na Multiner, foi firmado um “contrato de fruição” entre as empresas do grupo.

Considerando que este assunto é controverso no que diz respeito ao reembolso dessas despesas à controladora, podendo estar sujeito a incidência de PIS, COFINS e outros tributos, recomendamos que a questão seja analisada pela Companhia a luz da legislação tributária levando-se em conta as características do contrato firmado entre a controladora e suas controladas.

Salientamos que este item fez parte do nosso relatório de 2012 e que, conforme resposta da Administração naquela época, o procedimento está baseando em parecer técnico dos consultores jurídicos da Companhia..

Comentário da Companhia:

Este assunto foi discutido com o Conselho de Administração, que nos solicitou a elaboração de um procedimento interno que já foi elaborado.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

10.7. *Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

***Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.**

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.**
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.**
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.**

De acordo com a Instrução CVM nº 480, este item é facultativo para companhias registradas na categoria B.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8* Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

***Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.**

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.9 Comentários sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não se aplica

b) natureza e propósito da operação

Não se aplica

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não se aplica

10.10 - Plano de negócios

10.9 Comentários sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não se aplica

b) natureza e propósito da operação

Não se aplica

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não se aplica

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não se aplica.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.* Projeções

**A divulgação de projeções e estimativas é facultativa. Caso o emissor tenha divulgado projeções e estimativas, elas devem ser incluídas na presente seção.*

11.1. As projeções devem identificar:

a. objeto da projeção

As projeções individuais da Companhia não são divulgadas.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

As projeções individuais da Companhia não são divulgadas

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

As projeções individuais da Companhia não são divulgadas.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão*

**Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.*

Não aplicável.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário.

As projeções individuais da Companhia não são divulgadas.

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções.

As projeções individuais da Companhia não são divulgadas.

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.

As projeções individuais da Companhia não são divulgadas.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1 Estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno:

a) atribuições de cada órgão e comitê

A administração da Companhia é exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada, sendo composto atualmente por 6 membros, com mandato unificado de um ano, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, competindo-lhe, ainda, sem prejuízo das demais competências que lhe são atribuídas por lei ou pelo Estatuto:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (ii) eleger e destituir os Diretores da Companhia;
- (iii) atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada, observado o estatuto da Companhia;
- (iv) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- (v) deliberar sobre a convocação da Assembléia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das S.A.;
- (vi) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;
- (vii) escolher e destituir os auditores independentes, observando-se, nessa escolha, o disposto na legislação aplicável. A empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração;
- (viii) convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários;
- (ix) apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembléia Geral;
- (x) aprovar os planos de trabalho, os orçamentos anuais ou plurianuais da Companhia e suas respectivas alterações;
- (xi) avaliar e encaminhar à Assembléia Geral o plano quinquenal de negócios da Companhia;
- (xii) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembléia Geral;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(xiii) deliberar sobre aumento do capital e sobre emissão de ações ordinárias ou preferenciais resgatáveis da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 5º do Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir prazo para) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

(xiv) aprovar e alterar a estrutura organizacional da Companhia; (xv) aprovar a política salarial da Companhia;

(xvi) fixar e alterar a divisão da remuneração global anual da Administração da Companhia fixada e aprovada pela Assembléia Geral; (xvii) eleger o Presidente do Conselho de Administração;

(xviii) aprovar as chamadas para integralização de capital, com base em deliberação da Diretoria que indique justificadamente a necessidade de destinação dos recursos.

Diretoria

A Diretoria é o órgão de representação da Companhia. É composta por até 3 membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e um Diretor de Operações.

Os membros da Diretoria têm mandato de um ano, podendo ser reeleitos.

Os Diretores têm a representação ativa e passiva da Companhia, competindo-lhes, inclusive:

(i) contratar, transigir, contrair obrigações, renunciar, desistir, celebrar acordos, firmar compromissos, contrair empréstimos e financiamentos, alienar, adquirir, hipotecar, ou, de qualquer modo, onerar bens da Companhia e de suas controladas, móveis, imóveis e outros direitos, respeitadas as disposições e limitações do Estatuto Social;

(ii) aceitar, sacar, endossar e avalizar documentos cambiais, duplicatas, cheques, notas promissórias e quaisquer outros títulos de créditos que impliquem responsabilidade para a sociedade, respeitadas as disposições e limitações do Estatuto Social;

(iii) admitir ou demitir empregados, obedecidas as orientações do Conselho de Administração, se for o caso, e às normas atinentes à espécie, inclusive o regulamento de pessoal da Companhia;

(iv) elaborar os planos de negócios e orçamento da Companhia, anuais ou plurianuais, e submetê-los ao Conselho de Administração;

(v) deliberar sobre a proposição de qualquer processo administrativo ou judicial, procedimento de arbitragem ou outra forma de resolução de litígios extrajudicial;

(vi) deliberar sobre a adoção de estratégias pela Companhia perante quaisquer órgãos governamentais e eventuais mudanças de posição;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (vii) deliberar sobre o exercício do voto pela Companhia nas deliberações de suas controladas;
- (viii) deliberar sobre chamadas para integralização de capital subscrito, indicando fundamentadamente a necessidade e a destinação dos recursos objeto da chamada de capital;
- (ix) representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, respeitadas as disposições e limitações previstas no Estatuto Social;
- (x) exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pelo Conselho de Administração ou estejam previstas em políticas ou regulamentos internos da Companhia.

Comitê Financeiro

O Comitê Financeiro é um órgão colegiado de assessoramento, instituído pelo Conselho de Administração da Companhia, de caráter transitório, com delegação de poderes para deliberar sobre a aplicação de recursos disponíveis no caixa da Companhia, eventual revisão dos contratos firmados e a realização de novas despesas.

O Comitê é composto por seis membros cujos mandatos coincidem com o mandato do Conselho de Administração e suas atribuições incluem:

- (i) Apreciar e aprovar semanalmente o plano para aplicação dos recursos da Companhia que deverá ser observado pela Diretoria na semana subsequente;
- (ii) Deliberar sobre proposta da Diretoria referente à renegociação, revisão ou denúncia de contratos firmados pela Multiner;
- (iii) Elaborar mensalmente um Relatório do Comitê endereçado ao Conselho de Administração contendo, no mínimo, as seguintes informações:
 - i. Atividades exercidas no âmbito de suas atribuições, no período;
 - ii. Descrição das orientações transmitidas à Diretoria, com indicação das medidas adotadas para sua realização;
 - iii. Descrição das deliberações não unânimes, identificando os votos favoráveis e os votos contrários, bem como apresentando suas respectivas justificativas.

O Plano Semanal para Aplicação de Recursos será elaborado nas reuniões semanais do Comitê e contemplará de maneira pormenorizada a identificação e os valores dos desembolsos que serão realizados pela Companhia na semana subsequente.

A elaboração do Plano Semanal para Aplicação de Recursos deverá se pautar nos seguintes princípios:

- (i) Conservação dos ativos da Companhia, em especial, das autorizações para geração de energia elétrica, dos projetos de usinas de geração de energia elétrica dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados pela Companhia; e

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (ii) Otimização da utilização dos ativos e do fluxo de caixa da Companhia para fins de reduzir seu endividamento.

Após sua aprovação, no âmbito das reuniões semanais do Comitê, o Plano Semanal para Aplicação de Recursos será imediatamente encaminhado para a Diretoria, a fim de que seus membros tomem as providências necessárias para sua execução.

d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais.

Observado os limites estabelecidos neste Estatuto Social e as demais atribuições que a Assembleia Geral e o Conselho de Administração lhes conferirem, os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, competindo-lhes, inclusive:

- (i) contratar, transigir, contrair obrigações, renunciar, desistir, celebrar acordos, firmar compromissos, contrair empréstimos e financiamentos, alienar, adquirir, hipotecar, ou, de qualquer modo, onerar bens da Companhia e de suas Controladas, móveis, imóveis e outros direitos, respeitadas as disposições e limitações deste Estatuto Social;
- (ii) aceitar, sacar, endossar e avalizar documentos cambiais, duplicatas, cheques, notas promissórias e quaisquer outros títulos de créditos que impliquem responsabilidade para a sociedade, respeitadas as disposições e limitações deste Estatuto Social.
- (iii) admitir ou demitir empregados, obedecidas as orientações do Conselho de Administração, se for o caso, e as normas atinentes a espécie, inclusive o regulamento de pessoal da Companhia;
- (iv) elaborar os planos de negócios e orçamento da Companhia, anuais ou plurianuais, e submetê-los ao Conselho de Administração;
- (v) deliberar sobre a proposição de qualquer processo administrativo ou judicial, procedimento de arbitragem ou outra forma de resolução de litígios extrajudiciais;
- (vi) deliberar sobre a adoção de estratégias pela Companhia perante quaisquer órgãos governamentais e eventuais mudanças de posição;
- (vii) deliberar sobre exercício do voto pela Companhia nas deliberações de suas controladas;
- (viii) deliberar sobre chamadas para integralização de capital subscrito, indicando fundamentadamente a necessidade e a destinação dos recursos objeto da chamada de capital.
- (ix) representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, respeitadas as disposições e limitações previstas neste Estatuto Social; e

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (x) exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pelo Conselho de Administração ou estejam previstas em políticas ou regulamentos internos da Companhia.

Compete especialmente :

(i) Ao Diretor Presidente:

- (i) submeter à aprovação do Conselho de Administração os planos de trabalho, os planos de negócio e orçamentos anuais ou plurianuais, os planos de investimento e os novos programas de expansão da Companhia e de suas controladas, promovendo a sua execução nos termos aprovados;
- (ii) formular as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, com a participação dos demais diretores;
- (iii) exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia, coordenando o andamento das atividades normais da Companhia e zelando pela observância da Lei, deste Estatuto Social, das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- (iv) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e de suas controladas, bem como o andamento de suas operações;
- (v) orientar, coordenar e superintender as atividades dos demais Diretores, convocando e presidindo as reuniões de Diretoria;
- (vi) conduzir a política geral e de administração da Companhia, conforme orientação do Conselho de Administração;
- (vii) providenciar a elaboração e submeter ao Conselho de Administração o relatório da Diretoria e as demonstrações financeiras de cada exercício, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;
- (viii) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral; e
- (ix) representar a Companhia junto aos órgãos de representação, técnicos e/ou de regulação do mercado de energia.

(ii) Ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:

- (i) substituir o Diretor-Presidente quando de sua ausência ou impedimento nas suas atribuições que lhe forem delegadas pela lei, por este Estatuto ou pelo Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (ii) acompanhar e coordenar as áreas administrativa-financeira e de apoio da Companhia;
 - (iii) avaliar o desempenho e os resultados das áreas de finanças de acordo com as metas estabelecidas;
 - (iv) elaborar as informações gerenciais da Companhia;
 - (v) elaborar e disponibilizar as informações de caráter obrigatório à Comissão de Valores Mobiliários e as bolsas de valores e, se for o caso, mercados de balcão organizado em que a Companhia estiver registrada, sejam nacionais ou internacionais;
 - (vi) observado o disposto no artigo 25 deste Estatuto Social, movimentar o caixa da Companhia, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e de investimento;
 - (vii) planejar, coordenar e orientar o relacionamento e a comunicação entre a Companhia e seus investidores, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as entidades onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos a negociação;
 - (viii) propor diretrizes e normas para as relações com os investidores da Companhia;
 - (ix) observar as exigências estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor, divulgando ao mercado as informações relevantes sobre a Companhia e seus negócios; e
 - (x) disponibilizar informações ao público investidor, a Comissão de Valores Mobiliários e as bolsas de valores e, se for o caso, mercado de balcão organizado em que a Companhia estiver registrada, sejam nacionais ou internacionais.
- (iii) ao Diretor de Operações:
- (i) definir a especificação dos projetos de geração de energia elétrica;
 - (ii) coordenar a construção de usinas; e
 - (iii) coordenar a operação e a manutenção das usinas de geração.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2013	Demonstrações Financeiras	Diário Comercial - RJ	31/03/2014
		Diário Oficial do Estado - RJ	31/03/2014
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Diário Comercial - RJ	19/09/2013
		Diário Oficial do Estado - RJ	04/09/2013
			04/09/2013
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Comercial - RJ	05/09/2013
		Diário Oficial do Estado - RJ	05/09/2013
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Comercial - RJ	07/09/2013
		Diário Oficial do Estado - RJ	07/09/2013
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Comercial - RJ	01/10/2013
		Diário Oficial do Estado - BR	01/10/2013
	31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário Comercial - BR
Diário Oficial do Estado - RJ			05/11/2012
Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras		Diário Comercial - BR	07/12/2012
		Diário Oficial do Estado - RJ	07/12/2012

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Giancarlo Porto Bratkowski	37	Pertence apenas à Diretoria	28/02/2012	AGO de 2015
891.555.720-49	Engenheiro Civil	Diretor de Operações	28/02/2012	Sim
Membro do Comitê Financeiro				
Ronaldo Marcelo Bolognesi	72	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	AGO de 2015
008.006.600-30	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim
N/A				
Chiara Sonogo Bolognesi	29	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	AGO de 2015
826.383.730-87	Administradora de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim
N/A				
Pedro Mattos	53	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	AGO de 2015
223.816.781-15	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Não
N/A				
Wagner Luiz Constantino de Lima	64	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	AGO de 2015
368.608.168-72	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Não
N/A				
Antônio Carlos Conquista	55	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	AGO de 2015
010.852.708-58	Contador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Não
N/A				
Márcio Santos Albuquerque	31	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	AGO de 2015
092.695.027-40	Administrador de Empresas	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Não
Membro do Comitê Financeiro				
Paulo Cesar Rutzen	49	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2014	AGO de 2015
441.649.200-68	Advogado	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	30/04/2014	Sim
Membro do Comitê Financeiro				
Carlos Frederico Aires Duque	49	Conselho Fiscal	30/04/2014	AGO de 2015
828.953.507-44	Administrador de Empresas	44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	30/04/2014	Não
N/A				
Athur Simões Neto	33	Conselho Fiscal	30/04/2014	AGO de 2014

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
082.421.327-04 N/A	Economista	44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	30/04/2014	Não
José Lino Fontana 691.062.407-63 N/A	54 Contador	Conselho Fiscal 44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	30/04/2014 30/04/2014	AGO de 2015 Não
Sandileuza Borges 835.935.780-34 N/A	26 Administradora de Empresas	Conselho Fiscal 43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2014 30/04/2014	AGO de 2015 Sim
Rodrigo Leandro Andretto 804.005.151-72 N/A	36 Contador	Conselho Fiscal 47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	30/04/2014 30/04/2014	AGO de 2015 Não
Miguel Alexandre da Conceição David 496.736.377-68 N/A	59 Contador	Conselho Fiscal 47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	30/04/2014 30/04/2014	AGO de 2015 Não
Silvio Assis de Araújo 427.166.837-00 N/A	59 Engenheiro	Conselho Fiscal 47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	30/04/2014 30/04/2014	AGO de 2015 Não

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Giancarlo Porto Bratkowski - 891.555.720-49

Engenheiro civil graduado pela PUC-RS e com MBA em Gestão Empresarial pela FGV. Atua no setor de energia desde 1999. Trabalha na Hidrotérmica desde a sua constituição, tendo atuado na prospecção, implantação e operação de empreendimentos energéticos. Coordena a equipe responsável pelo pipeline da Hidrotérmica S.A e da Multiner S.A. Atua também na área regulatória institucional.

Ronaldo Marcelio Bolognesi - 008.006.600-30

Engenheiro Civil, com larga experiência em infraestrutura, fundou a Hidrotérmica em 1999. Foi o primeiro Presidente da APMPE (Associação de Pequenos e Médios Produtores de Energia), participando ativamente na criação do marco regulatório do setor (energia assegurada para PCHs, Proinfra, etc). Empresário com mais de 40 anos de experiência, com foco em construção pesada, desenvolvimento imobiliário e geração de energia. Exerce também os cargos de diretor-presidente e presidente do conselho de administração da Hidrotérmica S.A. e Multiner S.A.

Chiara Sonogo Bolognesi - 826.383.730-87

Economista, graduada pela Universidade de Torcuato Di Tella, Buenos Aires. Participa ativamente de questões operacionais e estratégicas da Hidrotérmica e da Bolognesi Empreendimentos Ltda desde a sua fundação, atualmente ocupando o cargo de Diretora de ambas as empresas. Integra o Conselho de Administração da Multiner S.A. Tem experiência de 11 anos nos ramos: imobiliário, infraestrutura e de concessão rodoviária.

Pedro Mattos - 223.816.781-15

Graduado em Economia, com Pós graduação em mercado de capitais e análise de projetos estruturados de Sistema de Informação e MBA em Administração Financeira. Trabalhou 17 anos na Transbrasil linhas aéreas, em 2002 foi para o Amadeus Brasil ficando durante 2 anos, como Diretor Comercial. Em 2004 ingresso como gestor de Vendas Diretas na TAM Linhas Aéreas até 2006. Em 2006 foi para o grupo águia, onde trabalhou durante 7 anos como Diretor Superintendente, Diretor de Planejamento Estratégico, Diretor de Desenvolvimento Tecnológico além de ser membro do Conselho Diretor e de Acionista. Em 2014, ingressou no Postalis - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos aonde atua como gerente de aplicações patrimoniais e membro de comitê de Investimentos.

Wagner Luiz Constantino de Lima - 368.608.168-72

Em abril de 2007 assumiu o cargo de Secretário Geral da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros. De abril de 2008 a abril de 2011, ocupou o cargo de Conselheiro de Administração da CTX Participações S.A. Conselheiro Fiscal de Sete Brasil Participações S.A. de junho de 2011 até maio de 2013.

Antônio Carlos Conquista - 010.852.708-58

Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos, formado pela Universidade Estácio de Sá. Trabalhou durante 20 anos no Banespa (Banco do Estado de SP) no setor Administrativo, onde atuou como: Escriturário, Analista Patrimonial Sênior e Subchefe de Serviços. Entre 2000 e 2003 foi Diretor Administrativo da CABESP (Caixa Beneficente dos Funcionários do Banespa). Durante sete anos trabalhou no departamento Administrativo de dois relevantes fundos de pensão: Petros (Fundação Petrobras de Seguridade Social) e GEAP (Fundação de Seguridade Social). Desde 2011 é Secretário de Infraestrutura e Fomento no Ministério da Pesca e Aquicultura (MQA).

Márcio Santos Albuquerque - 092.695.027-40

Administrador de empresas, graduado pela UNESA em 2008, com Pós Graduação em Mercado de Capitais e Finanças Corporativas pela UNESA em 2010. Atualmente trabalha como Analista de Investimentos (Gerência de Participações Mobiliárias) na Petros. É Membro titular do Conselho de Administração da Bonaire S.A desde janeiro de 2012 e Membro do Comitê de Assessoramento de Novos Negócios da Sete Brasil Empreendimentos S.A. desde Março de 2012.

Paulo Cesar Rutzen - 441.649.200-68

Advogado, graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), iniciou atuação jurídica em 1986 junto à Diretoria Regional do Banco Bradesco S.A., no Departamento Jurídico, permanecendo na instituição até o ano de 1990. Tem MBA em Direito Tributário Empresarial pela FGV-POA. Ingressou no Grupo Bolognesi em 2002 como Diretor Jurídico, migrando para a área financeira e estruturas de negócios. Atualmente é Diretor Presidente da Multiner S.A. e Diretor da Hidrotérmica S.A. e da Bolognesi Participações S.A., interagindo em todos os níveis gerenciais nas atividades das empresas. Integra o Conselho de Administração da COVIPLAN e o Conselho de Administração da Multiner S.A.

Carlos Frederico Aires Duque - 828.953.507-44

Administrador de empresas. Doutor e Mestre de Engenharia de Produção COPPE/UFRJ, Pós-Graduado em Engenharia de Planejamento, Fundos de Pensão e Administração de Sistemas de Informação. Atua profissionalmente há 28 anos no setor de previdência complementar, sendo 11 anos como Diretor Superintendente do Infraprev. Diretor do Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social - ICSS, Membro da Comissão Técnica Nacional de Sustentabilidade da ABRAPP, Coordenador Técnico para Adesão de Signatários PRI/UNEPFI no Brasil, Membro do Comitê Técnico do Carbon Disclosure Project - Latin America.

Athur Simões Neto - 082.421.327-04

Formado em Ciências Econômicas pela UFRRJ e com MBA em Finanças Corporativas pela UCAM, iniciou sua carreira no Banco Itaú, aonde atuou no Departamento de Tesouraria, coordenando compensação bancária, rotinas e procedimentos de tesouraria. Atualmente, atua como Gerente de Análise de Investimento da REFER - Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social.

José Lino Fontana - 691.062.407-63

Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Espírito Santo, em 2003. Atualmente é Gerente da Gerência de Contabilidade, Orçamento e Programação Econômico-Financeira – GECOP da FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais. Trabalho na Caixa Econômica Federal, Cargo: Escriturário, Substituto Eventual de Gerente e Caixa Executivo, no período: 1994 a 2003, Espírito Santo e na Associação de Pessoal da CEF/ES, como Presidente, no período: Jan a Out/2003, Espírito Santo.

Sandileuza Borges - 835.935.780-34

Graduada pela Universidade Metodista IPA em Ciências Contábeis, com MBA em controladoria e finanças pela Faculdade Porto Alegre. Com 5 anos de atuação na auditoria externa em Big Four, sendo durante o período de 4 anos na auditoria da Bolognesi Participações. Atualmente contadora do Grupo Bolognesi Participações.

Rodrigo Leandro Andretto - 804.005.151-72

Coordenador de contabilidade da FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais, empresa de previdência complementar. Admitido na FUNCEF em 2000; Membro do comitê de auditoria da mesma entidade; Membro da Comissão Técnica Regional da ABRAPP. Formado em contabilidade em 2000, pelo UniCEUB; Pós graduado em Direito Tributário.

Miguel Alexandre da Conceição David - 496.736.377-68

Contador, graduado pela Faculdade Celso Lisboa em 1981. Pós Graduado em Ciências Contábeis pela FGV em 1987. Possui também MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC em 2000. Trabalhou durante 33 anos em Entidades Fechadas de Previdência. Atualmente trabalha na Infraprev (Instituto Infraero de Seguridade Social) como Diretor de Administração e Finanças desde 2003. É Membro dos Comitês Diretor de Investimentos e Executivo de Investimentos. Entre 1987 e 2003 trabalhou na Fundação Refer como Chefe do Setor de Contabilidade de Investimentos, e depois como Gerente de Investimentos Mobiliário e Imobiliário.

Silvio Assis de Araújo - 427.166.837-00

Engenheiro Metalúrgico de Produção, graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), e com mestrado em finanças, no Departamento de Engenharia da mesma instituição. Possui 30 anos de sólida experiência no mercado de capitais. Trabalhou na Prime Corretora de Valores na Gerência de Análise de Investimentos, passando por Consultorias de Investimento (Lopes Filho& Associados e Analysis) e Bancos de Investimento (Chase Manhattan, Bahia de Investimentos, BBM e Montrealbank). Trabalhou por 12 anos na Fundação do BNDES (FAPES), onde gerenciou as áreas de análise e operações financeiras. Desde 2009 coordena a área de investimentos da REFER (Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social).

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Antonio Alvaro Rodrigues Frade	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de empresas	28/03/2012	Até AGO ref. DFs 2012
485.062.060-49			46	28/03/2012	
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores					
Giancarlo Porto Bratkowski	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro civil	28/03/2012	Até AGO ref. DFs 2012
891.555.720-49			35	28/03/2012	
Diretor de Operações					
Marcelo Henrique Lenz	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Tecnólogo em engenharia civil	28/03/2012	Até AGO ref. DFs 2012
595.717.130-15			42	28/03/2012	
N/A					
Márcio Santos Albuquerque	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de empresas	28/03/2012	Até AGO ref. DFs 2012
092.695.027-40			29	28/03/2012	
N/A					
Paulo Cesar Rutzen	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogado	28/03/2012	Até AGO ref. DFs 2012
441.649.200-68			46	28/03/2012	
Diretor Presidente					
Ricardo Oliveira Azevedo	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de empresas	28/03/2012	Até AGO ref. DFs 2012
471.567.401-72			38	28/03/2012	
N/A					

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1. *Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos.

** As informações sobre a política de remuneração devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.*

a. objetivos da política ou prática de remuneração;

b. composição da remuneração , indicando;

- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;
- ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total;
- iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;
- iv. Razões que justificam a composição da remuneração;

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo;

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos;

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

De acordo com a Instrução CVM nº 480, este item é facultativo para companhias registradas na categoria B.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2014 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	3,00	4,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	420.000,00	860.000,00	240.000,00	1.520.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	3.745,92	0,00	3.745,92
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	84.000,00	172.000,00	48.000,00	304.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	forma de apuração do nº de membros anual Somatório anual dos membros de cada órgão dividido por 12 meses.	forma de apuração do nº de membros anual Somatório anual dos membros de cada órgão dividido por 12 meses.	forma de apuração do nº de membros anual Somatório anual dos membros de cada órgão dividido por 12 meses.	
Total da remuneração	504.000,00	1.035.745,92	288.000,00	1.827.745,92

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	3,00	5,00	13,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	420.000,00	835.000,00	275.000,00	1.530.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	3.355,00	0,00	3.355,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	84.000,00	167.000,00	55.000,00	306.000,00

Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	forma de apuração do nº de membros anual Somatório anual dos membros de cada órgão dividido por 12 meses.	forma de apuração do nº de membros anual Somatório anual dos membros de cada órgão dividido por 12 meses.	forma de apuração do nº de membros anual Somatório anual dos membros de cada órgão dividido por 12 meses.	
Total da remuneração	504.000,00	1.005.355,00	330.000,00	1.839.355,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	3,00	5,00	13,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	455.000,00	803.352,00	270.000,00	1.528.352,00
Benefícios direto e indireto	0,00	2.597,76	0,00	2.597,76
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	91.000,00	160.800,00	54.000,00	305.800,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	604.801,52	0,00	604.801,52
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	120.960,40	0,00	120.960,40

Descrição de outras remunerações variáveis		INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	forma de apuração do nº de membros anual Somatório anual dos membros de cada órgão dividido por 12 meses.	forma de apuração do nº de membros anual Somatório anual dos membros de cada órgão dividido por 12 meses.	forma de apuração do nº de membros anual Somatório anual dos membros de cada órgão dividido por 12 meses.	
Total da remuneração	546.000,00	1.692.511,68	324.000,00	2.562.511,68

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	4,00	2,67	3,00	9,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	336.000,00	1.349.136,65	210.000,00	1.895.136,65
Benefícios direto e indireto	0,00	70.764,05	0,00	70.764,05
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	67.200,00	269.827,33	42.000,00	379.027,33
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.375.074,36	0,00	1.375.074,36
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	275.014,87	0,00	275.014,87
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	forma de apuração do nº de membros anual Somatório anual dos membros de cada órgão dividido por 12 meses.	forma de apuração do nº de membros anual Somatório anual dos membros de cada órgão dividido por 12 meses.	forma de apuração do nº de membros anual Somatório anual dos membros de cada órgão dividido por 12 meses.	
Total da remuneração	403.200,00	3.339.817,26	252.000,00	3.995.017,26

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3. * Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

** Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.*

a. órgão

b. número de membros

c. em relação ao bônus:

- i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
- ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
- iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
- iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

d. em relação à participação no resultado:

- i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
- ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
- iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
- iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

De acordo com a Instrução CVM nº 480, este item é facultativo para companhias registradas na categoria B.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais;**
- b. principais objetivos do plano;**
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos;**
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor;**
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo;**
- f. número máximo de ações abrangidas;**
- g. número máximo de opções a serem outorgadas;**
- h. condições de aquisição de ações critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício;**
- j. critérios para fixação do prazo de exercício;**
- k. forma de liquidação;**
- l. restrições à transferência de ações;**
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano;**
- n. efeitos da saída do Administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações;**

De acordo com a Instrução CVM nº 480, este item é facultativo para companhias registradas na categoria B.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.5. * Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

**Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa for membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos devem ser divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração.*

De acordo com a Instrução CVM nº 480, este item é facultativo para companhias registradas na categoria B.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.6. * Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

** Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.*

- a. órgão**
- b. número de membros**
- c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:**
 - i. data de outorga;
 - ii. quantidade de opções outorgadas;
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis;
 - iv. prazo máximo para exercício das opções;
 - v. prazo de restrição à transferência das ações;
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social;
 - perdidas durante o exercício social;
 - exercidas durante o exercício social;
 - expiradas durante o exercício social;
- d. valor justo das opções na data de outorga;**
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.**

De acordo com a Instrução CVM nº 480, este item é facultativo para companhias registradas na categoria B.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.7. * Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte:

Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

a. órgão

b. número de membros

c. em relação às opções ainda não exercíveis

- i. quantidade;
- ii. data em que se tornarão exercíveis;
- iii. prazo máximo para exercício das opções;
- iv. prazo de restrição à transferência das ações;
- v. preço médio ponderado de exercício;
- vi. valor justo das opções no último dia do exercício social.

d. em relação às opções exercíveis

- i. quantidade;
- ii. prazo máximo para exercício das opções;
- iii. prazo de restrição à transferência das ações;
- iv. preço médio ponderado de exercício;
- v. valor justo das opções no último dia do exercício social;
- vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

De acordo com a Instrução CVM nº 480, este item é facultativo para companhias registradas na categoria B.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número de membros

c. em relação às opções exercidas informar:

- i. número de ações
- ii. preço médio ponderado de exercício
- iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas

d. em relação às ações entregues informar:

- i. número de ações
- ii. preço médio ponderado de aquisição
- iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.

De acordo com a Instrução CVM nº 480, este item é facultativo para companhias registradas na categoria B.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 e 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação;**
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco;**
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado;**
- d. forma de determinação da volatilidade esperada;**
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.**

De acordo com a Instrução CVM nº 480, este item é facultativo para companhias registradas na categoria B.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão;**
- b. número de membros;**
- c. nome do plano;**
- d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar;**
- e. condições para se aposentar antecipadamente;**
- f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;**
- g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;**
- h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.**

De acordo com a Instrução CVM nº 480, este item é facultativo para companhias registradas na categoria B.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Nº de membros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2013	De acordo com a Instrução CVM nº 480, este item é facultativo para companhias registradas na categoria B.
31/12/2012	De acordo com a Instrução CVM nº 480, este item é facultativo para companhias registradas na categoria B.
31/12/2011	De acordo com a Instrução CVM nº 480, este item é facultativo para companhias registradas na categoria B.

Conselho de Administração	
31/12/2013	De acordo com a Instrução CVM nº 480, este item é facultativo para companhias registradas na categoria B.
31/12/2012	De acordo com a Instrução CVM nº 480, este item é facultativo para companhias registradas na categoria B.
31/12/2011	De acordo com a Instrução CVM nº 480, este item é facultativo para companhias registradas na categoria B.

Conselho Fiscal	
31/12/2013	De acordo com a Instrução CVM nº 480, este item é facultativo para companhias registradas na categoria B.
31/12/2012	De acordo com a Instrução CVM nº 480, este item é facultativo para companhias registradas na categoria B.
31/12/2011	De acordo com a Instrução CVM nº 480, este item é facultativo para companhias registradas na categoria B.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

De acordo com a Instrução CVM nº 480, este item é facultativo para companhias registradas na categoria B.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13 - Percentual na remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis:

Órgão	Dez/11	Dez/12	Dez/13
Diretoria Estatutária	83%	54%	52%
Conselho de Administração/Fiscal	17%	46 %	48%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

De acordo com a Instrução CVM nº 480, este item é facultativo para companhias registradas na categoria B.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

De acordo com a Instrução CVM nº 480, este item é facultativo para companhias registradas na categoria B.

13.16 - Outras informações relevantes

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não se aplica.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Multiner FIP						
00.806.535/0001-54	Brasileira-RJ	Sim	Não	30/05/2014		
	1.488.360	38,000000%	3.699.108	100,000000%	5.187.468	68,000000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	650.340	17,580000%				
Preferencial Classe B	3.048.766	82,420000%				
Preferencial Classe C	1	0,000000%				
Preferencial Classe D	1	0,000000%				
TOTAL	3.699.108	100,000000%				
Bolognesi Participações S.A						
11.664.185/0001-55	Brasileira-RS	Sim	Sim	30/05/2014		
	2.413.596	62,000000%	0	0,000000%	2.413.596	32,000000%
OUTROS						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL						
	3.901.956	100,000000%	3.699.108	100,000000%	7.601.064	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Bolognesi Participações S.A				11.664.185/0001-55	
OUTROS					
2.172	0,090000	0	0,000000	2.172	0,090000
Ronaldo Marcelo Bolognesi					
008.006.600-30	Brasileiro-RS	Sim	Sim		
2.411.424	99,910000	0	0,000000	2.411.424	99,910000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
2.413.596	100,000000	0	0,000000	2.413.596	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Multiner FIP				00.806.535/0001-54	
OUTROS					
1.488.360	29,000000	3.699.108	71,000000	5.187.468	100,000000
TOTAL					
1.488.360	29,000000	3.699.108	71,000000	5.187.468	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	15/07/2014
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	1

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	1.488.360	28,690000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	3.699.108	71,310000%
Preferencial Classe A	650.340	17,580000%
Preferencial Classe B	3.048.766	82,420000%
Preferencial Classe C	1	0,000000%
Preferencial Classe D	1	0,000000%
Total	5.187.468	100,000000%

15.4 - Organograma dos acionistas

15.4. Caso o emissor deseje, inserir organograma dos acionistas do emissor, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, desde que compatível com as informações apresentadas nos itens 15.1 e 15.2.

De acordo com a Instrução CVM nº 480, este item é facultativo para companhias registradas na categoria B.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

- a. Partes;**
- b. data de celebração;**
- c. prazo de vigência;**
- d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle;**
- e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores;**
- f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las;**
- g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração.**

De acordo com a Instrução CVM nº 480, este item é facultativo para companhias registradas na categoria B.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6. Informações sobre alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor.

Em 28 de março de 2012 o Grupo Bolognesi assinou acordo para adquirir o controle da Multiner. O conglomerado, com atuação no setor de infraestrutura e energia, vai aportar recursos e ativos, e ficará com 54% do capital votante após o fechamento do contrato de reorganização, cuja expectativa é de que ocorram em 2014.

15.7 - Outras informações relevantes

15.7 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico já foram divulgadas neste documento.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Banco BVA S.A.	31/12/2011	5.000,00	0,00	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pessoa Chave						
Objeto contrato	Pagamento de despesa						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
BVA Empreendimentos S.A.	31/12/2011	8.735.000,00	0,00	N/A	Diária	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pessoa Chave						
Objeto contrato	Aplicações em CDB						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Carlos Henrique Figueiredo	31/12/2011	900.000,00	0,00	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Jorge Amílcar Boueri da Rocha	31/12/2011	2.577.000,00	0,00	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Eólica Tecnologia S.A.	31/12/2013	42.263.000,00	42.263.000,00	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Joint Venture						
Objeto contrato	AFAC						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
A&G	31/12/2013	261.000,00	261.000,00	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pessoa Chave						
Objeto contrato	Pagamento de Despesas						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Mylossoma Participações S.A.	31/12/2012	54.000,00	0,00	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pessoa Chave						
Objeto contrato	Pagamento de Despesas						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Genesis 2000	31/12/2012	152.000,00	0,00	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Joint Venture						
Objeto contrato	Pagamento de Despesas						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Eólica Tecnologia S.A.	31/12/2013	13.628.000,00	13.628.000,00	N/A	Indeterminado	SIM	8,000000
Relação com o emissor	Joint Venture						
Objeto contrato	Aporte de Capital						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Eólica Tecnologia S.A.	31/12/2013	10.000,00	10.000,00	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Joint Venture						
Objeto contrato	Contas a Pagar						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Termelétrica Santa Rita de Cássia S.A.	31/12/2012	380.000,00	0,00	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Ex Controlada						
Objeto contrato	Contas a Receber						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Termelétrica Pernambuco III S.A.	31/12/2013	24.000,00	24.000,00	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pessoa Chave						
Objeto contrato	Contrato de mútuo						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Bolognesi Participações S.A.	31/12/2013	177.459.000,00	177.459.000,00	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Contrato de mútuo						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Termelétrica Trapiche I S.A.	31/12/2012	30.000,00	0,00	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Ex controlada						
Objeto contrato	Contas a Receber						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Termelétrica Trapiche II S.A.	31/12/2012	30.000,00	0,00	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Ex controlada						
Objeto contrato	Contas a Receber						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Crisga Consultoria	31/12/2012	4.000,00	0,00	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pessoa Chave						
Objeto contrato	Contas a Pagar						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Cia Energética do Uruguai	31/12/2013	9.446.000,00	9.446.000,00	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	AFAC						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
New Energy	31/12/2013	4.000.000,00	4.000.000,00	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	AFAC						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**16.3 Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:****a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

A decisão acerca de todas as operações com partes relacionadas da Companhia é submetida à apreciação dos seus órgãos de administração, conforme competência descrita pelo Estatuto Social da Companhia.

Havendo possibilidade de conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro de nossos órgãos deliberativos, o respectivo membro deve abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuam qualquer relação com a matéria em exame.

Na hipótese da Companhia pretender celebrar operações e negócios com nossas partes relacionadas, a Companhia observa políticas que determinam que a Companhia siga os padrões de mercado e ampare tais operações e negócios pelas devidas avaliações prévias de suas condições e no estrito interesse da Companhia em sua realização. Em relação aos mútuos da Companhia com suas controladas, que representam o volume relevante das operações descritas, estes ocorrem em função da necessidade de caixa destas controladas para o desenvolvimento das suas respectivas atividades, sendo sujeitas aos encargos financeiros descritos acima. Cumpre ressaltar que as operações e negócios da Companhia com partes relacionadas seguem os padrões praticados no mercado (arm's length).

Os negócios e operações com partes relacionadas são realizados com base em condições estritamente comutativas e adequadas de modo a preservar os interesses de ambas as partes envolvidas no negócio.

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Conforme elucidado no item acima, ao realizar operações e negócios com nossas partes relacionadas, a Companhia observa políticas que determinam que a Companhia siga os padrões de mercado e ampare tais operações e negócios pelas devidas avaliações prévias de suas condições e no estrito interesse da Companhia.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
15/07/2014	208.469.907,64		686.594	571.407	1.258.001
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe B	489.350				
Preferencial Classe A	82.055				
Preferencial Classe C	1				
Preferencial Classe D	1				
Tipo de capital	Capital Subscrito				
15/07/2014	208.469.907,64		686.594	571.407	1.258.001
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	82.055				
Preferencial Classe B	489.350				
Preferencial Classe C	1				
Preferencial Classe D	1				
Tipo de capital	Capital Integralizado				
15/07/2014	208.469.907,64		686.594	571.407	1.258.001
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	82.055				
Preferencial Classe B	489.350				

Preferencial Classe C	1			
Preferencial Classe D	1			
Tipo de capital	Capital Autorizado			
15/07/2014	208.496.907,64		686.594	571.407 1.258.001
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações		
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão	
Preferencial Classe B	489.350			
Preferencial Classe A	82.055			
Preferencial Classe C	1			
Preferencial Classe D	1			
Tipo de capital	Capital Emitido			
27/12/2013	105.425.574,00		0	630.672 630.672
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações		
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão	
Preferencial Classe A	41.829			
Preferencial Classe B	588.843			
Tipo de capital	Capital Subscrito			
27/12/2013	105.425.574,00		0	630.672 630.672
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações		
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão	
Preferencial Classe A	41.829			
Preferencial Classe B	588.843			

Tipo de capital		Capital Integralizado			
27/12/2013	105.425.574,00		0	630.672	630.672
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	41.829				
Preferencial Classe B	588.843				
Tipo de capital		Capital Autorizado			
08/10/2013	700.000.000,00		0	630.672	630.672
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	41.829				
Preferencial Classe B	588.843				

17.5 - Outras informações relevantes

17.5 Outras informações relevantes:

Entendemos que não existem outras informações relevantes em relação à composição de nosso capital social, em especial no tocante a aumentos e reduções de capital social, bem como grupamentos, desdobramentos ou bonificações de ações.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, Com Garantia Flutuante
Data de emissão	01/06/2010
Data de vencimento	15/07/2014
Quantidade (Unidades)	500
Valor total (Reais)	250.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>Na ocorrência de Evento de Liquidez, a Companhia deverá realizar uma oferta de resgate antecipado das Debêntures (“Resgate Antecipado”), com o consequente cancelamento das mesmas, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de que forem titulares, da seguinte forma (“Oferta de Resgate Antecipado”):</p> <ul style="list-style-type: none"> i. em 5 (cinco) dias úteis contados da ocorrência do Evento de Liquidez, a Emissora comunicará o Agente Fiduciário sobre a intenção de realizar a Oferta de Resgate Antecipado, na qual deverá descrever, ao menos, os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo, (a) o valor do Prêmio de Resgate (conforme definido abaixo); (b) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; e (c) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas; ii. em 3 (três) dias contados do recebimento da comunicação a que se refere o item anterior, o Agente fiduciário deverá comunicar os Debenturistas sobre a Oferta de Resgate Antecipado, a qual deverá descrever os mesmos termos e condições informados pela Emissora nos termos do item anterior; iii. a contar da data em que receberem a comunicação referida no item (ii) acima, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado terão o prazo de 10 (dez) dias úteis para se manifestar formalmente perante o Agente Fiduciário e perante a Emissora, findo o qual a Companhia terá o prazo de 3 (três) dias úteis para proceder, em uma única data, à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado; iv. o valor a ser pago aos Debenturistas no Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal das Debêntures objeto do resgate, acrescido (a) da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento; e (b) do Prêmio de Resgate (conforme definido abaixo) a ser oferecido aos Debenturistas, calculado conforme item 4.18.2; v. caso o Resgate Antecipado seja parcial, o mesmo deverá ser realizado (i) para as Debêntures registradas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de “operação de compra e venda definitiva no mercado secundário”. O evento de Resgate Antecipado seguirá os procedimentos acima descritos, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas dos Debenturistas, conforme aplicáveis, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade; e vi. caso o Resgate Antecipado contemple todas as Debêntures em circulação, a CETIP deverá ser comunicada com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para a sua realização.
Características dos valores mobiliários	Garantias: Flutuante. Garantia Adicional: as debêntures também serão garantidas por penhor de ações ordinárias de emissão da Emissora, de propriedade dos Interveniência-Garantidores.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os direitos assegurados às debêntures somente poderão ser alterados por meio de aprovação de debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação.
Outras características relevantes	Encargos moratórios e multas: No caso de impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos vencidos e não pagos pela Companhia ficarão sujeitos a multa não compensatória de 20% (vinte por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sendo ambos computados sobre os valores em atraso e, acrescidos da atualização monetária, se for o caso, bem como da remuneração das debêntures, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpretação judicial ou extrajudicial. Indicação de membro do Conselho de Administração a Companhia: Caso os detentores da maioria absoluta das debêntures emitidas não possuam representante no Conselho de Administração, fica outorgado a estes o direito de eleger um conselheiro para tanto. A Companhia e os acionistas comprometem-se a realizar a assembléia geral de acionistas, bem como a elaborar todos os atos necessários para dar cumprimento à essa obrigação. A permanência do conselheiro indicado pelos debenturistas se dará até o prazo de vencimento das debêntures ou seu resgate integral antecipado.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão de Debêntures não Conversíveis em Ações em uma única série
Data de emissão	18/11/2009
Data de vencimento	21/06/2013
Quantidade (Unidades)	10.000
Valor total (Reais)	10.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>Resgate das debêntures pelos debenturistas: As debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente a qualquer tempo pelos debenturistas mediante aviso prévio de 5 (cinco) dias através de comunicação à Companhia. O resgate poderá ser total ou parcial, a critério do debenturista. Sobre o valor nominal das debêntures antecipadamente resgatadas, será acrescida de remuneração correspondente à variação acumulada de 105% (cento e cinco por cento) das taxas médias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo (Taxas DI), divulgadas pela CETIP S.A., calculada de forma pro rata temporis até a data da solicitação do resgate.</p> <p>Resgate das debêntures pela Companhia: As debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente, a critério da Companhia, mediante aviso prévio de 15 (quinze) dias através de publicação em jornal. O resgate poderá ser total ou parcial, pelo seu valor nominal será acrescida de remuneração correspondente à variação acumulada de 105% (cento e cinco por cento) das taxas médias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo (Taxas DI), divulgadas pela CETIP S.A., calculada de forma pro rata temporis até a data da solicitação do resgate. Na hipótese de resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, com divulgação pela imprensa, inclusive no que concerne às regras do sorteio, na presença dos debenturistas que desejarem.</p> <p>As debêntures contam com as seguintes hipóteses de vencimento antecipado: (a) intervenção, liquidação ou decretação de falência da Companhia; e (b) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária, prevista na Escritura de Emissão, não sanado em 30 (trinta) dias, contados da data em que seja recebido aviso escrito por qualquer debenturista.</p> <p>Os eventos acima descritos não ensejarão vencimento antecipado das debêntures se foram aceitos por assembléia geral de debenturistas especialmente convocada.</p> <p>Juros: As debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada de 105% (cento e cinco por cento) das taxas médias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo (Taxas DI), divulgadas pela CETIP S.A., incidentes, a partir da data de emissão, sobre o valor nominal da debênture, e serão pagos ao final de cada período de capitalização (que se inicia na data de emissão e termina na data de vencimento).</p>
Características dos valores mobiliários	<p>Garantias: Flutuante.</p> <p>Espécie: Com garantia flutuante</p> <p>Eventuais restrições impostas a Companhia em relação:</p> <p>(a) À distribuição de dividendos: Não há</p> <p>(b) À alienação de determinados ativos: Não há.</p> <p>(c) À contratação de novas dívidas: Não há.</p> <p>(d) À emissão de novos valores mobiliários: Não há.</p> <p>O agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Não há.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>Os direitos assegurados às debêntures somente poderão ser alterados por meio de aprovação de debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação.</p>
Outras características relevantes	<p>Encargos moratórios e multas: No caso de impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos vencidos e não pagos pela Companhia ficarão sujeitos a multa não compensatória de 20% (vinte por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sendo ambos computados sobre os valores em atraso e, acrescidos da atualização monetária, se for o caso, bem como da remuneração das debêntures, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpretação judicial ou extrajudicial. Indicação de membro do Conselho de Administração a Companhia: Caso os detentores da maioria absoluta das debêntures emitidas não possuam representante no Conselho de Administração, fica outorgado a estes o direito de eleger um conselheiro para tanto. A Companhia e os acionistas comprometem-se a realizar a assembléia geral de acionistas, bem como a elaborar todos os atos necessários para dar cumprimento à essa obrigação. A permanência do conselheiro indicado pelos debenturistas se dará até o prazo de vencimento das debêntures ou seu resgate integral antecipado.</p>

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6 Mercados brasileiros nos quais valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação:

Balcão Organizado de Ativos e Derivativos – CETIP S.A

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7 Valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros:

A Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**18.8 Ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia:**

Até o presente momento, não foi efetuada qualquer oferta pública de distribuição de valores mobiliários da Companhia. A Companhia apresentou pedido de registro de oferta pública de distribuição primária de ações à CVM nos termos da Instrução CVM nº 400/03, em 11.03.2010, tendo ainda a Companhia solicitado à CVM interrupção do prazo da análise do pedido de registro. A interrupção do prazo da análise foi concedida pela CVM até 21.09.2010. Em 16.09.2010, a Companhia solicitou o cancelamento do pedido do registro, que foi deferido pela CVM em 27.09.2010.

18.10 - Outras informações relevantes

18.10 Outras informações relevantes:

Não existem outras informações consideradas relevantes.

19.4 - Outras informações relevantes

19.4 - Outras informações relevantes

A Companhia não possui plano de recompra e nem possui valores mobiliários em tesouraria.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação

03/03/2010

Cargo e/ou função

Acionistas controladores
Diretores
Membros do Conselho de Administração
Membros do Conselho Fiscal
Membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária
Empregados da Companhia que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia tenham acesso a informações relevantes
Quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição em qualquer dos acionistas controladores, nas sociedades controladas e nas sociedades coligadas, tenha acesso ou conhecimento de informações relevantes
Prestadores de serviços e qualquer pessoa que tenha aderido expressamente à Política

Principais características

A Política de Negociação de Valores Mobiliários abrange a vedação à negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia por parte de pessoas vinculadas durante o período que se inicia no momento da ciência de uma dada informação relevante ou informação privilegiada (toda informação relevante ainda não divulgada ao mercado e ao público investidor) sobre a Companhia e que se encerra quando aquela informação privilegiada ou informação relevante é divulgada ao mercado.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização As vedações e obrigações disciplinadas na referida política aplicam-se às negociações realizadas direta ou indiretamente pelas pessoas vinculadas, mesmo nos casos em que as negociações se dêem por intermédio de: (i) sociedade por elas controlada; (ii) terceiros com quem for mantido contrato de fidúcia ou administração de carteira ou ações (Instrução CVM 358, artigo 20, inciso II); (iii) cônjuges ou companheiro(as); e (iv) dependentes incluídos em sua declaração anual de imposto de renda.

Os administradores que se afastarem da administração da Companhia antes da divulgação pública de negócio ou fato relevante iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar valores mobiliários da Companhia pelo prazo de 6 (seis) meses após o seu afastamento; ou até a divulgação, pela Companhia, do ato ou fato relevante ao mercado, salvo se a negociação com as ações puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da Companhia ou dela própria.

Adicionalmente, conforme o estabelecido na referida política, a Companhia comunicará, formalmente, os termos da deliberação às pessoas vinculadas, e delas obterá a respectiva adesão formal através da assinatura de termo de adesão, que permanecerá arquivado na sede da Companhia durante o prazo em que a referida pessoa vinculada mantiver vínculo com a Companhia, e por 5 (cinco) anos, no mínimo, após o seu desligamento.

Nos termos no disposto na referida política, as pessoas vinculadas deverão abster-se de realizar quaisquer negociações com valores mobiliários no período de 30 (trinta) dias que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP).

Tendo em vista que os valores mobiliários da Companhia não são negociados, a Companhia ainda não possui procedimentos de fiscalização.

20.2 - Outras informações relevantes

20.2 Outras informações relevantes:

Conforme estabelecido na Política de Negociação de Valores Mobiliários, é permitida a aquisição de ações de emissão da Companhia pelos acionistas controladores, administradores e/ou pessoas vinculadas no período citado acima, se realizada em conformidade com plano de investimento previamente aprovado pela Companhia, em conformidade com o disposto no §3º do artigo 15 da Instrução CVM nº. 358/2002, alterada pelas Instruções CVM nº 369/2002 e nº. 449/2007.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1 Normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva:

A Companhia possui Código de Política de Divulgação de Fato Relevante, aprovada em Assembleia Geral realizada em 28.03.2008. Tal política visa, entre outras coisas, à divulgação de informações relevantes e à manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação de Fato Relevante da Companhia tem por objetivo o estabelecimento de elevados padrões de conduta e transparência, que devem ser compulsoriamente observados pelas pessoas abaixo, que deverão assinar um termo de adesão: (i) acionistas controladores; (ii) acionistas que elegerem membro do Conselho de Administração; (iii) administradores, membros do Conselho Fiscal e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia; (iv) empregados e executivos com acesso a informação relevante; e, ainda, (v) quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia ou em sociedades controladas ou coligadas da Companhia, tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a companhia.

As pessoas acima listadas que tiverem conhecimento pessoal de ato ou fato relevante, deverão comunicá-lo ao Diretor de Relações com Investidores, que é a pessoa responsável por sua comunicação aos devidos órgãos e sua divulgação à imprensa. Cumpre ainda a essas pessoas o dever de guardar sigilo acerca das informações relevantes a que tenham acesso privilegiado, até a sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que os subordinados e terceiros de sua confiança também o façam. Caso, diante da comunicação realizada, seja constatada a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação, deverão as mesmas comunicar o fato relevante imediatamente à CVM, sob pena de responsabilidade.

Sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de informação privilegiada, as referidas pessoas deverão entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores da Companhia a fim de sanar a dúvida.

A Política de Divulgação de Fato Relevante da Companhia prevê como regra geral a imediata comunicação e divulgação simultânea à CVM, às bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e às entidades de balcão organizado em que a Companhia tenha valores mobiliários negociados, de ato ou fato relevante, divulgação essa a ser feita preferencialmente antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados. Caso haja incompatibilidade de horários, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

Caso seja imperativo que a divulgação do ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação, caberá ao Diretor de Relações com Investidores solicitar a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante.

A Política de Divulgação de Fato Relevante prevê, ainda, que a informação relevante poderá deixar de ser divulgada se a sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia. A não divulgação deverá ser objeto de decisão dos acionistas controladores ou administradores da Companhia, conforme o caso. Em tais casos excepcionais de não divulgação, cabe ao Diretor de Relações com Investidores acompanhar a cotação, preço e quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da Companhia e, caso constatare oscilação atípica ou na hipótese de a informação escapar ao controle, deverá divulgar imediatamente o ato ou fato relevante.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3 Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações:

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia possui a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante envolvendo a Companhia. Compete, ainda, ao Diretor de Relações com Investidores zelar pela execução, acompanhamento e fiscalização da Política de Divulgação de Fato Relevante.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4 Outras informações relevantes

Adicionalmente, os acionistas controladores, administradores, membros do Conselho Fiscal e os integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia deverão informar a titularidade de valores mobiliários de emissão da Companhia e seus derivativos, seja em nome próprio, seja em nome de pessoas ligadas, bem como as alterações nessas posições. Tal comunicação deverá ser efetuada (i) no prazo de até 10 dias após o término do mês em que se verificar a alteração das posições detidas, indicando o saldo da posição no período; e (ii) no primeiro dia útil após a investidura no cargo.

Os administradores que se afastarem da Companhia antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar valores mobiliários da Companhia: (i) pelo prazo de 6 meses após o seu afastamento; (ii) até a divulgação, pela Companhia, do ato ou fato relevante ao mercado, salvo se, nesta segunda hipótese, a negociação com as ações da Companhia, após a divulgação do ato ou fato relevante, puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízos dos acionistas da Companhia ou dela própria.

O Diretor de Relações com os Investidores é o responsável pela transmissão das informações, assim que recebidas da Companhia, à CVM e, se for o caso, às bolsas e valores, bem como atualizar as informações periódicas enviadas pela Companhia.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

22.1 Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia:

Não houve qualquer alienação ou aquisição de ativos para finalidades outras que não a operação normal.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

22.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não aplicável

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

22.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com as suas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

22.4 Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.